



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER
CAMPUS FORTALEZA

**PROJETO PEDAGÓGICO CURSO TÉCNICO EM GUIA DE
TURISMO**

FORTALEZA,
2024

Reitor

José Wally de Mendonça Menezes

Pró-reitora de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Joélia Marques de Carvalho

Pró-reitora de Extensão

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Diretor do Centro de Referência em Educação a Distância

Igor de Moraes Paim

Diretor-Geral do Campus Fortaleza

Eduardo de Sousa Bastos

Diretor de Ensino do Campus Fortaleza

Adriana Guimarães Costa Sabóia

Diretor de Administração do Campus Fortaleza

Adriano Monteiro da Silva

Diretor de Pesquisa do Campus Fortaleza

Rejane Cavalcante Sá Rodrigues

Diretor de Extensão do Campus Fortaleza

Patrícia de Barros Teles

Diretor de Infraestrutura do Campus Fortaleza

João Bosco Pinheiro Dantas Filho

Coordenação Técnico Pedagógica do Campus Fortaleza

Maria Mirian Carneiro Brasil de Matos Constantino

Chefe de Departamento do Turismo, Hospitalidade e lazer

Susana Dantas Coelho

Coordenador de Curso

Marcus Tullius Soares Falcão

LISTA DE TABELAS

Tabela I -	Perfil do corpo docente necessário para desenvolvimento do curso.....	81
Tabela II -	Corpo docente existente.....	81
Tabela III -	Corpo técnico-administrativo existente para o funcionamento do curso.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 01-	Ofertas de Vagas Semestralmente.....	27
Quadro 02-	Disciplinas por Área de Competência.....	41
Quadro 03-	Horas de Atividades Não Presenciais Componentes Curriculares Obrigatórios.....	46
Quadro 04-	Horas de Atividades Não Presenciais Componentes Curriculares Optativos.....	46
Quadro 05-	Membros do Colegiado do Curso.....	66
Quadro 06-	Grupos de Pesquisas vinculados ao Curso.....	70

SUMÁRIO

1	DADOS DO CURSO.....	7
2	APRESENTAÇÃO.....	9
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	10
4	JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO.....	17
5	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	22
6	OBJETIVOS DO CURSO.....	25
6.1	Objetivo Geral.....	25
6.2	Objetivos específicos.....	26
7	FORMAS DE INGRESSO.....	27
8	ÁREAS DE ATUAÇÃO	27
9	PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL.....	28
10	METODOLOGIA DE ENSINO.....	30
10.1	Interdisciplinaridade.....	31
10.2	Horário de atendimento ao aluno.....	32
10.3	Atividades extraclasse.....	33
10.4	Atendimentos Educacionais Especializados.....	33
10.5	Atividades não presenciais para a complementação da carga horária em horas relógio.....	37
11	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	40
11.1	Matriz Curricular	43
11.2	Fluxograma Curricular.....	50
12	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	51
13	PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA – PPS.....	54
13.1	Procedimentos metodológicos das práticas das viagens técnicas.....	55
13.2	Prática profissional de guiamento regional.....	57
13.3	Prática profissional de guiamento nacional.....	59

14	ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	60
15	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	62
16	EMISSÃO DE DIPLOMA.....	63
17	AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	64
17.1	Avaliação Interna.....	64
18	ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO.....	68
19	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO AMBITO DO CURSO.....	69
20	APOIO AO DISCENTE.....	72
21	CORPO DOCENTE.....	81
22	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO RELACIONADO AO CURSO.....	84
23	INFRAESTRUTURA.....	85
23.1	Biblioteca.....	85
23.2	Infraestrutura Física Geral e Recursos Materiais.....	90
23.3	Infraestrutura de Laboratórios.....	91
23.4	Infraestrutura de Laboratórios de Informática conectado a Internet.....	91
23.5	Laboratórios Básicos.....	91
23.6	Laboratórios Específicos à Área do Curso.....	92
24	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
	ANEXO I- Programa de Unidade de Didática (PUD).....	99
	ANEXO II- Regulamento de Estágio Supervisionado do IFCE.....	178
	ANEXO III – Regulamento da Biblioteca do IFCE campus Fortaleza.....	188

1. DADOS DO CURSO

- Identificação da Instituição de Ensino

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>campus</i> Fortaleza		
CNPJ: 35005347/0001-01		
Endereço: Av. 13 de Maio, 2081 Bairro Benfica		
Cidade: Fortaleza	UF: CE	Fone: (85) 3307-3639
E-mail: turismo.fortal@ifce.edu.br	Página institucional na internet: www.ifce.edu.br	

- Informações gerais do curso

Denominação do curso	Técnico em Guia de Turismo
Titulação conferida	Guia de Turismo
Nível	(☒) Médio (☐) Superior
Forma de articulação com o Ensino Médio (Item específico para cursos técnicos)	(☐) Integrada (☐) Concomitante (☒) Subsequente
Modalidade de Ensino	(☒) Presencial
Duração do curso	Quantitativo de 3 semestres
Número de vagas autorizadas	30 vagas
Periodicidade de oferta de novas vagas do curso	(☐) Semestral (☒) Anual
Período letivo	(☒) Semestral (☐) Anual
Formas de ingresso	(☒) Processo seletivo (☐) Sisu (☐) Vestibular (☒) Transferência (☒) Diplomado
Turno de funcionamento	(☐) matutino (☐) vespertino (☒) noturno (☐) integral (Curso que possua carga horária diária superior à 5 horas aulas) contendo a indicação dos turnos simultâneos: matutino e vespertino matutino e noturno vespertino e noturno
Ano e semestre do início do funcionamento	2010.2

Informações sobre carga horária do curso	
Carga horária total para integralização	Presencial: 1.060 horas obrigatórias
Carga horária dos componentes curriculares (disciplinas)	1.060 horas
Carga horária dos componentes curriculares optativos	Não se aplica
Percentual de carga horária presencial e a distância (somente quando o curso for presencial com carga horária a distância)	Não se aplica
Carga horária do estágio supervisionado	100 horas facultativo
Carga horária da Prática como Componente Curricular	Não se aplica
Carga horária total da Prática Profissional Supervisionada no curso	260 horas
Carga horária total das atividades complementares (Item específico para graduação)	Não se aplica
Carga horária do Trabalho de Conclusão do Curso	Não consta no PPC
Carga horária total destinada à Curricularização da Extensão	Não consta no PPC
Carga horária do Produto Educacional (Item específico para cursos de Especialização técnica)	Não consta no PPC
Sistema de carga horária	01 crédito = 20h
Duração da hora-aula	Hora-aula 50 minutos conforme ROD + (10 minutos) em atividades não presenciais estabelecidas na Instrução Normativa IFCE/IFCE Nº 16, DE 07 DE JULHO DE 2023.

2. APRESENTAÇÃO

O Ceará é um estado que contempla diversos atrativos naturais, como praias exuberantes, dunas, coqueirais, falésias exóticas, serras e parques nacionais, distribuídas ao longo de 573 km de litoral, que estimulam o turismo de lazer, sol e praia, sendo assim, converge-se a importância do curso de Técnico em Guia de Turismo do Instituto Federal do Ceará - IFCE em priorizar as áreas serviços de hospedagem e restauração voltados para a segmentação.

O Ceará possui 184 municípios e 20 Microrregiões Administrativas, destacando-se as Regiões Metropolitanas de Fortaleza, com 19 cidades, e do Cariri, com 9 cidades. No que se refere ao Turismo, algumas cidades como Canindé e Juazeiro do Norte se destacam no turismo religioso, enquanto Quixadá e adjacência possuem vocação para os esportes e ecoturismo. Já Guaramiranga e Tianguá, cidades serranas, instigam também o ecoturismo e turismo rural.

O Curso Técnico Subsequente em Guia de Turismo na modalidade presencial, foi delimitado a partir das projeções e valores firmados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), atendendo aos documentos e legislações pertinentes à profissão e ao profissional Guia de Turismo; e aos regulamentados pelo Ministério da Educação (MEC).

A elaboração deste projeto pedagógico teve como primeiro procedimento metodológico a pesquisa documental das leis, decretos e resoluções acerca da criação e oferta de cursos técnicos pelas Instituições Federais. Com isso, delimitou-se a base pedagógica e normativa para o curso técnico subsequente a ser ofertado.

O Curso Técnico Subsequente em Guia de Turismo, foi concebido como uma preparação de jovens detentores do nível médio completo para ingresso imediato no mercado de trabalho, promoverá a integração do IFCE com os principais segmentos da sociedade, proporcionando oportunidades de qualificação para o mundo do trabalho, possibilitando aos cidadãos, o início de uma carreira profissional. Nessa perspectiva, a formação técnica em guia de turismo obtida pelos egressos a partir dos conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à prospecção, planejamento, organização, coordenação e execução de serviços em guiamento regional e nacional, bem como uma compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos inerentes ao turismo, proporcionará sua atuação de maneira responsável e cidadã no mercado de trabalho.

O Curso Técnico em Guia de Turismo, pertencente ao **Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer** que compreende tecnologias de planejamento, organização, supervisão, operação e avaliação do atendimento e do acolhimento em atividades de

agenciamento e guiamento, hospedagem, [...]; O Curso de enquadra na **Área Tecnológica de Atividades Turísticas**, que se distingue por tecnologias e ações destinadas ao planejamento de destinos turísticos, oferta de produtos, agenciamento, transporte e informações dos núcleos emissor e receptor, contemplando cadeias produtivas e orientações ao viajante (MEC, 2024).

O curso fundamenta nos parâmetros estabelecidos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos - quarta edição (2024), e destina-se a estudantes que concluíram o ensino médio e pleiteiam uma formação técnica. Possui carga horária obrigatória de 1.060h, possibilitando ao aluno a certificação pelo Ministério da Educação (MEC), conforme os cursos técnicos do eixo de Turismo, Hospitalidade, Gastronomia e Lazer.

Na intenção de realizar a interdisciplinaridade entre curso e disciplinas, o curso de Técnico Subsequente em Guia de Turismo promove diversas atividades práticas sob a supervisão dos professores, os quais contemplam os discentes de todos os cursos do Departamento de Turismo, bem como parcerias, convênios e ações conjuntas junto ao mercado e *trade* turístico, que integram e estimulam a participação deles.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, gozando de autonomia pedagógica, administrativa e financeira. O IFCE foi criado a partir da fusão entre Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE) e Escola Agrotécnica Federal (EAF), regulamentado por meio da Lei 11.892/2008. Possui como marco referencial de sua história institucional um contínuo processo de evolução, que acompanha o processo de desenvolvimento do Ceará, da Região Nordeste e do Brasil

A implantação do IFCE no interior do Estado atende a meta do programa de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e à própria natureza dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no que diz respeito à descentralização da oferta de qualificação profissional, levando em conta as necessidades socioeconômicas de cada região e ainda o propósito de evitar o êxodo de jovens estudantes para a capital.

A instituição, ao longo de sua história centenária, atuando na educação profissional e tecnológica do Estado, tem se estabelecido como um elemento de desenvolvimento

regional, formando profissionais de reconhecida qualidade para o setor produtivo e promovendo o crescimento social de seus egressos. Neste momento em que, na condição de centro universitário, abraça-se definitivamente as dimensões da pesquisa tecnológica e da extensão, além do ensino, em busca de continuar o atendimento às demandas da sociedade e

do setor produtivo como foco de nossa missão institucional.

Segundo o Plano de desenvolvimento Institucional (PDI, 2024-2028), a missão do IFCE é produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

O IFCE apresenta como valores o compromisso ético com a responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

A Reitoria é o órgão executivo do IFCE, responsável pela administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da instituição. O IFCE é dirigido por um reitor, escolhido em processo de consulta aos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e aos estudantes regularmente matriculados. Além do reitor, a Reitoria é composta por cinco pró-reitorias, dirigidas por pró-reitores designados pelo reitor, sendo órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às dimensões: ensino, pesquisa, extensão, administração e gestão.

O Instituto Federal é uma tradicional Instituição Tecnológica¹ que tem como marco referencial de sua história Institucional a evolução contínua e com crescentes indicadores de qualidade. A trajetória evolutiva corresponde ao processo histórico de desenvolvimento industrial e tecnológico da região Nordeste e do Brasil, quando a história institucional teve início no despertar do século XX, quando o então Presidente Nilo Peçanha, cria, mediante o decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 - 19 Escolas de Aprendizizes Artífices.

O incipiente processo de industrialização passa a ganhar maior impulso durante os anos 40, em decorrência do ambiente gerado pela Segunda Guerra Mundial, levando à transformação da Escola de Aprendizizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza, no ano de 1941 e, no ano seguinte, passa a ser chamada de Escola Industrial de Fortaleza, oferecendo formação profissional diferenciada das artes e ofícios, orientada para atender às profissões básicas do ambiente industrial e ao processo de modernização do país.

¹ Fonte: <https://ifce.edu.br/fortaleza/o-campus>. Acesso em: 06/06/2021. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizizes Artífices, com a inspiração, orientada pelas escolas vocacionais, francesas, destinadas a atender à formação profissional para os pobres e desvalidos da sorte.

O crescente processo de industrialização, mantido por meio da importação de tecnologias orientadas para a substituição de produtos importados, gerou a necessidade de formar mão-de-obra técnica para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. No ambiente desenvolvimentista da década de 50, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de Autarquia Federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando a missão de formar profissionais técnicos de nível médio.

Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e em 1968, recebe então a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, demarcando o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional, com elevada qualidade, passando a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

O contínuo avanço do processo de industrialização, com crescente complexidade tecnológica, orientada para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais, já no final dos anos 70, para a criação de um novo modelo institucional, surgindo então os Centros Federais de Educação Tecnológica do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará é igualmente transformada junto com as demais Escolas Técnicas da Rede Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica, mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, a qual estabeleceu uma nova missão institucional com ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão tecnológica.

A implantação efetiva do CEFET-CE somente ocorreu em 1999. Em 1995, tendo por objetivo a interiorização do ensino técnico, inaugurou duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte, distantes, respectivamente, 385 km e 570 km da sede de Fortaleza. Em 1998 foi protocolizado, junto ao MEC, seu Projeto Institucional, com vistas à transformação em CEFET-CE que foi implantado, por Decreto de 22 de março de 1999. O Decreto cumpriu determinação da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, a qual abria a possibilidade da transformação das ETFs em CEFETs (SANTOS, 2017).

O Ministério da Educação, reconhecendo a vocação institucional dos Centros Federais de Educação Tecnológica para o desenvolvimento do ensino de graduação e pós graduação tecnológica, bem como extensão e pesquisa aplicada, reconheceu, mediante o Decreto nº 5.225, de 14 de setembro de 2004, em seu artigo 4º, inciso V, que, dentre outros

objetivos, tem a finalidade de ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais especialistas na área tecnológica.

A evolução do CEFET-CE, aliada ao novo contexto regional, aponta para um posicionamento estratégico, sua transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), o que ocorreu em 2008, com a promulgação da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Hoje, o IFCE conta com 34 *campi*², distribuídos em todas as regiões do estado. Este novo status institucional - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é o mobilizador da comunidade para o comprometimento com a continuidade de seu crescimento institucional necessário para acompanhar o perfil atual e futuro do desenvolvimento do Ceará e da Região Nordeste.

Pelo contexto exposto, o histórico do *Campus Fortaleza*³ se confunde com a própria história do IFCE, localizado na cidade de Fortaleza teve origem no início do século XX, quando da criação da Escola de Aprendizes Artífices, pelo Presidente Nilo Peçanha. Passou por várias mudanças em sua denominação, em 1941 passou a Liceu Industrial do Ceará, em 1968 recebeu o nome de Escola Técnica Federal do Ceará, até então, disponibilizando para sociedade profissionais formados a nível de Qualificação Profissional e Técnica. Em 1999, por meio da Lei Federal nº 8.948, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), e recebeu autorização para a oferta do ensino.

A Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, unificou o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), criando assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Dessa forma, o IFCE Campus Fortaleza, foi criado em 29 de dezembro de 2009, pela Lei 11.892, está situado em uma área de aproximadamente 39.000 m². O *Campus Fortaleza* dispõe de 120 salas de aulas convencionais, mais de 125 laboratórios nas áreas de Artes, Turismo, Construção Civil, Indústria, Química, Licenciaturas e Telemática, além de sala de videoconferência e audiovisual, unidade gráfica, biblioteca, incubadora de empresas, espaço de artes, complexo poliesportivo e auditórios.

² Fonte: <https://ifce.edu.br/fortaleza/o-campus>. Acesso em 13/06/2021.

³ Fonte: <https://ifce.edu.br/fortaleza/o-campus>. Acesso em 12/06/2021.

O *Campus* de Fortaleza, no semestre letivo 2024.1, oferta cursos do nível técnico a pós-graduação, totalizando cerca de 6.888 estudantes matriculados em 45 cursos, sendo distribuídos em 16 cursos técnicos (integrados, concomitantes e subsequentes), 8 cursos superiores de tecnologia, 5 bacharelados, 4 licenciaturas, 2 especializações pós-técnica e 2 *lato sensu*, 7 cursos de mestrado e 1 de doutorado. Diante posto, o *Campus* Fortaleza configurando-se como o maior *campus* do IFCE no estado (EM NUMEROS IFCE - atualizado em 11.09.24).

O IFCE *campus* Fortaleza disponibiliza a sociedade os cursos técnicos em edificações (integrado e subsequente), eletrotécnica (integrado e concomitante), guia de turismo (subsequente), informática (integrado), instrumento musical (concomitante), manutenção automotiva (subsequente), mecânica (integrado e concomitante), química (integrado), refrigeração e climatização (integrado), segurança no trabalho (subsequente), telecomunicações (integrado), eventos (subsequente - EAD) e alimentos (concomitante); além de duas especializações técnicas (Energia Solar Fotovoltaica, Eficiência Energética em Edificações).

A oferta para os cursos de graduação ocorre através dos cursos superiores de tecnologia (Telemática, Mecatrônica Industrial, Processos Químicos, Gestão Ambiental, Saneamento Ambiental, Estradas, Gestão Desportiva e de Lazer e Hotelaria; dos cursos de bacharelados (Engenharia da Computação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Civil e Turismo); e de licenciatura (Física, Matemática, Artes Visuais e Teatro).

O campus oferta cursos a nível de pós-graduação, contemplando as modalidades *Lato Sensu* (02) e *Stricto Sensu* (08) a saber, especializações *Lato Sensu* (Ensino de Línguas Estrangeiras, Turismo Sustentável); mestrado *Stricto Sensu* (Artes, Ciência da Computação, Educação Profissional e Tecnológica, Energias Renováveis, Engenharia de Telecomunicações, Ensino de Ciências e Matemática; Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação e Tecnologia e Gestão Ambiental), e um doutorado (*Stricto Sensu*) interinstitucional acadêmico na área de ENSINO que pertence à REDE NORDESTE DE ENSINO – RENOEN. Ensino de línguas estrangeiras, Turismo Sustentável.

Além do ensino, como missão principal, o IFCE promove outras ações como a pesquisa e extensão que complementam e promovem o desenvolvimento acadêmico e crítico do aluno. No tangente à pesquisa tem-se a Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação- PRPI que desenvolve ações de estímulo à inovação tecnológica e à produção científica entre alunos e professores da Instituição. O órgão é responsável por ampliar os indicadores de qualificação do

corpo docente e induzir à formação de grupos de pesquisa institucionais pelo Instituto Federal.

Os educadores são incentivados à submissão de projetos nos mais diversos editais das agências de fomento, como CNPq, CAPES, FUNCAP, FINEP, MINISTÉRIO DOS ESPORTES, dentre outras. A Entidade Educacional impulsiona o envolvimento de estudantes por meio de programas de bolsa de iniciação científica nas diversas áreas do conhecimento e de produtividade de apoio a pesquisadores e de bolsas de apoio à produtividade para pesquisadores.

O Departamento de Pesquisa e Inovação - DPI, parte integrante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, é o órgão do IFCE responsável por fazer a conexão entre o pesquisador, a comunidade e o setor produtivo. Com a nova institucionalidade, a pesquisa aplicada voltada para o benefício da

comunidade e o crescimento econômico de nossa região e do País se torna uma das atividades-fins do Instituto. Para tanto, a aproximação entre as pesquisas desenvolvidas no IFCE e entidades externas são incentivadas, visto que foi criado o Sistema de Inovação do IFCE.

Entre os programas e projetos têm-se o Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa – ProAPP/IFCE; o Programa de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – PIQDTec; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

e Tecnológica da FUNCAP - PIBICT/FUNCAP; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação- PIBITI.

O IFCE também mantém os Grupos de Pesquisas nas áreas de Ciências Humanas com os grupos de pesquisa em: Cultura do Efêmero; Relações Sociais sob a Órbita da Tecnologia; Educação; Ensino e Aprendizagem; Ensino Médio Integrado; Ética, Corporeidade e Diferença; Formação Docente e Trabalho Pedagógico; Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional; Ontologia Marxiana, Educação Presencial e Trabalho e PROEJA.

Na área de Engenharia têm-se as linhas de pesquisa em Centro de Pesquisa em Resíduos Sólidos; Comunicação Móvel e Celular; Construção Civil; Engenharia e Meio Ambiente; Gestão e Saneamento Ambiental, entre outros.

A área de Linguística, Letras e Artes mantém os grupos de pesquisa Arte Um; Estudos Linguístico-Literários; Grupo de Estudos da Formação de Professores de Artes Visuais; Meio Fio de Pesquisa e Ação e Poética do Corpo.

Cada área de concentração tem suas linhas de pesquisa conforme as temáticas desenvolvidas pelos grupos de pesquisa formados por professores e alunos devidamente

cadastrados no DPI.

O IFCE também mantém a Pró-reitora de Extensão (PROEXT), que tem como missão planejar, executar e acompanhar as políticas de extensão, formular diretrizes, de modo a promover a integração do conhecimento acadêmico e cultural, em parceria com a comunidade externa à instituição, permitindo uma relação transformadora entre o IFCE e a sociedade (IFCE, 2022).

A PROEXT mantém programas institucionais de apoio a projetos de extensão, cursos de extensão e de apoio ao empreendedorismo e inovação, são eles, Programa de Apoio a Projetos de Extensão (PAPEX), Programa de Incubação de Empresas, Programa de Empresas Juniores e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

O Programa de Apoio a Projetos de Extensão (PAPEX) destina-se a seleção de Projetos de Extensão com concessão de bolsa discente visando o fortalecimento da extensão nas grandes áreas temáticas, definidas segundo a Política Nacional de Extensão – PNE 2011-2020, contribuindo significativamente para o desenvolvimento das atividades de extensão do IFCE.

O Programa de Incubação de Empresas é uma ação pedagógica que oferece suporte aos alunos e egressos dos diversos cursos regulares da Instituição. O objetivo é desenvolver ideias e transformá-las em oportunidades de geração de negócios inovadores, que atendam ou induzam demandas do mercado (IFCE, 2018).

Já o Programa de Empresas Juniores tem por finalidade regulamentar, fomentar e permitir a criação e o funcionamento de empresas juniores no IFCE. Dentre os objetivos de uma Empresa Júnior é proporcionar ao estudante a aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos à área de formação profissional em nível superior, garantindo-lhes desenvolvimento técnico e acadêmico.

Por fim, os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) é uma ação pedagógica de caráter teórico e prático, planejado para atender demandas da sociedade, visando o desenvolvimento para a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos, com critérios de avaliação definidos, e oferta não regular. O IFCE possui um catálogo de Cursos FIC que foi construído visando divulgar os cursos de extensão ofertados ou que poderão eventualmente ser concebidos de acordo com a vocação de cada *campus*. Ele é mais um incentivo à oferta e realização de cursos nos diversos campi, bem como à participação da comunidade externa nos mesmos, cumprindo um dos objetivos dos institutos federais previsto em sua Lei de criação (IFCE, 2022).

Em vista do exposto, o IFCE *Campus* Fortaleza, enquanto Instituição de Ensino

Superior cumpre sua missão dentro da conjuntura socioeconômica de Fortaleza e à demanda de profissionalização pela sociedade.

4. JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO

Sabe-se que o turismo no Ceará é mola propulsora de desenvolvimento, geração de emprego e renda para as comunidades, o que nos faz compreender a importância socioeconômica desta atividade para o Estado. O Ceará tem 184 municípios, dos quais muitos têm elevado potencial para o turismo receptivo, tanto na capital Fortaleza, como ao longo do litoral, nas serras e nos sertões.

Além de Fortaleza, com sua infraestrutura para viagens, eventos, atrativos turísticos, destacam-se cidades como Canindé e Juazeiro do Norte que promovem o turismo religioso, Quixadá e adjacências, as quais possuem vocação para o desporto e ecoturismo, Guaramiranga e Tianguá, cidades serranas, que instigam também o ecoturismo e turismo rural, além dos 573 km de litoral, que estimulam o turismo de lazer, sol e praia.

Assim, o turismo se configura como atividade altamente lucrativa e geradora de empregos, onde o fluxo turístico cresce 10% em média ao ano desde 1995. O Brasil tem atraído o mercado internacional gradativamente e o próprio mercado doméstico aumenta o índice de viagens para todas as regiões brasileiras, em especial no sul e nordeste.

O turismo é uma atividade altamente lucrativa e geradora de empregos. No Brasil o fluxo turístico cresce notoriamente. Segundo dados da 2ª edição do Anuário Estatístico de Turismo - 2020, o Brasil recebeu a visita de 6,3 milhões de turistas internacionais em 2019. Conforme dados do levantamento mensal da Embratur e do Ministério do Turismo, o Brasil recebeu quase 2,7 milhões de turistas estrangeiros nos quatro primeiros meses de 2023. O número equivale a 75% dos visitantes internacionais que entraram no país durante todo o ano de 2022, o que equivale a 3,6 milhões de turistas (EMBRATUR, 2023). Já no Ceará, o turismo cresceu significativamente nos últimos anos, contribuindo para a geração de emprego e do nível de renda da população.

Ainda no primeiro trimestre de 2023, cresceu 15,2%, mesmo diante de uma base elevada verificada em igual período de 2022, quando apresentou crescimento de 47,7%. Cabe ressaltar que o desempenho turístico do Ceará, nos três primeiros meses deste ano, superou a atividade turística nacional, que registrou alta de 11% no mesmo período (IPECE, 2023.)

Em 2021, mesmo sendo um dos setores mais impactados pela crise sanitária da Covid-19, o turismo no Brasil fechou o ano com um faturamento de R\$ 152,4 bilhões, apesar da cifra ainda ser inferior aos números antes da Covid-19, representa um aumento de 12% em

relação a 2020.

Em comparação entre os meses de dezembro de 2021 e de 2020, o Índice de Atividades Turísticas medido pelo IBGE registrou crescimento de 30,7%. A elevação foi verificada nas 12 Unidades da Federação onde o indicador é investigado, com destaque para os estados de São Paulo (34%), Minas Gerais (48,5%), Rio de Janeiro (17,6%), RioGrande do Sul (57,2%) e Bahia (33,1%) (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO, 2020).

O Brasil tem atraído o mercado internacional gradativamente e o próprio mercado doméstico aumenta o índice de viagens para todas as regiões brasileiras, em especial, sul e nordeste. De acordo com dados disponibilizados pelo Diário do Nordeste em 19 de junho de 2022, a participação do turismo no PIB pode ser aproximada por dois itens dentro do setor de serviços: “alojamento e alimentação” e “artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços”. Utilizando essa aproximação, o turismo seria responsável por 5% do PIB do Nordeste, ante 4,4% para a economia nacional. Considerando as maiores economias da região, a relevância do turismo seria maior no Ceará (6,0% do PIB estadual), Bahia (4,9%), Pernambuco e Maranhão (4,5%) – dados de 2019.

Conforme dados de 2020 da Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR “a demanda de turistas internacionais atingiu o número de 75.322 visitantes, ultrapassando a meta aguardada para 2020, salientando a chegada de 1.082 voos internacionais no aeroporto de Fortaleza, fruto das 12 ações de promoção e marketing, sendo 6 feiras internacionais e 6 feiras nacionais”. Outro destaque foi que a cidade de Fortaleza ficou em 2º lugar entre os destinos nacionais mais procurados pelos brasileiros que viajaram nos meses de maio e junho de 2022, segundo a Pesquisa de Sondagem Empresarial com Agências e Operadores de Turismo no Brasil, divulgada pelo Ministério do Turismo (MTur) (PORTAL G1, 2022).

Considerando o crescimento da oferta turística nos últimos anos, Fortaleza recebeu em 2023, 159.167 turistas (SETUR 2023) tanto doméstica como internacional. Diante disso, percebe-se a necessidade da melhoria da qualidade dos serviços prestados com o intuito de fidelizar o cliente e se consolidar como uma das cidades brasileiras mais procuradas para o turismo de lazer.

Diante de tais estatísticas, o curso técnico em Guia de Turismo traz uma série de benefícios para o estado e para o setor do turismo em geral, considerando que o Ceará é um estado brasileiro conhecido por suas belezas naturais, praias deslumbrantes, cultura rica e clima agradável, sendo uma das principais fontes de receita e emprego no estado, e seu potencial de crescimento é significativo, necessitando de profissionais capacitados para atuar como guia de turismo, já que esta profissão oferece aos visitantes uma experiência

enriquecedora e segura.

Assim, este curso pode fornecer aos futuros guias de turismo, o conhecimento necessário em áreas como história local, cultura, ecologia, línguas estrangeiras, primeiros socorros e atendimento ao cliente. Essas habilidades são essenciais para garantir a satisfação dos turistas e a promoção do destino.

No que se refere à geração de emprego e renda, os formandos terão a oportunidade de trabalhar como guias de turismo em diversas regiões do estado e país, ajudando a aumentar a renda de suas famílias e promovendo o desenvolvimento econômico local.

Desta forma, diante do investimento na formação de guias de turismo, o Ceará pode se destacar como um destino turístico competitivo em nível nacional e internacional, promovendo a cultura e história local, incluindo ainda aspectos relacionados à sustentabilidade e ao turismo responsável.

Este PPC tem o propósito de atualizar e alinhar a matriz curricular com os outros *campi* que também ofertam o curso de Guia de Turismo, conforme análises e ponderações de professores e alunos. Também propõe a adoção de metodologias de ensino mais eficazes para atingir o objetivo de formação do perfil profissional e para contenção de evasão.

A atualização da matriz curricular também se adequa melhor às tendências do setor produtivo. Ao longo das ofertas de turmas do curso, desde sua criação, em 2010, os professores da comissão de implantação observavam as potencialidades e fragilidades do itinerário formativo e com a instauração do Colegiado, definiu-se a necessidade de apresentar nova proposta de matriz. Aproveitou-se para atualizar dados estatísticos de uma maneira geral da área de turismo bem como o corpo docente e os Planos de Unidade Didática de Ensino (PUDs).

A partir do apresentado, entende-se que o estado do Ceará tem diversos atrativos naturais, culturais e, portanto, são necessários profissionais capacitados para trabalhar na segmentação. Diversos cursos na área de turismo são ofertados por instituições de ensino superior, em nível técnico e capacitações e o IFCE se destaca como uma das instituições que ofertam cursos na área de turismo, hospitalidade e lazer com qualidade de ensino e tradição nos níveis superior e técnico/médio. Assim, converge-se a importância do curso de Técnico em Guia de Turismo do IFCE com ênfase na organização dos roteiros turísticos e no guiamento.

Nesse sentido, o Departamento de Turismo do IFCE, *Campus* Fortaleza é reconhecido por sua tradição em formar profissionais nesta área desde a Escola Técnica do Ceará nos anos de 1999, quando o curso de guia de turismo foi referência no Nordeste.

Além deste, o curso de Tecnologia em Gestão de Turismo ofertou vagas desde o ano

de 2001.1 até o semestre letivo de 2009.1, colocando, no mercado, vários profissionais da área.

A oferta do curso de Técnico em Guia de Turismo proporciona à área de Turismo, Hospitalidade e Lazer do IFCE ensinar o que tem de *know-how* na área de guiamento e atende à demanda de mercado e à uma demanda social em Fortaleza e adjacências, pois o IFCE é o único a ter a oferta pública/gratuita desta formação, já que:

O profissional de Guia de Turismo, conforme a **Lei Federal de nº 8623 de 28 de janeiro de 1993** (LEI 8623, 1993) é aquele, que, “devidamente cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas”.

Fundamentando-se em percepções e contatos com o mercado, professores, editais, ofertas de emprego na área privada, pesquisa coletada pelos alunos e egressos, ficou evidenciado que, o mercado local já está com o número de profissionais gestores em Turismo satisfatório, entretanto, a oferta de cursos técnicos nessa área ainda é escassa.

A Lei ainda estabelece as funções do profissional de guia de turismo:

- Guia regional - quando suas atividades compreenderem a recepção, o traslado, o acompanhamento, a prestação de informações e assistência a turistas, em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais de uma determinada unidade da federação, para visita a seus atrativos turísticos.
- Guia de excursão nacional - quando suas atividades compreenderem o acompanhamento e a assistência a grupos de turistas, durante todo o percurso da excursão de âmbito nacional ou realizada na América do Sul, adotando, em nome da agência de turismo responsável pelo roteiro, todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias à fiel execução do programa.

A Portaria Nº 37, de 11 de novembro de 2021, do Ministério do Turismo, também estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo, destacando o previsto na **Lei Federal de nº 8623 de 28 de janeiro de 1993** (LEI 8623, 1993) (PORTARIA nº 37, 2021).

Em Fortaleza, a Prefeitura Municipal também estabeleceu a Lei nº 0198/2014, que determina que as atividades inerentes ao setor do turismo sejam realizadas pelo profissional com a formação específica na área e o credenciamento de guia de turismo regional do Ceará. “(...) A ação representa um ganho para os visitantes da capital cearense, que serão recepcionados

por profissionais qualificados e guias especializados, reconhecidos por sua formação” (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2015).

A oferta de um **curso público de Técnico em Guia de Turismo** para a comunidade de Fortaleza é feita pelo IFCE desde 1972, quando o curso de Guia era ofertado juntamente com a habilitação de Agenciamento e era em âmbito de técnico-integrado. O curso passou por redefinição de sua missão e objetivo, bem como foi reordenado para atender ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - MEC (CNCT, 2020). Desde a primeira oferta do curso já remodelado, em 2010, 194 alunos já foram diplomados (conforme Sistema Acadêmico em Listagem de alunos na condição de conclusão). Os egressos, depois de formados, se cadastram no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo (CADASTUR) e recebem a carteira de Guia de Turismo, que os autoriza a trabalhar na área.

Muitos dos egressos também retornam ao IFCE nos demais cursos da área do Departamento de Turismo, Hospitalidade e Lazer (DTUHL), cumprindo o itinerário formativo nos cursos superiores.

Sendo assim, justifica-se a oferta do curso Técnico em Guia de Turismo contribuindo com a inclusão social e atendendo às diretrizes do Ministério da Educação em ofertar todos os níveis de ensino nos Institutos Federais.

O projeto pedagógico e matriz curricular do curso Técnico de Guia de Turismo foram alterados atendendo às exigências do Ministério de Turismo, além da compatibilização do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, bem como a Lei de Diretrizes e Bases-LDB, a Resolução CNE/CEB 06/2012, da Câmara de Educação Básica e Conselho Nacional de Educação, a Lei 11.892 que dispõe sobre a criação dos Institutos Federais (LEI 11.892, 2008), a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CNE/CP, 1/2004), o Decreto 5.626/2005 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras), o artigo 26 da LDB que trata da inclusão da Educação Física, conforme p. 114 da DCN (2013) que cita: “(...) o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso como componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental (...)”

Desta feita, o Projeto Pedagógico do curso Técnico em Guia de Turismo se faz pertinente e demonstra perspectivas positivas e promissoras a médio e longo prazo para a continuidade do curso e a atualização de sua matriz curricular visando estar sempre em harmonia e alinhado ao mercado de trabalho.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Normativas nacionais de cursos técnicos de nível médio

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
- Lei nº 11.741/2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para re dimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica.
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria o Instituto Federal do Ceará e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de janeiro de 2020. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica

- Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de janeiro de 2020. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT, quarta edição, conforme disposto na Resolução Nº 02, de 15 de dezembro de 2020, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Alterado em 2024 pela Portaria Nº 513 de 4 de junho de 2024.
- Resolução CNE/CP Nº 2, de 4 de abril 2024. Dispõe sobre a incorporação aos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos (CNCT) e de Cursos Superiores de Tecnologia (CST), de Áreas Tecnológicas aos respectivos Eixos Tecnológicos.

Normativas nacional relativa ao perfil profissional do egresso e sua área de atuação

- Lei Nº 8.623, 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências.
- Decreto nº 946, de 01 de outubro de 1993. Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências.
- Deliberação Normativa Nº 427 de 04 de outubro de 2001. Adota para fins de regulamentação dos art. 4º, 5º e 10º do Decreto Nº 946 de 01 de outubro de 1993, os critérios a serem apresentados como subsídios aos órgãos próprios dos sistemas de ensino para apreciação dos planos de curso para educação profissional de nível técnico Guia de turismo.
- Portaria nº 37, de 11 de novembro de 2021. Ministério do Turismo. Estabelece as normas e condições a serem observadas no exercício da atividade de Guia de Turismo. Diário Oficial da União. Brasília, 12 de novembro de 2021
- Portaria nº 105, de 20 de junho de 2018. Ministério do Turismo. Disciplina o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur instituído pela Portaria MTur nº 130, de 26 de julho de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 25 de junho de 2018.

Normativas institucionais comuns aos cursos técnicos

- Resolução CONSUP Nº 35 em 22 de junho de 2015. Aprova o Regulamento da Organização Didática (ROD), 2015.
- Resolução CONSUP Nº 144, de 20/12/2023 - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE (PDI 2024-2028).
- Resolução CONSUP Nº. 33, de 22 de junho de 2015. Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI).
- Resolução CONSUP Nº100, de 27 de setembro de 2017, que estabelece os procedimentos para criação, suspensão e extinção de cursos no IFCE.
- Resolução CONSUP Nº 141, de 18 de dezembro de 2023. Manual de Normatização de Projetos Pedagógicos dos Cursos do Instituto Federal do Ceará
- Portaria Nº 176/GABR/REITORIA, de 10 de maio de 2021. Tabela de Perfil Docente.
- Manual de Estágio do IFCE.
- Resolução CONSUP Nº 39, de 22 de agosto de 2016. Aprova a Regulamentação das Atividades Docentes (RAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE.
- Resolução CONSUP Nº 75, de 13 de agosto de 2018. Revoga as Resoluções nº 055, de 14 de dezembro de 2015, e a Resolução nº 050, de 22 de maio de 2017, e define as normas de funcionamento do colegiado dos cursos técnicos e de graduação do IFCE
- Nota Técnica Nº 2/2018/PROEN/REITORIA. Orientações acerca do alinhamento das matrizes de cursos técnicos e de graduação presenciais do IFCE
- Instrução Normativa nº 5/2022. Dispõe sobre procedimentos para o cumprimento da carga horária das aulas em horas-relógio, pelos componentes curriculares dos cursos técnicos e de graduação ofertados no turno noturno, na forma presencial, no Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE).

6. OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo geral

- Formar Guia de Turismo na categoria Regional e de Excursão Nacional, que planeje, execute roteiros e itinerários turísticos; oriente, assista e conduza pessoas ou grupos durante traslados, passeios, visitas, viagens, com ética profissional e respeito ao meio ambiente, à cultura e à legislação.

Alinhado ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), o curso Técnico em Guia de Turismo promove uma formação que enfatiza os conhecimentos multidisciplinares sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais, geográficos e outros de interesse do turista, conhecimentos técnicos relacionados à operação turística, marketing pessoal e idiomas; além da comunicação clara e empática, respeito à diversidade, atenção à sustentabilidade dos atrativos e destinos turísticos, atitude proatividade na tomada de decisões táticas e operacionais relacionadas à atividade, criatividade e flexibilidade para a solução de problemas e conflitos.

6.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, o curso deverá preparar o profissional técnico em guia de turismo, garantindo que seus egressos, sejam capazes de:

- Executar o guiamento turístico de acordo com o planejamento estabelecido;
- Agir demonstrando equilíbrio emocional diante de situações de conflito e de emergência;
- Aplicar a variante linguística adequada a cada contexto de situação real e de comunicação oral e escrita;
- Utilizar as estruturas básicas do idioma para se expressar com fluência e precisão em situações pertinentes a área de atuação profissional;
- Utilizar adequadamente as interfaces do ambiente virtual, sistemas operacionais e aplicativos;
- Conhecer os aspectos teórico-práticos, adequados às inovações tecnológicas e prospecção mercadológica;
- Fazer uso apropriado das normas gramaticais da variante em determinados contextos de comunicação;
- Agir respeitosamente em face ao meio ambiente e à diversidade cultural em diferentes situações relativas à sua ação profissional;
- Compreender o processo e outras ferramentas de pesquisa;

- Atuar social e profissionalmente de forma ética;
- Possuir visão humanística crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade;
- Revelar atitude de boas relações humanas na sociedade;
- Demonstrar atitude de iniciativa, organização, liderança, autonomia e interesse pela obtenção de conhecimentos que transformem a realidade;
- Entender o mundo do trabalho, a tecnologia e a sociedade como construções históricas influenciadas por projetos políticos e sociais em constante transformação;
- Reconhecer a diversidade das culturas e das relações humanas e a convivência democrática e tolerante entre elas.

7. FORMAS DE INGRESSO

O ingresso ao Curso Técnico em Guia de Turismo, na forma subsequente, na modalidade presencial, segue o padrão adotado pelo IFCE, conforme o artigo 45 do ROD (IFCE, 2015). O ingresso de estudantes nos cursos técnicos do IFCE dar-se-á, preferencialmente, por meio de processos seletivos regulares e específicos para diplomados ou transferidos.

O processo seletivo regular é aberto ao público por meio de edital específico, para o primeiro período do curso, destinado a estudantes que tenham certificado de conclusão do Ensino Médio. No Edital consta o curso com o número de vagas a preencher, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, os instrumentos, os critérios de seleção e demais informações úteis. A cada semestre são ofertadas 30 vagas que serão preenchidas com os candidatos aprovados no exame de seleção.

Ademais, serão admitidos alunos diplomados e transferidos de outros cursos, do próprio Instituto Federal do Ceará ou de outras instituições de ensino, através de edital de seleção específico de admissão de alunos transferidos e diplomados, nos termos dos artigos 53 (transferência interna), 55 (transferência externa), 57 (transferência ex-ofício) e 59 (Diplomados) do Regulamento da Organização Didática (ROD, 2015).

Observa-se que não há reserva de vagas, sendo a oferta determinada em editais de transferidos e diplomados. Para o cálculo de vagas de transferidos e graduados observa-se o conteúdo da Portaria nº. 653/GR de 14 de outubro de 2015.

Seguem vagas ofertadas anualmente:

Quadro 01 – Oferta de Vagas

Curso Técnico em Guia de Turismo			
Número de vagas por ano	Turno	Formas de Ingresso	Carga Horária
30 + vagas de transferidos e graduados	Noturno	Processo Seletivo; Transferidos e Graduados	1060 horas

8. ÁREAS DE ATUAÇÃO

Segundo o Ministério do Turismo, no Art. 5º inciso II do Decreto 946/93 para atuar como Guia de Turismo é necessário:

Art. 5º. O cadastramento e a classificação do Guia de Turismo em uma ou mais das classes previstas neste decreto estará condicionada à comprovação do atendimento aos seguintes requisitos:

[...]

II - ser maior de dezoito anos, no caso de guia de turismo regional, ou maior de 21 anos para atuar como guia de excursão nacional ou internacional;

Porém se o menor de idade for emancipado pode efetuar o cadastro conforme Código Civil Lei 10.406 /2002 Art. 5, parágrafo primeiro. Diante disso, o egresso do curso Técnico em Guia de Turismo atendendo os requisitos legais, poderá atuar dentro do Estado do Ceará, em todo o território nacional e América do Sul, conforme a Lei №. 8.623/93, que dispõe sobre o guia de turismo regional e especializado.

Especificamente, o egresso poderá atuar:

- Em excursões de turismo organizadas com intermediação das empresas relacionadas à acomodação em geral (hotéis, motéis, camping, pousadas, albergues, *hostel*, resorts, hotéis-fazenda, lodges, etc.);
- Empresas promotoras de eventos; clubes, parques temáticos, escolas, igrejas e associações.
- Em grupos organizados pelo profissional;
- Meio Ambiente: áreas de conservação, reservas florestais, órgãos municipais, estaduais e federais de proteção ao meio ambiente, agroturismo, turismo rural e ecoturismo;
- Nas instituições de ensino nos cursos profissionalizantes para o guiamento, na disciplina teoria e prática do guiamento, desde que habilitado.
- Museus e centros culturais;

- Organizações públicas e privadas do segmento do turismo.

9. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

O profissional concluinte do curso, na modalidade presencial oferecido pelo IFCE *Campus* Fortaleza, deverá apresentar um perfil de egresso que o habilite a desempenhar suas atividades desenvolvendo as competências:

Competências profissionais:

- Desenvolver com destreza a atividade de guia de turismo regional e nacional;
- Planejar e organizar a execução de roteiros e itinerários turísticos.
- Conduzir e orientar visitantes na realização de traslados, passeios, visitas e viagens.
- Prestar informações turísticas no contexto local, regional e nacional.
- Intermediar as relações entre visitantes, comunidade e prestadores de serviços turísticos.
- Prestar assistência aos visitantes durante a realização dos roteiros e itinerários turísticos.
- Conhecer e identificar a história, geografia e cultura regional, nacional e da América do Sul;
- Prestar primeiros socorros;
- Comunicar-se de forma clara e cordata com os turistas;
- Compreender e comunicar-se em mais de um idioma (inglês, espanhol e francês) em nível A1 do Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas Estrangeiras;
- Orientar turistas quanto a documentação, procedimentos de embarque/desembarque nos meios de transporte e nas visitas turísticas;
- Conhecer e aplicar técnicas para a prática do guiamento regional e nacional/excursão nacional

Competências Pessoais:

- Habilidade nas relações interpessoais;
- Dinamismo, iniciativa e flexibilidade para as ações;
- Capacidade para inovar;
- Disciplina;
- Manter boa condição física;
- Espírito de dedicação e cooperação;

- Cultura geral;
- Comprometimento com a responsabilidade social;
- Liderança;
- Criatividade;
- Disponibilidade;
- Atualização permanente dos conhecimentos na área e sobre as mudanças globais;
- Comunicação em língua estrangeira em nível A1 do Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas Estrangeiras.

10. METODOLOGIA

Na construção da metodologia do projeto pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo foram planejadas estratégias metodológicas para possibilitar ao aluno condições para sua permanência e êxito durante o curso.

O fazer pedagógico consiste no processo de construção e reconstrução da aprendizagem na dialética da intenção da tarefa partilhada, em que todos são sujeitos do conhecer e aprender, visando à construção do conhecimento, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa, interdisciplinar e contextualizada.

Para isso é necessário entender que currículo vai muito além das atividades convencionais da sala de aula, pois é tudo que afeta direta ou indiretamente o processo ensino-aprendizagem.

Nesta abordagem, o papel dos educadores é fundamental para consolidar um processo participativo em que o aluno possa desempenhar papel ativo de construtor do seu próprio conhecimento, com a mediação do professor. O que pode ocorrer através do desenvolvimento de atividades integradoras como: debates, reflexões, seminários, momentos de convivência, palestras, oficinas e trabalhos coletivos.

Em um curso dessa especificidade, assim como as demais atividades de formação acadêmica, as aulas práticas, visitas, viagens e outras atividades inerentes à área de formação do guia de turismo são essenciais para que o aluno possa experimentar diferentes metodologias pedagógicas adequadas ao ensino. O contato do aluno com a prática deve ser planejado, considerando os diferentes níveis de profundidade e complexidade dos conteúdos envolvidos, tipo de atividade, objetivos, competências e habilidades específicas.

Inicialmente, o aluno deve ter contato com os procedimentos a serem utilizados na aula prática, realizada, simultaneamente, por toda a turma e acompanhada pelo professor.

No decorrer do curso, o contato do aluno com a teoria e a prática deve ser aprofundado por meio de atividades que envolvem a criação, o projeto, a construção e análise, e os modelos a serem utilizados. O aluno também deverá ter contato com a análise experimental de modelos, através de iniciação científica.

Para formar profissionais com autonomia intelectual e moral, tornando-os aptos para participar e criar, exercendo sua cidadania e contribuindo para a sustentabilidade ambiental, cabe ao professor do curso Técnico em Guia de Turismo organizar situações didáticas para que o aluno busque através de estudo individual e em equipe, soluções para os problemas que retratem a realidade profissional do educando. A articulação entre teoria e prática assim como das atividades de ensino, pesquisa e extensão deve ser uma preocupação constante do professor.

Outras ações são desenvolvidas pelo do curso de Técnico em Guia de Turismo, a saber:

10.1 Interdisciplinaridade

O inciso VIII do Capítulo II da Resolução CNE/CP nº 1, cita o objetivo da interdisciplinaridade, mencionando que está assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visa à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular.

A interdisciplinaridade dá-se em ordem de planejamento articulado pela coordenação pedagógica do curso com a equipe de professores e deve ser possibilitada de forma a romper uma concepção isolada para construir uma concepção do todo.

Os professores devem se reunir por proximidade de disciplina, área ou conteúdo, para organizar atividades de classe ou extraclasse, que permeiam e englobam diversos conteúdos, possibilitando assim, o aluno vivenciar e mesclar os conhecimentos das disciplinas.

Os professores se organizam por proximidade de disciplina, área ou conteúdo e desenvolvem atividades em classe ou extraclasse que permeiam e absorvam os diversos conteúdos ministrados, possibilitando assim, numa única atividade, ao aluno vivenciar e mesclar várias disciplinas de forma organizada e prática.

A **interdisciplinaridade** pode ser feita através de:

- trabalhos e seminários acadêmicos;
- visitas técnicas;
- produção de eventos e

- atividades lúdico-pedagógicas.

O saber-fazer é aspecto relevante na formação profissional para o Técnico em Guia de Turismo, entende-se, então, que o pensamento reflexivo-crítico aliado às habilidades, proporciona e agrega ao aluno maior capacidade cognitiva, e consequentemente, competitividade profissional.

As atividades integralizadas entre a teoria e as práticas são desenvolvidas através de visitas técnicas, *city tours* e viagens técnicas como:

- visitas técnicas feitas em equipamentos turísticos específicos, como: aeroportos, museus, monumentos, centros históricos, pontos turísticos naturais
- *city tours*: visitas aos pontos mais relevantes da cidade/local com duração de meio dia ou dia inteiro.
- viagens técnicas: viagens dentro do estado de origem do campus e viagens interestaduais.

O laboratório para o aluno do Guia de Turismo **é basicamente o uso do ônibus** para as atividades de visitas, *city tour* e viagens técnicas, permitindo ao aluno ir além da observação e desenvolver um processo valorativo, apreciativo, executivo, crítico e assimilativo.

O objetivo das atividades práticas é mostrar ao aluno o que aprendeu em suas aulas teóricas, para que, através das aulas práticas, possa vivenciar e experimentar conceitos e teorias aprendidas em sala de aula, promovendo uma aprendizagem dinâmica e contínua. Durante a realização das aulas práticas, o aluno é estimulado a interagir, experimentar para perceber além do concreto e da simples transmissão de conteúdo, oportunizando uma melhoria do desempenho dos alunos.

O conteúdo teórico é feito de conceitos que são abstrações da realidade, isso estimula a realização das aulas práticas, proporcionando a associação e a dinamização entre os conteúdos. Os alunos têm durante o curso Técnico em Guia de Turismo, várias oportunidades de aliar a teoria a prática, através de visitas técnicas, visitas técnicas, *city tour*, participação de eventos.

A prática profissional supervisionada pelas experiências e vivências profissionais aprendidas com as atividades profissionais durante os Guiamentos Regional e de Excursão Nacional, com base na articulação entre os conhecimentos construídos nas disciplinas, o mundo do trabalho e o contexto social, prepara o discente para enfrentar os desafios da profissão e do desenvolvimento da aprendizagem permanente.

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) são ferramentas que facilitam a prática de ensino e aprendizagem para a realização de diversas atividades acadêmicas. Em especial, as especificadas no Programa de Unidade Didática (PUD), quando

da “conversão das horas-aula de 50 (cinquenta) minutos dos cursos [...] ofertados no turno noturno para hora-relógio de 60 (sessenta) minutos por [...] meio da implementação de atividades não presenciais em cada disciplina” (Instrução Normativa IFCE/IFCE Nº 16, DE 07 DE JULHO DE 2023).

O *campus* tem disponível a rede de internet wi-fi nas instalações, promove articulação e facilita o acesso da comunidade acadêmica em diversas ocasiões, a saber, acesso ao Sistema Acadêmico, ao Google Sala de Aula (Tecnologia Digital utilizada por diversos docentes), internet em sala de aula.

10.2 Horário de atendimento ao aluno

Todos os professores em cumprimento da Resolução das Atividades Docente, disponibilizam percentual de sua carga horária semanal para atendimento ao aluno, oportunidade para orientação e esclarecimentos de dúvidas. Dessa forma, é oportunizado ao discente de um momento extraclasse para melhorar seu processo ensino aprendizagem.

10.3 Atividades extraclasse

São atividades semestrais e vinculadas às disciplinas do curso que acontecem em ambientes fora do espaço físico da instituição. Seguem:

- Disciplinas de Idiomas: *City Tour* interdisciplinar nos idiomas Inglês/Espanhol/Francês; gincanas, Mostra de vídeos, Mostra cultural, Aprendendo Idiomas com Músicas, entre outros;
- Disciplina de Animação Turística: Visitas a espaços e equipamentos e vivências de práticas de lazer e recreação;
- Na disciplina de Primeiros Socorros: visita ao corpo de bombeiros da corporação do Grupamento de Resgate e Urgência (GRU); Vivência no Setor da Saúde do campus Fortaleza.
- Na disciplina de Cultura Popular: Aulas /visitas em museus e centros culturais; Vivência com integrantes do projeto de Extensão do Campus, grupo Mira Ira, com aula prática de ritmos nordestinos (xote, xaxado, baião, marcha, maracatu, frevo e ciranda).
- Nas disciplinas de História, Geografia e Teoria e Prática de Guiamento além das viagens técnicas e *city tour*, são realizadas as atividades extra sala: Visitas ao Museu Antropológico do Ceará, Museu do Maracatu, Museu Sacro de São José de Aquiraz, Museu Diocesano de Sobral, Museu do Eclipse, Museu do Jangadeiro, Museu Artur Ramos (Renda), Museu de Cera do Padre Cícero; visitas à exposições de artes; ao Complexo Cultural Dragão do Mar e Planetário; visitas aos órgãos oficiais do turismo; visita ao Aeroporto Internacional Pinto

Martins; visita a Rodoviária João Tomé; visita a Casa José de Alencar; visitas a teatros e casas de show; apreciação de shows culturais, humorísticos, parafolclóricos; visitas e vivências a meios de hospedagens; visitas a parques temáticos, reservas ecológicas, Áreas de Preservação Ambiental (APAs); visitas a parques nacionais; visitas a sítios históricos; visitas a comércios de artesanatos; passeios ecológicos pelos rios Ceará, Jaguaribe e Mundaú; excursões em trilhas, mangues e dunas.

- Na disciplina de Transportes e Meio de Hospedagem: visitas a aeroportos, rodoviárias, estações de trens, meios de hospedagem.

10.4 Atendimentos Educacionais Especializados (AEE)

Conforme a Resolução N° 50 de 2015/ CONSUP-IFCE sobre o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), o PPC do curso compõe e busca fomentar entendimentos e trajetórias para amparar o aluno que possa apresentar necessidades específicas com a perspectiva da educação inclusiva e a permanência e êxito educacional.

A Resolução N° 50 de 2015 atende à Resolução CNE /CP nº 1 de 15 de janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

O inciso XI do Art. 3, Capítulo II da Resolução CNE/CP traz como referência:

“(...) observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade” (CNE, 2021).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) compreende um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional; continuamente prestado com a finalidade de complementar à formação dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais (DECRETO nº 7.611, 2011).

O Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é um núcleo permanente no campus, que tem por finalidade promover o acesso, a permanência e o êxito educacional do discente com necessidades específicas; além de promover, em conjunto com os demais setores do IFCE, suporte laboral e apoios técnico, científico, acadêmico, pedagógico e psicossocial necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área de acessibilidade e inclusão, sob a perspectiva dos direitos humanos e da diversidade (RESOLUÇÃO CONSUP / IFCE N° 143/2023).

Desta feita, o atendimento educacional especializado prestado pelo NAPNE tem como propósito o desenvolvimento e a implantação de recursos pedagógicos e de acessibilidade que abram espaço para a plena participação de todos os estudantes no processo ensino-aprendizagem, considerando suas necessidades educacionais específicas, suas potencialidades e não suas deficiências. Com esse atendimento complementar e/ou suplementar à formação, promove-se a autonomia e a independência do estudante na instituição, na vida familiar e no mercado de trabalho.

No *campus* Fortaleza o NAPNE é composto por servidores com o intuito de identificar as demandas na melhoria do atendimento ofertado aos estudantes, incentivando a cultura da “educação para convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, quebrar as barreiras arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais.

De acordo com **Cap V** da Resolução CONSUP/ IFCE nº 143/2023, o público-alvo do NAPNE são Pessoas com Deficiência Especiais, a saber:

- I - Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, [...];
- II- Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- III- Pessoa surda: Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- IV- Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão [...].
- V- Visão monocular classificada como deficiência sensorial, do tipo visual, para todos os efeitos legais;
- VI- Deficiência Intelectual¹: funcionamento intelectual significativamente inferior à média [...]
- VII- Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências;
- VIII- Pessoa com transtorno do espectro autista: aquela que possui deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social [...]
- IX - Pessoa com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD);
- X- Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação: aquelas que demonstram potencial

elevado em qualquer das áreas intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, isoladas ou combinadas, além de apresentar elevada criatividade, alto desempenho na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Cabe ressaltar que o atendimento educacional especializado é um direito do discente e dever institucional, contando com a colaboração de docentes, coordenadores de curso, setor pedagógico, equipe gestora, setor de saúde e assistência social, além de servidores dos demais setores.

Para assegurar o atendimento educacional especializado, o campus Fortaleza através do NAPNE disponibiliza tradutor e intérprete de Libras em sala de aula, orienta aos docentes utilizarem mecanismos de avaliação coerentes com aprendizagem do discente em AEE, valorizam o aspecto semântico e reconhecem a singularidade linguística da língua portuguesa na correção das provas escritas.

O tradutor intérprete em sala de aula, promove a relação de diálogo entre o aluno e o professor, com escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na Língua dos Sinais para que a informação seja, portanto, apropriada ao máximo da sua real mensagem pelo aluno. Existe a necessidade da parceria entre o professor e o tradutor intérprete de Libras, com o viés do trabalho em conjunto, que um não promove aprendizagem no aluno sem o outro.

Para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, o docente encaminha seu material didático pedagógico ao NAPNE, e este por sua vez, fica responsável pela produção dos materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS de maneira que facilite a acessibilidade e aprendizagem.

A participação plena de pessoas com deficiência visual em sala de aula também precisa ser garantida. O sistema Braille é o mais utilizado no mundo por pessoas com deficiência visual e possui não apenas letras e números, mas também símbolos e pontuações. O material disponível escrito em Braille, constitui-se uma estratégia pedagógica para facilitar praticar o trabalho colaborativo e outras habilidades socioemocionais, além de conscientizar a comunidade escolar acerca da realidade das pessoas com deficiência e de seus direitos.

Com esse atendimento complementar e/ou suplementar à formação, promove-se a autonomia e a independência do estudante na instituição, na vida familiar e no mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que o atendimento educacional especializado é um direito do discente e dever institucional, contando com a colaboração de docentes, coordenadores de curso, setor pedagógico, equipe gestora, setor de saúde e assistência social, além de servidores dos demais

setores.

Desta feita, o atendimento educacional especializado prestado pelo NAPNE tem como propósito o desenvolvimento e a implantação de recursos pedagógicos e de acessibilidade que abram espaço para a plena participação de todos os estudantes no processo ensino-aprendizagem, considerando suas necessidades educacionais específicas, suas potencialidades e não suas deficiências.

Para melhor atendimento especializado, elencam-se as atribuições dos atores envolvidos no processo:

- Docentes: identificar alunos com necessidades especiais e reportar à coordenaçãoe NAPNE; planejar aulas acessíveis e inclusivas; atuar de forma colaborativa na elaboração de Plano de Ensino Individualizado, sempre que necessário e com apoio do NAPNE;
- Coordenadores de curso: identificar as demandas dos discentes, barreiras enfrentadas e desafios apresentados pelos docentes, promovendo a articulação com os setores competentes visando garantir a aprendizagem, permanência e êxitodos mesmos;
- Setor pedagógico, de saúde e assistência social: prestar atendimento multidisciplinar, identificando as demandas dos discentes, apoiando na organização de estudos, acolhimento e diversas outras estratégias;
- Gestão do Departamento: apresentar demandas aos diferentes setores, sendo responsável por disponibilizar orçamento, condições de trabalho, recursos eengajamento dos servidores de modo a garantir a inclusão de todos os discentes, além de acompanhar o trabalho realizado no *campus* especialmente no que se refere a permanência e êxito;
- NAPNE: Orientar docentes e demais setores na identificação de alunos com necessidades especiais; promover as ações inclusivas no *campus*, buscando discutir e envolver a comunidade acadêmica nas ações que zelem pelo acesso, permanência e êxito dos discentes com deficiências, temporárias ou permanentesno âmbito educacional. Essas ações abrangem o público-alvo da educação especial e possuem desdobramentos para toda a comunidade acadêmica.

10.5 Atividades não presenciais desenvolvidas para a complementaçãoda carga horária em horas relógio

Para o cumprimento da carga horária em horas-relógio estabelecidos no Catálogo Nacional dos Curso Técnicos, serão adotadas as normas estabelecidas na Instrução Normativa IFCE/IFCE Nº 16, DE 07 DE JULHO DE 2023 que dispõe sobre procedimentos para o

cumprimento da carga horária das aulas em horas-relógio, pelos componentes curriculares dos cursos técnicos e de graduação ofertados no turno noturno, na forma presencial no Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE).

De acordo com a citada regulamentação institucional, quando da implementação da conversão das horas-aula de 50 (cinquenta) minutos dos cursos técnicos e de graduação ofertados no turno noturno para hora-relógio de 60 (sessenta) minutos por meio de criação de um novo padrão de horário no Sistema Acadêmico e da implementação de atividades não presenciais, o Programa de Unidade Didática (PUD) de cada componente curricular deve apresentar:

- No cabeçalho do Programa de Unidade Didática (PUD), em dados gerais da disciplina constar a previsão da **carga horária da disciplina**, a quantidade de **aulas presenciais** e de aulas referentes às **atividades não presenciais**, a serem criadas no Sistema Acadêmico;
- Na metodologia de ensino, as **atividades não presenciais** propostas que serão realizadas no componente curricular, inclusive as propostas para realização de forma não presencial;
- Em avaliação, descrição sobre como ocorrerá a avaliação da aprendizagem considerando que as **atividades não presenciais** podem fazer parte desse processo e nesse contexto, acrescentar que a atividade não presencial proposta é orientada pelo docente, não deve ser contabilizada para fins de controle de frequência discente e que o registro da falta do estudante no Sistema Acadêmico ocorrerá somente quando da sua ausência nas aulas presenciais.

As atividades não presenciais devem ser planejadas pelo docente responsável pelo componente curricular, e executadas pelos alunos, podendo ocorrer de forma individual e/ou em grupo, a critério do professor. Podem ser consideradas atividades não presenciais

- a) Atividades de leitura e elaboração de análise crítica, de resenhas e/ou fichamentos;
- b) Atividades de aprofundamento de conteúdos e de desenvolvimento de competências tais como, exercícios, jogos, questionários, estudos dirigidos;
- c) Estudos de caso, trabalho de pesquisa, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações-problema reais e/ou simuladas
- d) Participação em aulas virtuais síncronas ou assíncronas desenvolvidas pelos docentes para execução, pelos estudantes, dos encaminhamentos propostos pelo respectivo professor de cada componente curricular.

No curso Técnico de Guia de Turismo as atividades não presenciais como complemento de carga horária serão trabalhadas da seguinte maneira, conforme especificado nos PUDs:

- **Estudos de Caso:** Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.
- **Atividades de Pesquisa:** Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.
- **Trabalhos Escritos:** Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.
- **Projetos Colaborativos:** Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.
- **Simulações e Jogos educacionais:** Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorarem conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

A Instrução Normativa IFCE / IFCE Nº 16, DE 07 DE JULHO DE 2023 nos Art.9º, 11 e 12 adota os seguintes procedimentos no que diz respeito as atividades não presenciais:

Art. 9º A divulgação de cada atividade não presencial deverá ser feita pelo docente, por meio de postagem do material no Sistema Acadêmico, em “Materiais de aula”, exceto quando tratar-se de apreciação pelo discente de vídeos assíncronos elaborados pelo professor. Neste caso, a divulgação de links deverá ser feita no referido Sistema, em “Envio de Mensagens”.

Parágrafo único: Toda divulgação feita no Sistema Acadêmico em “Materiais de aula” e “Envio de Mensagens” ficará armazenadas nesse Sistema, resguardando, por meio do registro, a condução e a mediação das atividades não presenciais coordenadas pelo professor.

Art.11. Uma vez realizada a configuração solicitada, o Sistema Acadêmico contabilizará a carga horária (CH) da disciplina de acordo com a carga horária (CH) relógio ministrada.

§1º. O cumprimento de 100% da Carga horária (CH oficial da disciplina que funciona em

curso noturno e que foi convertida para 60 minutos, ocorrerá mediante a criação de mais aulas de 50 minutos no referido Sistema;

§2º Para fins de exemplificação, ilustra-se a seguinte situação: Em uma disciplina de 40h, serão criadas 48 aulas de 50 minutos para finalização de 100% da carga horária da disciplina. Destas, 40 (quarenta) aulas serão presenciais e 8 (oito) aulas, correspondendo ao somatório dos 10 (dez) minutos adicionais referentes às atividades não presenciais.

§3º Uma vez realizada a configuração demandada, o Sistema Acadêmico não permitirá que o professor finalize a disciplina sem cumprir 100% da carga horária total da disciplina estabelecida na matriz curricular.

Art. 12. A criação e o registro das aulas referentes às atividades não presenciais devem ser cadastrados no 5º (quinto) ou 6º (sexto) horário entre o final do turno da tarde e início do turno da noite, desde que os horários a serem utilizados sejam previamente combinados e acordados entre os docentes do curso noturno antes do início de cada período letivo. O cadastramento deverá ser realizado de forma que não haja o "choque de horário do (s) professor (es) e estudante (s)"

§1º Em caso excepcional, a criação e o cadastro dessas aulas podem ser feitos no contraturno do curso noturno, no dia que ocorrer a aula da disciplina, desde que não exista choque de horário de aluno ou de professor.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Guia de Turismo, na forma subsequente, observa as determinações legais presentes a Lei nº 11.741/2008, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2012), no Decreto nº 5154/04 (BRASIL, 2004), na Resolução nº 04/1999, bem como nas diretrizes definidas no Projeto Político Pedagógico do IFCE e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (4ª edição).

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (MEC - CNCT, 4ª edição, atualizada em 2024), o Curso Técnico em Guia de Turismo pertence ao Eixo Tecnológico “Turismo, Hospitalidade e Lazer”, a Área Tecnológica de “Atividades Turísticas”. O CNCT contempla a carga horária dos cursos, bem como a área e perfil profissional, campo de atuação, ocupações diretamente relacionadas, fornecendo perspectivas de inserção profissional.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o turismo, tendem a incluir no currículo temáticas que contemplem suas complexidades, dinamismos e competências profissionais para o mundo do trabalho e para a sociedade. A carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação de formação profissional específica no eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer é de 800 horas, descrita no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (4ª edição).

O curso apresenta uma Matriz Curricular integralizada por disciplinas, em regime seriado anual e duração de três períodos letivos (um ano e meio) com carga horária total obrigatória total de 1.060, e 360 horas de disciplinas optativas. A matriz apresenta 120 horas de viagens que contempla a Prática Profissional Regional e 140 horas de Prática Profissional Nacional, obrigatórias para sua certificação, totalizando 260 horas de Prática Profissional Supervisionada.

A matriz curricular possui 16 (dezesseis) componentes curriculares alinhados com os campi do IFCE que ofertam o Curso Técnico em Guia de Turismo, e toda matriz curricular está balizada na Deliberação Normativa nº 427 de 04 de outubro de 2001 que estabelece critérios para os sistemas de ensino elaborarem os planos de curso para educação profissional de nível técnico Guia de turismo.

Áreas de Competências

De acordo com as Diretrizes Curriculares do MEC, os conhecimentos estão distribuídos em duas grandes áreas de competências: específica e básica.

Quadro 02 – Disciplinas por Área de Competência

ÁREA DE COMPETÊNCIA ESPECÍFICA	DISCIPLINAS	CH
Conteúdos Teórico-Práticos e Específicos:	Estudos que compreendem planejamento, comunicação e operacionalização, de visitas técnicas nos respectivos laboratórios de aprendizagem.	
Comunicação em Línguas Estrangeiras	Inglês I	80h/a
	Inglês II (Optativa)	80h/a
	Espanhol I	80h/a
	Francês I	80h/a
	Espanhol II (Optativa)	80h/a
	Francês II (Optativa)	80h/a
	Italiano Básico (Optativa)	80h/a

	Libras (Optativa)	40h/a
Guiamento	Teoria e Técnica do Guiamento Regional	40h/a
	Prática Profissional do Guiamento Regional	120h/a
	Teoria e Técnica do Guiamento Nacional	40h/a
	Prática Profissional do Guiamento Nacional	140h/a
	Fundamentos do Turismo	40h/a
	Transportes e Meios de Hospedagem	40h/a
	Animação Turística	40h/a
ÁREAS DE COMPETÊNCIA DE BASE	DISCIPLINAS	
Conteúdos Básicos:	Estudos relacionados com os aspectos sociológicos, históricos, geográficos e culturais que relacionam as sociedades e suas diferentes culturas relacionadas ao turismo.	
História, Geografia, Arte e Cultura e Socialização	História da Arte no Brasil	40h/a
	História do Ceará	40h/a
	Geografia do Ceará	40h/a
	Cultura Popular	40h/a
	História do Brasil e da América do Sul	80h/a
	Geografia do Brasil e da América do Sul	80h/a
	Relações Interpessoais	40h/a
	Etiqueta e Comportamento Social	40h/a
	Técnicas de Primeiros Socorros	40ha
	Educação Física (Optativa)	40ha
	Ética e Gestão de Teatro (Optativa)	40ha

11.1 Matriz curricular - 2024

MATRIZ - TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO									
SEM	DISCIPLINA	CH TOTAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS	CH PRÁTICA PROFISSIONAL	OPT	CRED	PRÉ-REQUISITO
1	Cultura Popular	40	32	8	8	-	N	2	-
	Fundamentos do Turismo	40	32	8	8	-	N	2	-
	Geografia do Ceará	40	32	8	8	-	N	2	-
	História da Arte no Brasil	40	32	8	8	-	N	2	-
	História do Ceará	40	32	8	8	-	N	2	-
	Inglês I	80	40	40	16	-	N	4	-
	Técnicas de Primeiros Socorros	40	28	12	8	-	N	2	-
	Animação Turística	40	30	10	8	-	N	2	-
	Transportes e Meios de Hospedagem	40	40	-	8	-	N	2	-
Carga Horária Obrigatórias Semestre		400h	298	102	80	-		20	
2	Geografia do Brasil e da América do Sul	80	72	8	16	-	N	4	-
	História do Brasil e da América do Sul	80	72	8	16	-	N	4	-
	Inglês II	80	40	40	16	-	S	4	Inglês I
	Francês I OU Espanhol I (habilitação)	80	40	40	16	-	N	4	-
	Relações Interpessoais	40	40	-	8	-	N	2	-

	Teoria e Técnica do Guiamento Regional	40	32	8	8	-	N	2	Fundamentos do Turismo
	Prática Profissional de Guiamento Regional	120	-	-	24	120	N	6	Fundamentos do Turismo; Geografia do Ceará; História do Ceará
Carga Horária Obrigatórias Semestre		440 h	256	64	88	120		22	
Carga Horária Optativa Semestre		80 h	40	40	16	-		4	
3	Etiqueta e Comportamento Social	40	30	10	8	-	N	2	-
	Teoria e Técnica do Guiamento Nacional	40	32	8	8	-	N	2	Teoria e Técnica do Guiamento Regional
	Prática Profissional de Guiamento Nacional	140	-	-	28	140	N	7	Prática Profissional de Guiamento Regional; Geografia do Brasil e da América Sul; História do Brasil e da América Sul
	Francês II OU Espanhol II (habilitação)	80	40	40	16	-	S	4	Francês I OU Espanhol I (habilitação)
	Italiano Básico	80	40	40	16	-	S	4	-
	Libras	40	10	30	8	-	S	2	-

	Ética e Gestão em Teatro	40	30	10	8	-	8	2	-
	Educação Física	40	10	30	8	-	S	2	-
Carga Horária Obrigatórias Semestre		220	62	18	44	140		11	
Carga Horária Optativa Semestre		280	130	150	56	--		14	
TOTAL CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA								1.060 horas	
TOTAL CARGA HORÁRIA OPTATIVA								360 horas	
TOTAL CARGA HORÁRIA ALINHADA								940 horas	
CARGA HORÁRIA DE PRÁTICA PROFISSIONAL								260 horas	
TOTAL CARGA HORÁRIA PARA DIPLOMAÇÃO								1.060 horas	

As disciplinas na cor verde estão alinhadas

Quadro 03: Horas de Atividades não presenciais dos componentes curriculares obrigatórios

não presenciais para Carga Horária Noturna			
Carga Horária Relógio Atividades	Hora Aula	Diferença	Aulas Não presenciais
40h	50 min	96	8 aulas de 50 min x 12 disciplinas
80h	50 min	64	16 aulas de 50 min x 4 disciplinas
120 h	50 min	24	24 aulas de 50 min x 1 disciplinas
140 h	50 min	28	28 aulas de 50 min x 1 disciplinas
TOTAL		212 HORAS	

Quadro 04: Horas de Atividades não presenciais dos componentes curriculares optativos

Atividades não presenciais para Carga Horária Noturna			
Carga Horária Relógio	Hora Aula	Diferença	Aulas Não presenciais
40h	50 min	24	8 aulas de 50 min x 3 disciplinas
80h	50 min	48	16 aulas de 50 min x 3 disciplinas
TOTAL		72 HORAS	

Das temáticas Educação para as Relações Étnico-raciais, Direitos Humanos, Educação Ambiental, Empreendedorismo e Inovação

Os Parâmetros Curriculares Nacionais tendem a incluir no currículo novos temas, buscando contemplar suas complexidades e dinamismos. Algumas dessas temáticas são abordadas neste projeto como a Educação Ambiental, Direitos Humanos e Educação para as Relações Étnico-Raciais.

O Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional Educação Ambiental, no Art. 5º destaca a inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando ainda que a integração da educação ambiental às disciplinas pode ocorrer de modo transversal, contínuo e permanente.

A Resolução Nº 1 CNE, de 30 de maio de 2012, Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos estabelece que: Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

As Leis 10.639/03 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares e a 11.645/2008 onde, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena torna-se obrigatório também para o ensino fundamental, médio, públicos e privados, serviram de base para o Ofício-Circular nº 12/2019/PROEN/REITORIA-IFCE.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras e Indígenas (NEABI) conforme Resolução nº 71 de 15 de julho de 2017 é voltado para estudos e ações afirmativas sobre africanidade, cultura negra e história do negro no Brasil e para questões indígenas e quilombolas, tendo como missão sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, fazer e se saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos.

Neste entendimento, são desenvolvidas algumas práticas de apoio ao trabalho acadêmico e de práticas interdisciplinares, sobretudo nos seguintes momentos: projetos interdisciplinares englobando as diferentes disciplinas das ciências sociais aplicadas e afins; participação das atividades promovidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI), como a Semana Nacional da Consciência Negra e as atividades desenvolvidas no âmbito do NEABI, *Campus Fortaleza*, alusivas aos povos indígenas do Brasil e do Ceará, com temáticas como ancestralidade, cultura, cosmologia,

gastronomia, entre outras temática de interesse ao Guia de Turismo

Aliado a isto, o NEABI Fortaleza coordena projetos cadastrados no sistema de projetos de extensão, SIGPROEXT, de grande visibilidade interna e externa ao IFCE *Campus* Fortaleza, como por exemplo, Danças Africanas Ancestrais e o Afroturismo em Fortaleza: uma proposta de turismo cultural e memorial entre outros focados mais no âmbito local para ações complementares dos neabiano/as.

Nesse contexto, o núcleo contribuiu para diversos estudos e pesquisas dos discentes do turismo, facilitando e fortalecendo o apoio à atividades de extensão e pesquisa relacionadas às questões étnico raciais, além de ressaltar a importância das afirmativas sobre africanidade, cultura negra, além de questões indígenas e quilombolas

Os temas transversais no Curso Técnico em Guia de Turismo são orientados pela Resolução nº 41 de 26 de março de 2022 do IFCE e pela Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Na resolução 41, no Art. 2º cita-se: “(...) de inclusão e acessibilidade e das relações étnico-raciais, de economia e gestão criativa e de projetos em consonância com as políticas públicas e com as demandas coletivas da sociedade. ”. Já o Art 3, inciso VIII da Resolução CNE/CP nº 01 faz referência ao “(...) XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes; (...)”.

Desta feita, o PPC de Técnico em Guia de Turismo atenta-se em efetivar em seus componentes curriculares temas que permeiam o tocante do artigo associados ao componente.

As temáticas relativas a Educação Ambiental, Direitos Humanos e Educação para as Relações Étnico-Raciais encontram-se no projeto pedagógico do curso nos seguintes componentes curriculares:

- **A Educação Ambiental** é abordada nas disciplinas de **Geografia do Ceará, Geografia do Brasil e América do Sul; Fundamentos do Turismo** objetivando construir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sociais, voltados para a conservação do meio ambiente, bem comum de uso da comunidade, essencial às questões de qualidade de vida e sustentabilidade.

- Os **Direitos Humanos** são resultados da luta pela universalização da dignidade humana. O tema é tratado de forma a compreender o legado histórico e, também, como um dos alicerces para a mudança social. A disciplina de **Cultura Popular** aborda de forma mais

contundente esses temas, considerando a inclusão social econômica e cultural como pontos fundamentais a serem desenvolvidos junto ao discente.

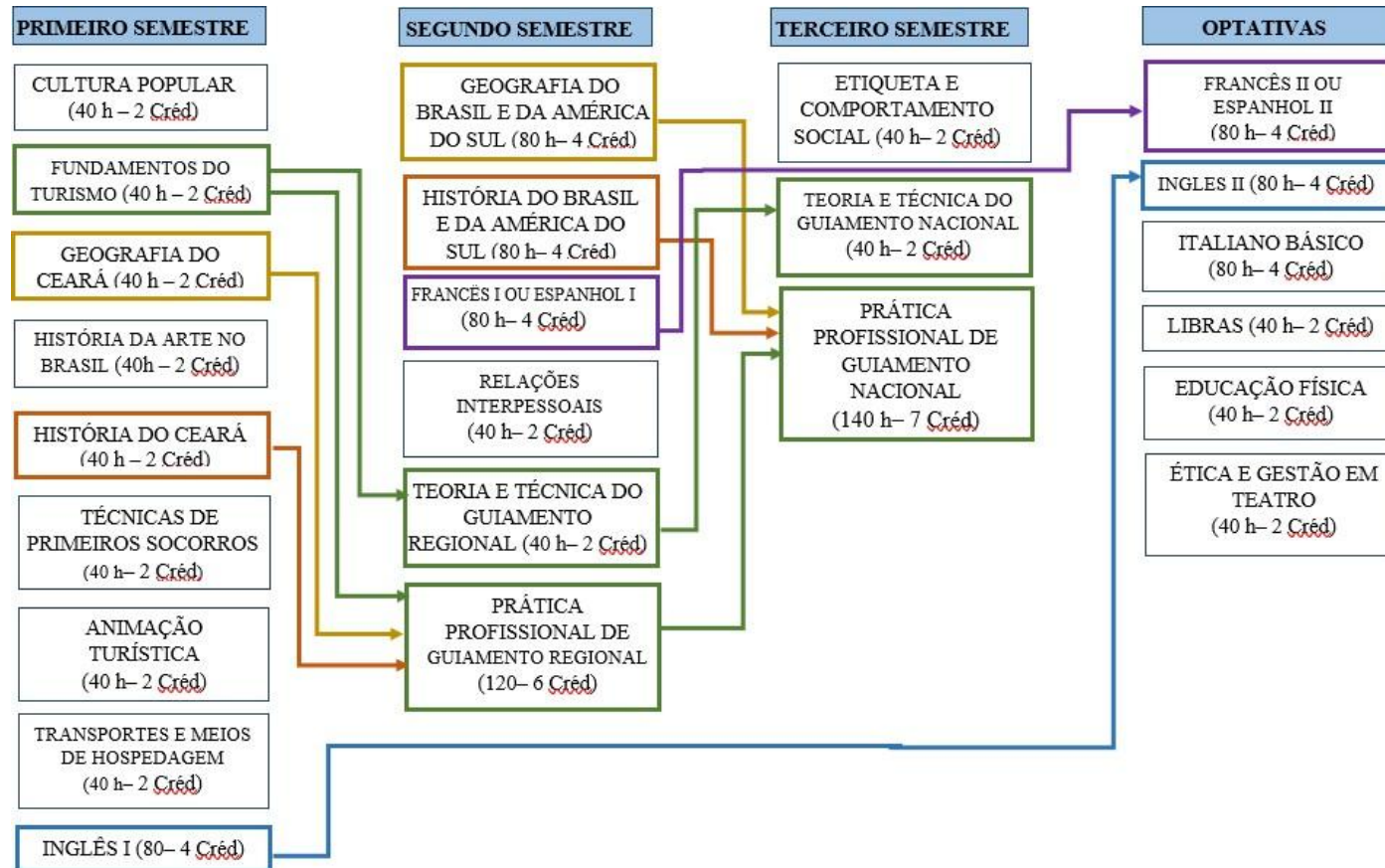
- **As Relações Étnico-Raciais, referente às questões afro-brasileira e indígenas**, pautada e orientada nas Leis 10.639/03 e 11.645/2008 é abordada de forma a reconhecer a justiça e igualdade dos direitos sociais, civis, culturais e econômicos, assim como a valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos da população brasileira e que também os insere nela. O tema é tratado nas disciplinas de **Cultura Popular, Geografia do Ceará, História da Arte no Brasil, História do Ceará, Geografia do Brasil e da América do Sul, História do Brasil e da América do Sul, Relações Interpessoais** que adotam ações pedagógicas de valorização e respeito às pessoas negras, sua descendência africana, e populações indígenas, tradicionais e ribeirinhas.

- As temáticas do **Empreendedorismo e Inovação** fazem parte do currículo do curso Técnico em Guia de Turismo, sendo que é abordada **na disciplina Teoria e Técnica de Guiamento Nacional**.

Libras, Artes e Educação Física

- A **Linguagem de Sinais**, conhecida como Libras, com foco na inclusão e comunicação com pessoas com necessidades especiais é ofertada como disciplina optativa e compõe a matriz curricular.
- A **Educação Física** é ofertada como optativa no curso;
- As **Artes** constam na matriz como um componente curricular optativo, a saber, **Ética e Gestão em Teatro**.

11.2 Fluxograma curricular



12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Segundo a Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021 (...) Art. 45, a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão contínua para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo diagnóstica, formativa e somativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, na perspectiva do desenvolvimento das competências profissionais da capacidade de aprendizagem, para continuar aprendendo ao longo da vida.

Entendendo-se que avaliar é o ato de acompanhar a construção do conhecimento do discente, a avaliação da aprendizagem pressupõe promover o aprendizado, favorecendo o progresso pessoal e a autonomia, num processo global, sistemático e participativo.

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, que, de forma integrada ao processo de ensino-aprendizagem, assuma as funções diagnóstica, formativa e somativa, utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos futuros profissionais, e que funcione como instrumento colaborador para verificação da aprendizagem, onde os aspectos qualitativos predominem sobre os quantitativos.

O professor ao detectar as dificuldades do aluno deverá, uma vez que a avaliação é contínua e processual, orientá-lo para que ele adquira as competências e habilidades para obter a compreensão e resolução das dificuldades enfrentadas, haja vista ser a aprendizagem o objetivo maior do ensino.

O processo de avaliação será orientado pelos objetivos definidos nos planos de ensino dos componentes curriculares do **Curso Técnico Subsequente em Guia de Turismo**. As estratégias de avaliação da aprendizagem serão formuladas de tal modo que o discente seja estimulado à prática de pesquisa, à reflexão, à criatividade e ao autodesenvolvimento. O aproveitamento acadêmico será avaliado por meio do acompanhamento contínuo do discente. A avaliação do desempenho acadêmico é feita por componente curricular.

Propõe-se que, além das avaliações individuais, o docente possa utilizar outras formas de avaliação como: Autoavaliação (o discente analisa seu desempenho e descreve seus avanços e dificuldades); Avaliações de diferentes formatos (desafiadores, cumulativos); Mapas conceituais (organização pictorial dos conceitos, onde são feitas conexões percebidas pelos discentes sobre um determinado assunto); Outros instrumentos avaliativos variados, incluindo-se preferencialmente avaliações não individualizadas, como: seminários, exposições, eventos acadêmicos diversos, coletânea de trabalhos, entre outros. Desde que zelem pela segurança e controle da frequência, confiabilidade e credibilidade dos resultados.

O foco das atenções deve estar muito mais no ensino exigente, competente e inteligente, baseado em princípios científicos e na compreensão da estrutura do conhecimento, além do processo de desenvolvimento das estruturas mentais do educando.

É considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver a média mínima de aproveitamento semestral e correspondente frequência mínima no total de aulas e demais atividades programadas no semestre letivo.

Conforme artigos 97 a 100 do ROD (2015), que seguem:

Art. 97. A sistemática de avaliação dos conhecimentos construídos nos cursos com regime de crédito por disciplina [...] se desenvolverá em duas etapas.

§ 1º Deverá ser registrada no sistema acadêmico apenas uma nota para a primeira etapa (N1) e uma nota para a segunda etapa (N2), com pesos 2 e 3, respectivamente.

§ 2º O docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações em cada uma das etapas.

§ 3º O critério para composição da nota de cada etapa, a partir das notas obtidas em cada uma das avaliações, ficará a cargo do docente da disciplina, em consonância com o estabelecido no PUD.

Art. 98. O cálculo da média parcial (MP) de cada disciplina deve ser feito de acordo com a seguinte equação:

LEGENDA

MP = Média parcial

N1 = Média da 1ª. Etapa; N2 =
Média da 2ª Etapa

Art. 99. Deverá ser considerado aprovado no componente curricular o estudante que, ao final do período letivo, tenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas e tenha obtido média parcial (MP) igual ou superior a:

I. 6,0 (seis), para disciplinas de cursos técnicos subsequentes.

Parágrafo único: Os estudantes aprovados com a nota da MP não precisarão realizar a avaliação final (AF) e sua média final (MF) deverá ser igual a sua média parcial (MP).

Art. 100. Deverão fazer avaliação final (AF) o estudante de curso técnico que obtiver MP inferior a 6,0 (seis) e maior ou igual a 3,0 (três)

§ 1º A avaliação final deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após o registro do resultado da MP no sistema acadêmico.

§ 2º A avaliação final poderá contemplar todo o conteúdo trabalhado no período letivo.

§ 3º A nota da avaliação final (AF) deverá ser registrada no sistema acadêmico.

§ 4º O cálculo da média final (MF) o estudante [...]deverá ser efetuado de acordo com a seguinte equação:

LEGENDA

MF = Média final MP =
Média parcial; AF =
Avaliação final

§ 5º Deverá ser considerado aprovado na disciplina o estudante que, após a realização da avaliação final, obtiver média final (MF) igual ou maior que 5,0 (cinco).

O professor dispõe de um horário de Atendimento ao Aluno para o procedimento das orientações de forma mais específica. Os alunos que, mesmo após a orientação direta do professor, ainda apresentarem dificuldade, o professor, através da coordenação do curso, pode fazer um encaminhamento ao Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que tem como um dos objetivos: “Promover condições necessárias para o ingresso, a permanência e o êxito educacional de discentes com necessidades educacionais específicas no IFCE” (NAPNE).

Ao final do processo de aprendizagem o professor deverá observar se os objetivos, elencados para a disciplina, foram alcançados pelo aluno de forma satisfatória, levando em consideração os critérios acima citados, com o sistema de registro de notas do IFCE.

Recuperação da Aprendizagem

De acordo com o ROD (2015) Art. 113., a recuperação de aprendizagem é tratamento especial dispensado aos estudantes que apresentam desempenhos não satisfatórios.

O curso de Técnico em Guia de Turismo garante a realização da recuperação da aprendizagem dos estudantes com dificuldade de aprendizagem através de revisões dos conhecimentos trabalhados em sala, da flexibilidade docente para revisão da sua prática pedagógica quando necessária, a adoção de estratégias diversas no âmbito das atividades avaliativas, apoio extraclasse por meio do horário de orientação aos estudantes por parte de todos os docentes, aplicação da monitoria remunerada

Além disso, em consonância com a coordenação do curso e a CTP os docentes adotam os critérios que seguem no trabalho de recuperação da aprendizagem do discente:

- Identificar a dificuldade de aprendizagem do aluno;
- Estreitar sua relação com o discente, estimular a leitura, a pesquisa e a prática de exercícios;
- Observar os diferentes níveis cognitivos e de aprendizagem da turma e estabelecer um nível de didático de ensino, bem como fazer um nivelamento básico relacionado ao conteúdo para recuperar deficiência escolar no ensino médio;
- Atender os alunos extra sala nos plantões de atendimento do professor ao aluno;
- Aplicar atividades extra sala para os alunos com dificuldade de aprendizagem;
- Elencar um aluno tutor na sala de aula para dar suporte aos colegas criando grupos de estudo;
- Estimular o aluno a frequentar as monitorias⁴ relacionadas à disciplina;
- Se a dificuldade do aluno for psicossocial ou socioeconômica o docente deve encaminhar o discente à coordenação;
- No caso de evasão escolar, o professor deve reportar o nome do aluno para a coordenação do curso e a coordenação deve entrar em contato com o aluno para detectar a causa e tentar reverter a situação.
- Como medidas de retenção o *campus* Fortaleza subsidia os valores das viagens obrigatórias, uma vez que muitos dos alunos são de situação socioeconômica carente.

Os alunos com algum nível de deficiência (PCD – pessoa com deficiência) e que apresentam dificuldade de aprendizagem, recebem atendimento especializado e inclusivo conforme orientação do NAPNE.

13. PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS

Segundo a Resolução CNE/CP nº. 01/2021, “A prática na Educação Profissional deve estar relacionada aos seus fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico, que possibilitam ao educando se preparar para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional técnica e tecnológica”.

O IFCE regulamenta o uso de Prática Profissional Supervisionada por meio da Resolução Nº 11, de 21 de fevereiro de 2022/CONSUP que aprova a normatização da Prática Profissional Supervisionada (PPS) da educação profissional técnica de nível médio e dos cursos de especialização técnica de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE.

⁴ As monitorias são articuladas por Edital. Os alunos que já tenham cursado as disciplinas com vagas na monitoria se candidatam à vaga de monitor e passam por processo seletivo.

A Resolução Nº 11, de 21 de fevereiro de 2022 relata:

Art. 8º As atividades de PPS podem ser desenvolvidas combinadas ou não, desde que se opte pela definição de pelo menos uma das registradas a seguir, e que a respectiva carga horária seja discriminada no Projeto Pedagógico do Curso:

- I - estágio profissional supervisionado;
- II - componente curricular (disciplina), ofertado em um ou mais semestres do curso;
- III - parte da carga horária total de componentes curriculares da matriz curricular do curso;
- IV - projetos integradores;
- V - atividades de ensino, pesquisa e extensão na área do curso;
- VI - atividades artístico-culturais na área do curso; e VII - exercício profissional correlato ao curso.

Art.13. A PPS como componente curricular (disciplina) pode ser ofertada em um ou mais semestres do curso.

§1º Caso o PPC contabilize a PPS exclusivamente na forma de componente curricular(disciplina), esta deverá ser prevista na matriz curricular como disciplina obrigatória.

§2º O PPC deverá prever a(s) disciplina(s) e o(s) semestre(s) ou ano letivo em que a PPS será desenvolvida e a respectiva carga horária.

A prática profissional prevista no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo apresenta-se na forma de dois componentes curriculares (disciplina), ofertados em dois semestres do curso, a saber, “Prática Profissional de Guia Regional” com carga horária de 120 horas ofertada no segundo semestre, e “Prática Profissional de Guia Nacional” contemplando 140 de carga horária, no terceiro semestre. Através da prática profissional, os alunos programam a execução e operacionalização das viagens técnicas regional e nacional.

13.1 Procedimentos metodológicos das práticas das viagens técnicas

Conforme a Deliberação Normativa Nº 427 do Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Anexo II, págs. 12 e 15, deverão ser realizadas, no mínimo, 3 viagens técnicas regionais, sendo ao menos uma com pernoite, e 3 viagens nacionais, sendo ao menos uma aérea, no atrativo ou entorno, além de atividades práticas.

As Práticas Profissionais fazem parte do planejamento e execução das disciplinas de “Prática Profissional de Guia Regional” e “Prática Profissional de Guia Nacional” totalizam 260 horas, contemplando desde o planejamento, organização e execução das viagens.

Ressalta-se o seguinte:

- A frequência mínima deve constar de 75% nas atividades teóricas, conforme RODE Deliberação Normativa 427 de outubro de 2001, Anexo II. p.12. da EMBRATUR e 100% nas viagens técnicas e atividades práticas, conforme exigência da mesma Deliberação Normativa (p.12)
- As visitas regulares são realizadas em turno oposto ao das aulas convencionais, quando possível.
- As atividades práticas, como as viagens técnicas e city tours são realizadas, utilizando-se também, os fins de semana e feriados.
- Os roteiros são subdivididos em trechos entre os alunos, em todo o seu percurso de ida, permanência e volta, que ficam responsáveis pela condução do grupo, aprendendo, praticando e treinando a função do Guia de Turismo.
- Durante todo o roteiro os alunos simulam o guiamento, conduzindo o grupo informando, situando, entreando, realizando serviço de bordo, dando assistência em paradas técnicas ou não, nas refeições, idas a shows, em caminhadas e visitas, controlando para que não haja dispersão, administrando o tempo e recrutando-o quando necessário.
- Em visitas em museus e durante viagens para a realização de trilhas, sempre que possível os alunos são guiados por guias especializados, senão, o aluno responsável por este trecho recebe uma orientação específica para atuar como guia, esporadicamente.
- Nas cidades de destino de pernoite o aluno responsável pelo trecho realiza o *checkin* e o *check out* no meio de hospedagem.
- Durante o curso, nas viagens o aluno vivencia a hospedagem de hotéis, pousadas e *hostels*.
- Em cada roteiro são desenvolvidas pelos alunos, atividades de lazer, após o jantar, no meio de hospedagem, onde são vivenciadas técnicas de animação.
- Nas viagens são ensinadas e vivenciadas técnicas de condução de grupos em trilhas, manguezais e dunas, buscando a preservação ambiental.
- Em todas as viagens busca-se aproveitar ao máximo a oferta natural e oferta artificial de cada lugar, inserindo na programação visitas, apreciação de eventos culturais, dentre outros.
- As viagens são planejadas, organizadas e executadas pelos alunos acompanhados por 02 professores, sendo 01 professor guia de turismo e 01 professor especializado ou técnico, conforme roteiro e atividade a ser desenvolvida.

13.2 Prática Profissional de Guiamento Regional

Para obtenção da certificação para atuar como Guia de Turismo Regional, o aluno deve cumprir a carga horária de 120 horas de prática profissional de acordo com o Anexo II da Deliberação Normativa 427 de outubro de 2001, p.6, da EMBRATUR com realização de práticas e viagens regionais.

No Curso Técnico em Guia de Turismo do Campus Fortaleza, para as práticas de guiamento regional abrange os *city tours* e viagens técnicas regionais. Ressalta-se que nas práticas o conhecimento aprendido nas aulas e disciplinas teóricas são aplicados.

Dos City Tours

Conforme Astorino & Pimenta (2008) *city tour* é uma atividade que atende um interesse específico de um grupo e é feito em geral em atrativos mais relevantes e de maior destaque turístico de uma cidade, podendo ter duração de meio dia ou dia inteiro, conforme o roteiro e o tempo de visitação em cada local.

Apresenta-se o roteiro dos *City Tour* da Prática Profissional de Guiamento Regional:

- City Tour Litoral Leste: Beira Mar, Praia do Futuro, Eusébio, Aquiraz e Messejana.
- City Tour Litoral Oeste: Centro, Leste-Oeste, Barra do Ceará, Cumbuco, Lagoado Banana, Santuário de Santa Edwiges.

OBS: os *city tours* podem sofrer mudança de roteiro, caso algum ponto de visitação esteja em vacância, reforma ou indisponibilidade para visitação ou por qualquer outro motivo afim.

Viagens Técnicas Regionais

Para conciliar a teoria com a prática profissional regional, a Deliberação 427 (2001) orienta os procedimentos didáticos-metodológicos para serem feitos como seguem:

A viagem (DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 427, 2001, p 8):

- procedimentos preliminares – providências na agência: material de trabalho/documentos administrativos e outros.
- plano de viagem – o programa: quilometragem; pontos de apoio alternativos.
- recepção ao turista – procedimentos de recepção: documentação de passageiros; etiquetagem de bagagem; traslado para o hotel.

- procedimentos de bordo: uso de microfone e outros equipamentos; serviço de bordo; animação turística.
- acomodação ao turista no hotel – check-in: distribuição dos apartamentos; controle das bagagens; gratificações; procedimento diário no meio de hospedagem.
- procedimento na realização de passeios/visitas – reunião do grupo: procedimentos durante os percursos do passeio; procedimentos nas paradas definidas e/ou exploratórias; paradas para refeições; retorno para os meios de hospedagem.
- saída do turista do hotel – *check-out*: controle de bagagens; pagamentos.
- procedimentos no embarque/desembarque – pagamentos taxas de embarque: controle de bagagens; revisão no meio de transporte; assistência ao turista/documentos necessários; *check-in* de embarque; embarque/desembarque no meio de transporte.
- procedimentos no retorno: agradecimentos; promoção de outros roteiros.
- procedimentos finais juntos à agência – relatório final: prestação de contas; devolução das sobras do material.
- procedimentos para traslados: de chegada; de saída.
- procedimentos no aeroporto – serviços gerais no terminal de passageiros: de embarque; desembarque com o grupo.
- situações de emergência: saúde do turista; assalto / roubo; procedimentos de segurança (conduta em transportes, meios de hospedagem, espaço urbano e natural, etc.).

Segue o roteiro das viagens regionais do curso Técnico em Guia de Turismo do IFCE-Fortaleza, vinculado à disciplina de Prática Profissional de Guiamento Regional:

- Roteiro Maciço Baturité: Redenção, Pacoti, Baturité, Guaramiranga
- Roteiro Litoral Leste: Aquiraz, Fortim, Aracati, Canos Quebrada, Icapuí, Ponta Grossa.
- Roteiro Ibiapaba: Canindé, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçoso do Ceará.

OBS: as viagens regionais são realizadas dentro do estado do Ceará e podem sofrer mudança de roteiro conforme motivação de novo roteiro e entendimento da equipe de professores das disciplinas específicas.

13.3 Prática Profissional de Guiamento Nacional

Para obtenção da certificação para atuar como Guia de Turismo Nacional, o aluno deve cumprir a carga horária de 140 horas de prática profissional de acordo com o Anexo II da Deliberação Normativa 427 de outubro de 2001, pag. 12 e 6, da EMBRATUR, com Prática em Viagens Interestaduais.

Para conciliar a teoria com a prática profissional de excursão nacional, a Deliberação 427 (2001) orienta os procedimentos didáticos-metodológicos para serem feitos como segue:

[...] A viagem (DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 427, 2001, p 12):

• Conteúdos idênticos aos de Guia de Turismo Regional, porém contemplando todas as Unidades da Federação e Países da América do Sul

Realizar 3 viagens técnicas, compreendendo:

- 1 (uma) viagem com procedimento de aeroporto (aéreo), com pernoite;
- 1 (uma) viagem interestadual, com pernoite;
- 1 (uma) viagem livre.

OBS: a carga horária e os procedimentos para a realização das viagens regionais se aplicam às viagens nacionais, acrescentando os procedimentos aeroportuários.

Segue o planejamento das Viagens Nacionais do curso Técnico em Guia de Turismo do IFCE-Fortaleza:

- Roteiro Aventura Rupestre: Oeiras (PI), Sete Cidades (PI), Raimundo Nonato (PI), Tauá (CE)
- Roteiro Rota dos Vinhos: Quixadá (CE), Banabuiú (CE), Iguatu (CE), Crato (CE), Exú (PE), Lagoa Grande (PE), Petrolina (PE), Sobradinho (BA), Juazeiro da Bahia (BA), Petrolina (PE), Salgueiro (PE), Lima Campos (CE), Fortaleza (CE).
- Roteiro Nordeste Maravilha: Aracati (CE) – Mossoró (RN) - Natal (RN), – João Pessoa (PB) – Fazenda Nova, Brejo da Madre de Deus (PE) – Caruaru (PE) – Recife (PE) – Ipojuca (PE) - Recife (PE) – Olinda (PE) – Recife (PE) – Fortaleza (CE).

OBS: as viagens nacionais do IFCE-Fortaleza são realizadas nos estados da região Nordeste e podem sofrer mudança de roteiro conforme motivação de novo roteiro e entendimento do professor.

14. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Mediante o Parecer CNE/CES Nº 239/2008, artigo 4º, parágrafos 2º e 3º, a atividade de estágio é entendida como facultativa, conforme a natureza da atividade profissional.

O estágio curricular não obrigatório, deve ser realizado como interno em agências ou como apoio/assistência de um Guia de turismo, uma vez que a legislação não permite que o estudante de Guia de Turismo, efetivamente, faça o guiamento sem ter o credenciamento de Guia de Turismo no Ministério do Turismo, que só é feito quando o aluno comprovar a certificação do curso.

Para cumprimento do estágio só serão aceitos alunos matriculados a partir do 2º semestre. A carga horária mínima deve ser de 100 horas para aceitação da assinatura do termo de Compromisso entre Empresa-Instituição, a carga horária máxima para estágio deve estar nos parâmetros da Lei de Estágio no. 11.788 de 2008 que o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência (Lei de Estágio, 2008).

A Lei 11.788/2008 de estágio também esclarece:

Conforme o Art. 1º: “Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos.” (sem grifos no texto original).

Conforme o art. 2º-da mesma Lei, o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Desta feita, para o curso Técnico em Guia de Turismo, optou-se pelo **estágio facultativo** (não obrigatório), fora da matriz curricular, com a supervisão e acompanhamento de um professor, de acordo com § 2º do Art. 2º. da Lei 11.788/2008.

Entende-se que o estágio como facultativo ou extra-curricular facilita a conclusão do curso para o aluno, e minimiza a evasão ou a conclusão do curso fora do tempo do ciclo previsto.

A carga horária mínima de estágio supervisionado não obrigatório é de 100 horas, mesmo este sendo OPCIONAL para o estudante, será acrescida à carga horária regular e obrigatória no histórico escolar final do discente, caso seja realizada.

A celebração do Termo de Compromisso continua sendo instrumento obrigatório entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino.

A celebração do Termo de Compromisso de acordo com o Regulamento de Estágio do IFCE, aprovado pela Resolução n 108, Consup IFCE de 08 de setembro de 2023 (Anexo II), continua sendo instrumento obrigatório entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, mesmo sendo OPCIONAL.

São consideradas atividades de estágio:

- Monitoria ou assistente de docentes em salas de aulas e laboratórios de cursos de extensão e cursos técnicos profissionalizantes relacionados às atividades de Guia de Turismo, comprovadas com certificados, declarações ou afins
- Atividades administrativas gerais em empresas prestadoras de serviços de agências e viagens.
- Atividades de reservas em agências de viagens ou afins;
- Atividades em órgãos públicos do setor de turismo e cultura;

OBS: As competências do setor de estágio – CAEE, do professor-orientador-supervisor seguem as normas oficiais do CAEE, designadas em contrato e nos Termo de Compromisso.

Aspectos gerais do **estágio optativo**:

- O aluno poderá acumular a carga horária em uma única atividade e/ou empresa ou diversificar as atividades e/ou empresas, contabilizando a carga horária mínima total.
- O aluno deverá ter concluído seu estágio num período máximo de até 50% do tempo após ter concluído as disciplinas obrigatórias. Lembra-se que o critério de conclusão de tempo do curso segue o ROD institucional.

O aluno deve apresentar um relatório técnico sobre o estágio ao professor-orientador-supervisor, a critério deste.

Vale salientar que, a não conclusão do Estágio optativo não interferirá em sua diplomação, desde que cumprida a carga horária obrigatória.

OBS¹: As competências do setor de estágio da Coordenação de Acompanhamento de Estágio (CAE) do professor-orientador-supervisor seguem as normas oficiais do CAE, designadas em contrato e nos Termos de Compromisso. O aluno deve apresentar um relatório técnico sobre o estágio ao professor-orientador- supervisor, a critério deste.

OBS²: A validação e/ou aproveitamento do estágio não se aplica, por ser facultativo.

15. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Poderão os estudantes contar com as seguintes formas de aproveitamento de estudos: aproveitamento de componentes curriculares e validação de conhecimentos de experiências anteriores.

Conforme especificado no Art. 130 do ROD (2015), o discente terá direito de requerer o aproveitamento dos componentes curriculares cursados, a ser feito mediante análise da compatibilidade de conteúdo e de carga horária, no mínimo 75% do total estipulado para o componente curricular pretendido.

Poderão ser aproveitados os componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino ou em nível superior ao pretendido.

Para a solicitação de aproveitamento, o discente deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada pela instituição de origem, conforme o Art. 134, a saber:

- histórico escolar, com o código, créditos e a carga horária dos componentes curriculares, devidamente autenticado pela instituição de origem;
- programa dos componentes curriculares solicitados, devidamente autenticado pela instituição de origem.

Se o estudante discordar do resultado da análise poderá solicitar, uma única vez, o reexame do processo de aproveitamento de estudos, de acordo com o prazo e procedimentos estipulados pelo ROD.

Além do aproveitamento de estudos, conforme o Art. 137. do ROD, o IFCE válida conhecimentos adquiridos em estudos regulares ou em experiência profissional de estudantes do IFCE com situação de matrícula ativa/regularmente matriculado, mediante avaliação teórica e ou prática. O requerente poderá estar matriculado ou não no

componente curricular para o qual pretende validar conhecimentos adquiridos.

No Art. 138 do mesmo documento, veda-se a solicitação de validação de conhecimento para:

- I. estudantes que tenham sido reprovados no IFCE no componente curricular cuja validação de conhecimentos adquiridos foi solicitada;
- II. estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares;
- III. componentes curriculares do ensino médio propedêutico, nos casos de disciplinas de cursos técnicos integrados.

A validação, portanto, deverá seguir os procedimentos estabelecidos nos artigos 139 a 145 do ROD (2015).

O Art. 46. da resolução CNE/CP n. 1 diz que “para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica, que tenham sido desenvolvidos (...) III - em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não formais ou informais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante; (...) IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional (...)”

16. EMISSÃO DE DIPLOMA

O aluno, ao cumprir todos os requisitos obrigatórios previstos para conclusão do curso, está apto a receber o título de Técnico em Guia de Turismo, podendo este, optar em participar da solenidade de Conclusão de Curso. O diploma deverá ser solicitado no setor de protocolo do *campus*, de acordo com o calendário letivo, sendo expedido pela Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) do *campus*.

17 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Guia de Turismo, será avaliado a partir da concretização do principal objetivo do curso apresentado, que é: formar profissionais proativos, com visão holística, capacidade de tomar decisões e propor inovações que atendam aos anseios do mercado contemporâneo, além de senso crítico e respeito aos valores da democracia participativa.

O Curso é aferido mediante uma avaliação sistêmica do projeto pedagógico do curso e avaliações locais do desenvolvimento do curso, em que se prever formas de avaliação periódicas e diversificadas, que envolvem alguns procedimentos internos, que incidam sobre processos e resultados.

As análises referentes aos números de evasão, retenção e conclusão também servem de parâmetros para mensurar os resultados do curso por parte dos discentes e sua aceitação perante a sociedade, enquanto instituição de ensino de referência na área do turismo cearense, há 50 anos.

Assim, o processo avaliativo deve ocorrer a partir dos agentes legais constituintes da consecução deste objetivo, sejam eles: os discentes, os docentes, os servidores técnicos e os gestores da instituição. Diante disso, as ações e estratégias avaliativas devem considerar as diversas funções e papéis destes sujeitos.

17.1 Avaliação Interna

A avaliação é processual e contínua, pautada por atualizações das diretrizes do MEC e no *feedback* constante dos discentes em relação à matriz curricular, seja por meio de reuniões gerais, seja por meio de avaliação interna, realizada pela coordenação do curso. As diretrizes do MEC subsidiam a estrutura e a formação didático-pedagógica do discente, enquanto o mercado aponta para a formação do perfil profissional.

Avaliação docente

O corpo docente do **Curso Técnico em Guia de Turismo** do IFCE campus Fortaleza passa por avaliações internas, por meio de questionários respondidos pelos discentes, via sistema acadêmico, para os componentes curriculares, nos quais estão regularmente matriculados no semestre letivo. No instrumento são observados pontos, como: pontualidade, assiduidade, domínio de conteúdo, domínio das ferramentas virtuais de aprendizagem, metodologia de ensino, presteza na resposta aos questionamentos dos alunos no AVA, comunicação com os estudantes e relação professor-aluno, dentre outros, definidos pela Coordenação Técnico-Pedagógica (CTP) e o Colegiado do Curso. Esta avaliação interna tem

como foco a melhoria de estratégias e postura docente em virtude das demandas geradas pelos estudantes.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Instrumento primordial ao aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, a Comissão Própria de Avaliação – CPA está prevista no Art.11 da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e regulamentada pela Portaria nº. 2.051, do Ministério da Educação – MEC, de 09 de julho de 2004. Essa comissão é, na forma da lei, um órgão colegiado, de natureza deliberativa e normativa, cuja atribuição precípua é de proceder à avaliação institucional nos aspectos acadêmicos e administrativos.

A autoavaliação da Instituição e do Curso **Técnico em Guia de Turismo** é realizada pela Comissão Própria de Avaliação, em parceria com o colegiado do curso viabilizando dessa forma a participação de todos os segmentos nesse processo.

Em consonância com os valores e premissas de aprimoramento acadêmico, o objetivo principal da autoavaliação é prover meios próprios de coleta de dados representativos de suas práticas numa perspectiva diagnóstica, subsidiando as ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

As análises e deliberações do relatório da CPA, ocorrem nas reuniões promovidas pelo colegiado do curso, discentes, gestão, técnico-administrativos dos diversos setores envolvidos diretamente com o curso, para verificar as fragilidades apresentadas; e discutir propostas para transformar em potencialidades, atendendo assim, as expectativas da comunidade acadêmica. A publicidade dos processos avaliativos ocorre de forma a atender seu público-alvo, desde os relatórios gerados pela avaliação institucional às estratégias adotadas pela CTP na relação professor-aluno e melhoria do desempenho do próprio educando.

Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é órgão normativo, executivo, consultivo e de planejamento acadêmico de atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo seu funcionamento normatizado por reuniões ordinárias, realizadas bimestralmente e reuniões extraordinárias, realizadas por convocação do Presidente, quando houver assunto urgente a tratar.

Tem por função debater e deliberar sobre o andamento do curso e definir diretrizes que possam contribuir para a execução do projeto pedagógico e, se for o caso, para a sua alteração. Além disso, acompanha as informações provenientes da Comissão Permanente de Avaliação

(CPA), providenciando o registro das avaliações realizadas sobre o processo de implementação do Projeto, os problemas identificados, as soluções propostas e os encaminhamentos dados. Toda esta estrutura contribui para avaliação interna do curso e para o processo de reestruturação e aperfeiçoamento de seu Projeto Pedagógico.

O colegiado, responsável pela avaliação das diversas variáveis que compõem o curso, poderá estabelecer mecanismos avaliativos relacionados aos docentes, discentes, gestão, atividades de planejamento, didáticas e avaliativas do próprio curso.

Nas reuniões semestrais do colegiado de curso, entre outras pautas, são analisado o progresso do curso, através do rendimento acadêmico e a absorção do egresso pelo mercado de trabalho. Necessário, também, considerar as tendências, desafios e dificuldades percebidas no decorrer dos semestres, buscando sempre melhorias para garantir uma oferta de qualidade, pautadas na responsabilidade social, na ética e nos objetivos do curso.

Com a finalidade de atender as diretrizes e orientações do Ministério da Educação-MEC com as atribuições de concepção, consolidação, atualização e avaliação contínua do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Técnico em Guia de Turismo, foi formado o Conselho de Classe pela **Portaria nº 217/GDG de 06 de agosto de 2015**, posteriormente, para atender a Resolução nº 050, de 22 de maio de 2017 que dispõe sobre colegiados, o Conselho de Classe foi migrado para Colegiado de Curso, com nomeação pela Portaria Nº 2084/GAB-FOR/DG-FOR/FORTALEZA, de 26 DE MARÇO DE 2024. O curso Técnico em Guia de Turismo pertence ao Departamento de Turismo, Hospitalidade e Lazer (DTUHL) do IFC, campus Fortaleza.

A equipe se reúne periodicamente e articula decisões e atualizações da matriz e do PPC, discute a rotina e cotidiano do curso, situações aluno-professor e ambientes acadêmicos, bem como a equipe tem caráter deliberativo e informativo para com o grupo de docentes do curso.

Quadro 05 – Colegiado do Curso:

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA	CARGO
Coordenador	Marcus Tullius Soares Falcão	1063631	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Membro Suplente	Adonai Martins Aragão	1092847	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico

Docente da Área Específica	José Solon Sales e Silva	1178429	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Docente da Área Específica – membro suplente	Julio César Ferreira Lima	1242868	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Docente da Área Básica - titular	Ana Karine da Silveira Pinheiro	1811135	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Docente da Área Básica – membro suplente	Elton Ferreira de Araújo	3301713	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Docente da Área Básica – titular	Antonio Roberto Ferreira Aragão	1240633	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Docente da Área Básica – membro suplente	Delmira Rocha dos Santos Barbosa	2304961	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Docente da Área Básica - titular	Temilson Costa	1323957	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Docente da Área Básica – membro suplente	Marcellus Giovanni da Silveira Pereira	1673743	Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Representante da Coordenação Técnico-pedagógica (CTP) Titular	Maria Mirian Carneiro Brasil de Matos Constantino	1081245	Técnico em Assuntos Educacionais
Representante da Coordenação Técnico-pedagógica (CTP) Suplente	Barbara Luana Sousa Marques	3565413	Pedagogo - Área

Discente Membro Titular	Silvia Pereira Lima	2023201540153	Discente
Discente Membro Supente	Mazukiekes Caitano Bezerra	2023201540200	Discente

Encontros pedagógicos

Os encontros pedagógicos são momentos de integração entre professores, técnicos administrativos e gestores, com a finalidade de discutir, refletir, analisar sobre os assuntos que envolvem as práticas pedagógicas, focadas na reflexão sobre o fazer docente, de trocas de experiências, de aprofundamento teórico, de busca de superação das dificuldades e de construção de conhecimentos. Os encontros pedagógicos se estabelecem com espaços efetivos para a formação continuada dos professores e educadores.

No campus Fortaleza, são realizados semestralmente, com a participação do corpo docente, técnico-administrativo e gestores. Momento de discussões sobre os processos de avaliação educacional, com abrangência de temáticas amplas que estimulam uma reflexão sobre o olhar nas práticas pedagógica, sobre a evasão e retenção; promove a troca de experiências entre os participantes, e o planejamento das atividades pedagógicas do semestre.

18 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO

A Coordenação do Curso Técnico em Guia de Turismo trabalha junto o Colegiado do Curso e a comunidade acadêmica identificando as demandas dos discentes, barreiras enfrentadas e desafios apresentados pelos docentes, promovendo a articulação com os setores competentes visando garantir a aprendizagem.

Cumprir as determinações constantes nas diretrizes estabelecidas no Regulamento da Organização Didática (2015), contribuindo para o processo ensino aprendizagem, regido pelas ações didáticas e pedagógicas e normas da legislação vigente.

A Coordenação do Curso tem papel importante no processo ensino aprendizagem. De acordo com as Notas Técnicas nº 2/PROEN/IFCE de 18 de maio de 2015, a Coordenação do Curso busca estabelecer um diálogo entre estudantes, pais e professores. Desempenha as atividades pedagógicas relacionadas ao planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Além disso, atua como a gente que identifica as demandas dos discentes, barreiras enfrentadas e desafios apresentados pelos docentes, promovendo a

articulação com os setores competentes visando garantir a aprendizagem, permanência e êxito dos mesmos. Responsabilizar-se pela qualidade e regularidade das avaliações desenvolvidas pelo curso.

Conforme o Art 84 do Regimento interno do *Campus Fortaleza*, são as atribuições do Coordenador de Curso Técnico:

- I. Coordenar o planejamento e a execução das atividades acadêmicas do curso técnico sobre sua competência;
- II. Coordenar as atividades correlatas e/ou afins relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão no curso sobre sua competência.
- III. Acompanhar e emitir relatórios relacionados a falta de professores, antecipação e reposição de aulas, bem como às atividades dos cursos superiores sob sua competência;
- IV. Elaborar aplicação de medidas disciplinares dentro de sua atuação, para apreciação da chefia do Departamento;
- V. Coordenar a formação de grupos de professores, por disciplina, para a escolha de livros didáticos, bem como o acompanhamento de todo o processo até o recebimento e distribuição dos volumes aos professores, alunos e biblioteca;
- VI. Coordenar todas as atividades destinadas aos alunos dos cursos de sua área, como olimpíadas, colóquios, viagens/micro estágios, colação de grau, dentre outras. (IFCE - Regimento Interno, p. 36, 2017).

Com o objetivo de melhorar os índices de permanência e êxitos dos estudantes do Curso de Técnico em Guia de Turismo, a Coordenação do curso, participa das ações estabelecidas no “Plano Estratégico de Incentivo para Permanência e Êxito do IFCE” (2017-2024), saber:

- atuar de forma colaborativa com comunidade acadêmica;
- apresentar o relatório de execução das atividades de combate à evasão e retenção com suas evidências para gestão de ensino, CTP;
- zelar pela divulgação das informações relativas as ações realizadas e as evidências de seus cumprimentos junto à comunidade acadêmica;
- participar das reuniões que tratam da permanência e êxito convocados pelas comissões, gestões de ensino ou setores designados para tal fim.

19. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

No Ensino, a Monitoria é um Programa de incentivo à formação acadêmica que visa a formação dos espaços da aprendizagem, a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento da autonomia e formação integral dos estudantes. O Programa de Monitoria é destinado aos estudantes dos cursos técnicos e superiores. Seleciona o estudante monitor apto a compartilhar

seus conhecimentos através de interação entre os estudantes e favorecendo a cooperação entre docente e discente, visando a melhoria da qualidade do ensino.

O Plano de Permanência e Êxito (PPE) uma política institucional constante no PDI, apresenta várias ações desenvolvidas pelo Ensino, a saber: práticas e eventos internos e de extensão; promoção junto aos discentes do *campus* jogos que promovam o desenvolvimento de raciocínio lógico (xadrez, jogos eletrônicos etc.), com vistas à melhoria no desempenho acadêmico; participação na realização dos Jogos do IFCE como elemento motivador para a permanência e o êxito do estudante; práticas e eventos internos e de extensão de cultura e arte (música, dança, pintura, escultura, cinema, fotografia, teatro, literatura, arte digital e etc.); apoio na realização de feiras científicas e tecnológicas

e olimpíadas internas e externas; disponibilização de biblioteca com estruturas e serviços mais convidativos, com foco no estudo individual e coletivo

A Pesquisa destaca pelas ações de iniciação científica e a extensão com lançamento de editais de bolsas para fomento a pesquisa e extensão tecnológica do campus, beneficiando dessa forma os discentes não apenas com a remuneração, mas também com a oportunidade de desenvolver pesquisa de cunho científico e de extensão.

Durante o curso o aluno pode integrar-se aos grupos de pesquisas devidamente cadastrados na DPPGI e na PRPI do IFCE registrados na CAPES.

Na área de Ciências Sociais Aplicadas há os grupos de pesquisa em Turismo e Hospitalidade e Linguística como:

Quadro 06. Grupos de Pesquisas vinculadas ao Curso

Líder	Grupo
Antonio Cavalcante de Almeida	Grupo de Pesquisa em Cultura Indígena, Território, Turismo Comunitário e Hospitalidade. (GPCITCH)

O aluno pode concorrer ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (Pibic Jr) que tem como objetivo despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino médio e técnico (integrado, concomitante, subsequente, Proeja) do IFCE, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica, orientadas por pesquisador qualificado

Tendo em vista que a Extensão no PDI enfoca a política do empreendedorismo, a temática será abordada no PPC de forma transversal. Além disso, destaca-se o fortalecimento da articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Êxito; aprimoramento dos serviços de alimentação e nutrição do IFCE por meio de uma avaliação

qualitativa de melhoria da infraestrutura e avaliação qualitativa de melhoria do cardápio.

Durante o curso o aluno, pode integrar-se nos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) devidamente cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), através da Diretoria de Extensão do Campus Fortaleza (DIREX) do IFCE, sendo relacionados ao DTUHL:

- Extensão Curso de Francês Básico (extracurricular)
- Extensão Curso de Francês para Conversação (extracurricular)
- Extensão Curso de Francês pré-intermediário (extracurricular)
- Extensão de Italiano Nível Básico (extracurricular)
- Extensão: Clube do cinema em língua estrangeira do IFCE

Ainda, relacionada à extensão, porém, com ênfase na aplicação mercadológica, há a INCUBADORA, que tem como objetivo:

[...] A incubadora é uma ação pedagógica que oferece suporte aos alunos e egressos dos diversos cursos regulares da Instituição, para desenvolverem suas ideias e transformá-las em oportunidades de geração de negócios inovadores, que atendam ou induzam demandas do mercado. [...] consultorias especializadas, orientação técnica e gerencial, laboratórios compartilhados e infraestrutura básica composta de: recepção, secretaria, fax, telefone, acesso à internet, segurança e limpezas das áreas comuns e sala de reuniões...” (Fonte: site institucional –<http://www.ifce.edu.br>).

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras e Indígenas (NEABI) é voltado para estudos e ações afirmativas sobre africanidade, cultura negra e história do negro no Brasil e para questões indígenas e quilombolas, tendo como missão sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos.

Neste entendimento, são desenvolvidas algumas práticas de apoio ao trabalho acadêmico e de práticas interdisciplinares, sobretudo nos seguintes momentos: projetos interdisciplinares englobando as diferentes disciplinas das ciências sociais aplicadas e afins; participação das atividades promovidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI), como a Semana Nacional da Consciência Negra e as atividades desenvolvidas no âmbito do NEABI, *Campus Fortaleza*, alusivas aos povos indígenas do Brasil e do Ceará, com temáticas como ancestralidade, cultura, cosmologia, gastronomia, entre outras temáticas de interesse ao Guia de Turismo.

Aliado a isto, o NEABI Fortaleza coordena projetos cadastrados no sistema de projetos da Diretoria de Extensão do campus, de grande visibilidade interna e externa ao IFCE *Campus Fortaleza*, como por exemplo, Danças Africanas Ancestrais e o Afroturismo em Fortaleza: uma proposta de turismo cultural e memorial entre outros focados mais no âmbito local para ações complementares dos neabiano/as.

Nesse contexto, o núcleo contribuiu para diversos estudos e pesquisas dos discentes do curso, facilitando e fortalecendo o apoio à atividades de extensão e pesquisa relacionadas às questões étnico raciais, além de ressaltar a importância das afirmativas sobre africanidade, cultura negra, além de questões indígenas e quilombolas.

Todos os programas acima são importantes para a formação do aluno e para a permanência e êxito.

20. APOIO AO DISCENTE

O ROD no Título V, Capítulo II, Seção I, artigo 173 e Subseção XII, artigo 176 e 177 garantem ações de apoio para alunos com dificuldade de ensino em sua vida acadêmica ou em outro âmbito, assistência à saúde, assistência à diferenças sociais e garantias à identidade de gênero.

Entende-se que estratégias e ações em âmbito de coordenação, departamento e demais setores fortaleçam o elo estudantil com a instituição promovendo com mais eficácia a qualidade de ensino e o desenvolvimento humano.

Dentre as várias estratégias de apoio ao discente dispostas no Plano de Desenvolvimento Institucional, têm-se as ações de integração e de práticas curriculares e pedagógicas que fortalecem o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo para fortalecer o vínculo estudante e IFCE, promover a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes.

É importante que se definam estratégias de acompanhamento diferenciado aos estudantes adolescentes, jovens e adultos com base nas especificidades de idade, desenvolvimento, maturidade e interesses próprios da estrutura etária, implementando e ampliando ações contínuas que promovam orientação aos discentes sobre o valor e a utilidade do estudo em suas vidas e a importância da gestão do tempo.

Na instituição são oferecidos:

- Cursos de nivelamento para discentes ingressantes;
- Projetos extracurriculares fixos capazes de atrair, incentivar e capacitar alunos, melhorando a autoestima, as condições de aprendizagem e, sobretudo, o desenvolvimento acadêmico;
- Editais de monitoria com a finalidade de melhorar o processo ensino-aprendizagem, constituindo-se em atividade optativa dentro dos cursos técnicos superiores do IFCE, podendo, quando da sua conclusão, ser pontuado como atividade complementar e constar no histórico escolar do estudante, contemplando

as disciplinas com maior índice de retenção e evasão e, por conseguinte, o maior número de discentes com dificuldade de aprendizagem.

Em referência à infraestrutura, busca-se priorizar a construção ou melhoria dos espaços relacionados diretamente à permanência e êxito discente, como os laboratórios, bibliotecas e espaços destinados às práticas desportivas, alimentação e convivência.

Serviço de apoio pedagógico Coordenadoria Técnico-Pedagógica (CTP)

A Coordenadoria Técnico-Pedagógica (CTP) é responsável por promover, em parceria com os diversos setores da instituição, ações que visem garantir o êxito do processo de ensino aprendizagem. Assessora as atividades de ensino, pesquisa e extensão, supervisionando e avaliando essas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas em vistas à formulação e à reformulação contínua de intervenções pedagógicas que favoreçam o alcance de resultados satisfatórios quanto ao processo ensino-aprendizagem. Desta feita, as intervenções da CTP são fundamentais para assegurar o bom desempenho e desenvolvimento do aluno atingindo resultados satisfatórios quanto ao processo ensino- aprendizagem.

Em parceria com as Coordenações de Cursos, a CTP propõe as ações de intervenções pedagógicas para os estudantes que apresentem baixo rendimento escolar (frequência e desempenho) ou situações-problemas com relacionamento entre colegas e professores, buscando alternativas que favoreçam a superação e/ ou minimização dessa problemática (PRÓ-REITORIA DE ENSINO, 2014).

Conforme a NOTA TÉCNICA N° 003/2015/PROEN/IFCE as atividades da CTP sempre convergem para o sucesso do desempenho acadêmico dos estudantes. Nesse sentido, para o bom desenvolvimento de suas atividades, esse setor precisa planejá-las, acompanhá-las, no que diz respeito ao seu desenvolvimento, e ainda, avaliar os resultados alcançados para não perder o foco da atuação.

As atribuições desse setor são inter-relacionadas e inter influentes, pois, o modo como são conduzidas afetam de alguma forma as ações dos outros setores da instituição. Desta forma é importante, a soma dos esforços dos setores (Gestão de Ensino, Professores, Coordenações de cursos, Assistência Estudantil, setor de Psicologia, Biblioteca, Pesquisa, Extensão, entre outros, que também tratam com o corpo discente) o campus. O envolvimento, participação e colaboração destes de forma direta ou indireta colaboram com a redução contínua da evasão e da retenção acadêmica.

Áreas de Atuação da CTP:

- Planejamento, assessoramento: São atividades relativas à elaboração de projetos

educacionais e institucionais, emissão de pareceres, prestação de esclarecimentos e orientações à gestão do campus, corpo docente, e outros interessados, quando o setor (CTP) julgar necessário ou quando solicitado.

- Supervisão (acompanhamento) do Processo Ensino – Aprendizagem: São atividades que atuam de forma direta com os segmentos discente (e família) e docente por meio de planejamento e avaliação de intervenções pedagógicas realizadas pela equipe do setor e em alguns momentos com setores parceiros com a finalidade de melhorar o rendimento dos estudantes e a prática educativa docente.

- Avaliação do processo ensino-aprendizagem: Ações que avaliam continuamente as atividades de cunho pedagógico para que ao longo dessas avaliações possam ser feitas alterações necessárias com vistas às melhorias.

A CTP desempenha, dentre outras atividades relacionada a seguir:

- a) acolhida aos alunos, profissionais docentes e técnicos;
- b) realização de ações de combate à evasão;
- c) mediação, quando necessário o diálogo, entre professores e alunos buscando contribuir para melhoria das relações interpessoais;
- d) acompanhamento individualizado dos discentes nas disciplinas de menor rendimento acadêmico;
- e) suporte aos docentes no processo de monitoria;
- f) monitoramento da frequência e rendimento dos alunos;
- g) comunicação com alunos com baixa frequência, via telefone, e-mail ou visita domiciliar em parceria com a assistência estudantil;
- h) acompanhamento no desenvolvimento de atividades culturais, sociais e esportivas;
- i) realização de atividades (palestras, oficinas, seminários) de orientação educacional sobre temáticas de educação para a vida e temas transversais;
- j) acompanhamento aos discentes com deficiência em parceria com o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e a Coordenação Assistência Estudantil. (CAE)

Serviços de atendimento a discentes com necessidades educacionais específicas

Os sistemas de ensino deverão assegurar a matrícula e a permanência de todos os alunos, independentemente de suas deficiências ou necessidades educacionais especiais, organizando-se para oferecer, além da escolarização, o atendimento educacional especializado aos alunos que dele necessitarem (LEI nº 7.853/89).

A política de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, não se

resume apenas ao acesso à matrícula e a permanência desses alunos, necessário rever os paradigmas e encontrar alternativas educacionais que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem dessas pessoas.

O campus Fortaleza, possui infraestruturas adaptada para o aluno com deficiências, banheiros específicos, rampas, elevadores, piso tátil, com adequações curriculares e recursos pedagógicos que permitam ao aluno acompanhar o desenvolvimento do currículo, de forma satisfatória.

Os alunos informam a instituição se possuem algum tipo de deficiência e/ou necessidades específicas. São encaminhados aos serviços/setores especializados para que recebam o atendimento devido, de forma a contribuir com processo ensino aprendizagem. Os docentes quando percebem alunos com comportamentos que necessitam de atendimento especializado, comunicam a Coordenação do curso e do NAPNE para que estes, adote as medidas necessárias para o devido atendimento.

Para melhor atendimento especializado, elencam-se as atribuições dos atores envolvidos no processo:

- Docentes: identificar alunos com necessidades especiais e reportar à coordenação e NAPNE do campus; planejar aulas acessíveis e inclusivas; atuar de forma colaborativa na elaboração de Plano de Ensino Individualizado, sempre que necessário e com apoio do NAPNE;
- Coordenador do curso: identificar alunos com necessidades de atendimento especializado; encaminhar a demanda solicitada aos demais setores responsáveis; articular reuniões entre os docentes e os demais setores envolvidos no atendimento; acompanhar o desempenho dos alunos com atendimento educacional especializado;
- Setor pedagógico, de saúde e assistência social: prestar atendimento multidisciplinar, identificando as demandas dos discentes, apoiando na organização de estudos, acolhimento e diversas outras estratégias;
- Gestão do Departamento: apresentar demandas aos diferentes setores, sendo responsável por disponibilizar orçamento, condições de trabalho, recursos e engajamento dos servidores de modo a garantir a inclusão de todos os discentes, além de acompanhar o trabalho realizado no *campus* especialmente no que se refere a permanência e êxito;
- NAPNE: Orientar docentes e demais setores na identificação de alunos com necessidades especiais; promover as ações inclusivas no *campus*, buscando discutir e envolver a comunidade acadêmica nas ações que zelam pelo acesso, permanência e êxito dos discentes com deficiências, temporárias ou permanentes no âmbito educacional. Essas ações abrangem o público-alvo da educação especial e possuem desdobramentos para toda a comunidade acadêmica. O NAPNE promove palestra e/ou oficina com a temática da inclusão.

Serviços na área de saúde: atendimento psicólogo, enfermagem, odontológico e médico.

O Serviço de Saúde do campus Fortaleza atua na atenção básica com foco em prevenção de doença e promoção da saúde da comunidade discente mediada pela educação, contribuindo para a autonomia do indivíduo no cuidado à saúde e melhoria da qualidade de vida; e conta com 04 Enfermagem, 04 médicos, 03 psicólogos, 07 odontólogos.

Todos trabalham para contribuir com a formação integral dos estudantes do campus, atuam em Educação em Saúde por meio de Campanhas Educativas e em consultas. O atendimento aos discentes do curso Técnico em Guia em Turismo ocorre sob demanda, mediante marcação prévia presencialmente na recepção do Setor de Saúde consultas e recebem o atendimento individual.

Serviços ofertados aos discentes pelo setor de saúde do campus:

a) Atendimento médico

- Atividades educativas em Saúde
- Consultas clínicas
- Consultas psiquiátricas
- Levantamento epidemiológico dos discentes (Avaliação Biomédica)
- Primeiros socorros

b) Atendimento de Enfermagem

- Aferição de sinais vitais
- Curativos
- Consultas de Enfermagem
- Levantamento epidemiológico dos discentes (Avaliação Biomédica)
- Testagem rápida de HIV/Sífilis/Hepatites B e C
- Primeiros socorros.

c) Atendimento Odontológico

- Atividades educativas em Saúde
- Consultas odontológicas
- Orientação de higiene oral individual e coletiva
- Restaurações dentárias
- Profilaxia e Tartarectomia (limpeza dentária)
- Tratamento endodôntico em dente anterior
- Exodontia simples,
- Radiografia periapical e interproximal
- Urgências odontológicas (dor, fratura, hemorragia, abscesso agudo)
- Levantamento epidemiológico dos discentes (Avaliação Biomédica)

O **serviço de Psicologia** tem por objetivo contribuir para os processos de educação, saúde e bem-estar dos alunos e das pessoas direta e indiretamente ligadas ao contexto educacional do discente, tornando-se responsável por:

- a) acolher a demanda do campus atrelada à formação educacional do corpo discente, englobando o desenvolvimento cognitivo e emocional, bem como sua relação direta com os processos de aprendizagem;

- b) receber queixas do corpo discente e/ou docente referentes às dificuldades de aprendizagem, tanto situadas no contexto socioeconômico (condição familiar, conflitos emocionais, etc.), quanto psicopedagógico (relacionamento interpessoal - aluno/aluno; aluno/professor; aluno/servidor - transtornos de aprendizagem, etc.); investigar, posteriormente, possíveis obstáculos na construção desse processo, realizando a avaliação e o acompanhamento dos casos, prestando orientações acerca da melhor conduta a ser adotada pelo serviço;

- c) dispensar serviços aos discentes no formato de intervenções individuais ou coletivas, permeadas com o intuito de fomentar construções de caráter psicopedagógico, psicossocial e terapêutico, nas esferas da prevenção e do acompanhamento discente.

A atuação em comum de todos os profissionais que integram o setor voltado para a assistência ao educando envolve a realização dos atendimentos individuais – acolhida, orientações gerais, de grupos operativos e socioeducativos.

Os profissionais de psicologia, realizam o acompanhamento por meio de intervenções, intermediando ações junto aos demais agentes educacionais, tais como pedagogos, assistentes sociais, médicos, enfermeiros, professores, etc. As intervenções acontecem de duas maneiras: grupal e/ou individual. As intervenções grupais visam a atender demandas específicas tais como orientação profissional, acolhimento aos novatos, dentre outras. Já as individuais têm por objetivo ofertar um espaço de escuta psicológica a fim de atender demandas relativas à vida acadêmica e que venha a incorrer em sofrimento psíquico (site do ifce.edu.br)

Os atendimentos do setor da saúde são realizados conforme a demanda dos próprios alunos, quando solicitado pelos pais e/ou responsáveis pelos estudantes ou ainda por meio de encaminhamentos feitos pelos educadores do *campus*. Os estudantes menores de idade necessitam de autorização dos pais e/ou responsáveis para obterem atendimento no setor de psicologia escolar

Serviços de assistência estudantil - Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE)

As ações de assistência estudantil são garantidas e organizadas pela Diretoria de Extensão e Relações Empresariais (DIREX), articuladas pela Coordenadoria de Assuntos

Estudantis (CAE).

A **Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE)**, que tem por finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação pública federal, pauta-se nos objetivos estabelecidos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto 7.234/2010), a saber:

- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- reduzir as taxas de retenção e evasão;
- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

A CAE é composta por uma equipe multidisciplinar: assistente social, psicólogo, enfermeira, nutricionista e técnica em enfermagem. As ações da assistência estudantil possuem dois eixos norteadores: o primeiro com os “serviços” que visam atender a toda comunidade discente como atendimento biopsicossocial e alimentação escolar (almoço e lanches), e o segundo, “os auxílios” que se destinam ao atendimento prioritário do discente em situação de vulnerabilidade social.

Os auxílios estudantis visam ampliar, em forma de pecúnia, as condições de permanência e apoio à formação acadêmica dos discentes regularmente matriculados no IFCE *campus* de Fortaleza, na perspectiva de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e prevenir situações de retenção e evasão decorrentes de vulnerabilidade social.

A Resolução do Consup Nº 24 de março de 2024 que Aprova o Regulamento de Auxílios Estudantis no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará define os seguintes auxílios estudantis, a saber:

Art. 9º. São auxílios ao estudante em situação de vulnerabilidade social:

- I. auxílio-didático/pedagógico;
- II. auxílio-alimentação;
- III. auxílio-discentes mães/pais;
- IV. auxílio-formação;
- V. auxílio-moradia;
- VI. auxílio-óculos;
- VII. auxílio-emergencial;
- VIII. auxílio-transporte;
- IX. auxílio-permanência acadêmica;
- X. auxílio inclusão digital.

Art. 25. São auxílios universais:

I. Auxílio-visita/viagem técnica: subsidia despesas com alimentação e/ou hospedagem, em visitas e viagens técnicas ou atividades de campo, previamente programadas por servidores (as) do IFCE;

II. Auxílio-acadêmico: subsidia despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento e inscrição dos discentes para a participação em eventos.

O campus Fortaleza oferece almoço no refeitório aos discentes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio com aulas no contraturno escolar, aos estudantes dos cursos técnicos e superiores selecionados pelo Serviço Social, considerando as condições socioeconômicas. Os discentes recebem também a merenda escolar servida nos três turnos (manhã, tarde e noite), atendendo toda a comunidade discente.

O Curso de Técnico em Guia em Turismo se beneficia dos auxílios de vulnerabilidade social e universais; destaca-se o auxílio didático-pedagógico para as aulas práticas de gastronomia, coquetelaria, enologia.

A Coordenadoria de Serviço de Social atua no âmbito das relações sociais junto a indivíduos, famílias, grupos, comunidade e movimentos sociais desenvolvendo ações de fortalecimento da autonomia, da participação e do exercício da cidadania. Tem como princípios a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da liberdade como valor ético central.

As ações desenvolvidas por esses profissionais são:

incentivar a participação democrática do discente, como sujeito de direitos, no espaço educacional, favorecendo o seu acesso ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);

- planejar, executar, monitorar e avaliar as ações relacionadas aos auxílios e à política de assistência estudantil;
- realizar pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população discente, contribuindo na identificação e intervenção dos fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam no processo de ensino- aprendizagem, visando a permanência e o êxito dos estudantes;
- participar de equipes multidisciplinares para a elaboração e execução de programas e projetos sociais voltados a temas relevantes como saúde, violência, cultura, cidadania, direitos sociais e humanos (questão racial, de gênero, orientação sexual, deficiência, políticas afirmativas, dentre outros)

Programação de atividades desportivas

O campus de Fortaleza procura fomentar a prática esportiva e recreativa através da promoção e participação em atividades desportivas durante a vida acadêmica de seus discentes.

Entre estas destacam-se a Semana Esportiva e Cultural, os Jogos do IFCE (JIFCE), os Jogos dos Institutos Federais.

A Semana Esportiva e Cultural (SEC) do campus Fortaleza do IFCE tem por objetivo gerar e construir novos conhecimentos como elemento essencial na formação educacional dos alunos. O caráter inter e multidisciplinar do evento favorece o engrandecimento das relações humanas, por meio da convivência, contribuindo como fator primordial para o crescimento do aluno enquanto pessoa e para a reflexão sobre sua importância na sociedade. Promovendo desta forma, o conagraçamento esportivo, social e cultural entre os estudantes e profissionais do campus de Fortaleza do IFCE e a comunidade externa, ressaltando os aspectos formativos e de valores humanos.

Os Jogos **do IFCE (JIFCE)** são um evento institucional de caráter desportivo voltado aos estudantes dos *campi* do IFCE, com participação intensa dos alunos do campus Fortaleza, que tem como finalidades principais: fomentar a prática esportiva entre os estudantes do IFCE, como instrumento fundamental para a formação integral humana; promover o desporto no IFCE; estimular as boas relações interpessoais entre os estudantes e profissionais envolvidos; promover a saúde do estudante, nas dimensões física, emocional e social; proporcionar laboratórios técnicos para os estudantes dos cursos de áreas afins, como Licenciatura em Educação Física, Superior Tecnológico em Gestão do Desporto e Lazer, Técnico em Eventos, Tecnologia em Hotelaria, Bacharelado em Turismo, Técnico em Guia de Turismo, entre outros; formar as equipes esportivas do IFCE para a representação nos Jogos dos Institutos Federais – nordeste e nacional.

O **Jogos dos Institutos Federais** são as competições esportivas realizadas pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com foco na integração dos discentes. Além disso, favorece a prática de atividades físicas e oportuniza a troca de experiências como estratégia educativa e emancipadora.

Tem como objetivo: oportunizar a prática de esporte com ênfase na colaboração, na cooperação e nos valores morais e sociais entre todos os participantes, proporcionar a integração entre discentes, docentes e técnicos administrativos da Rede Federal e a sociedade em geral; vivenciar a pluralidade cultural em suas diversas e diferentes manifestações, socializar respeitando a identidade, a individualidade e o coletivo; estimular a prática do esporte como meio para melhoria do bem-estar físico e mental, qualidades essenciais para a saúde.

21. CORPO DOCENTE

Tabela I – Perfil do corpo docente necessário para desenvolvimento do curso.

ÁREA	SUBÁREA	QUANTIDADE DE DOCENTES
EDUCAÇÃO	METODOLOGIA CIENTÍFICA	01
LETRAS	LIBRAS	01
LETRAS	LÍNGUA FRANCESA	01
LETRAS	LÍNGUA INGLESA	01
LETRAS	LÍNGUA ESPANHOLA	01
GESTÃO DESPORTIVA E DE LAZER	GESTÃO EM DESPORTO E GESTÃO EM LAZER	01
TURISMO	TURISMO E GUIAMENTO	06
HISTÓRIA	HISTÓRIA GERAL, DA AMÉRICA, DO BRASIL, DO CEARÁ E DA ARTE	01
GEOGRAFIA	GEOGRAFIA HUMANA	01
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	01
ARTES	TEATRO	01

O corpo docente do curso de Técnico em Guia de Turismo é eclético, formado por professores lotados no Departamento de Turismo. Segue o corpo docente da área profissional e de base do curso:

Tabela II – Corpo docente existente.

NOME DO DOCENTE	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO MÁXIMA	VÍNCULO/ REGIME DE TRABALHO	CAMPUS LOTAÇÃO	DISCIPLINAS MINISTRADAS
Adonai Martins Aragão	Graduação em Psicologia	Mestre em Gestão de Negócios Turísticos	DTUHL/40	Fortaleza	Relações Interpessoais
Andréa Michiles Lemos	Graduação em Letras com habilitação em Libras	Mestre em Linguística	DTUHL/DE	Fortaleza	Libras
Amilton Césarde Sousa Marques	Graduação em Letras com habilitação em Português - Francês e Português - Italiano.	Mestre em Estudos de Tradução-POET	DTUHL/DE	Fortaleza	Francês I; Francês II

Antônio Roberto Ferreira Aragão	Graduação em Letras com habilitação em Francês	Doutor em Linguística	DTUHL/DE	Fortaleza	Francês I; Francês II
Fabíola SilveiraJorge Holanda	Graduação em Letras com habilitação em Inglês	Doutora em Linguística	DTUHL/DE	Fortaleza	Inglês I; Inglês II;
Delmira Barbosa Rocha	Graduação em Letras - Espanhol	Mestre em Letras - Estudos Literários	DTUHL/DE	Fortaleza	Espanhol I; Espanhol II.
Elton Ferreira de Araújo	Graduação em Tecnologia de Gestão Desportiva e de Lazer	Mestre em Estudos do Lazer	DTUHL/DE	Fortaleza	Animação Turística; Educação Física
Jacqueline Maria Marinho Lemos	Graduação em Letras com Habilitação em Espanhol	Especialista em Linguística e o Ensino da Língua Portuguesa	DTUHL/DE	Fortaleza	Básico de Espanhol I; Básico de Espanhol II.
José Solon Sales e Silva	Graduação em Bacharelado em Turismo	Doutor em Geografia	DTUHL/DE	Fortaleza	Prática Profissional de Guiamento Regional; Etiqueta e Comportamento Social; Prática Profissional de Guiamento Nacional
João César Abreu de Oliveira Filho	Graduação em Geografia	Doutor em Geografia	DTUHL/DE	Fortaleza	Geografia do Ceará; Geografia do Brasil e da América do Sul
Júlio César Ferreira Lima	Graduação em Letras com Habilitação em Inglês	Mestre em Educação	DTUHL/DE	Fortaleza	Inglês I; Inglês II;
Lidiana SouzaCorreia Lima	Técnica em Enfermagem Graduação em Tecnologia de Alimentos	Doutora em Ciências e Tecnologia de Alimentos	DTUHL/DE	Fortaleza	Técnicas de Primeiros Socorros
Marcus Tullius Soares Falcão	Graduação em História	Doutor em Geografia	DTUHL/DE	Fortaleza	História da Arte no Brasil; História do Ceará; História do Brasil e da América do Sul; Prática Profissional de Guiamento Regional; Prática Profissional de Guiamento

					Nacional.
Marcellus Giovanni da Silveira Pereira	Graduação em Gestão de Turismo	Especialista em Turismo e Hospitalidade	DTUHL/DE	Fortaleza	Transportes e Meios de Hospedagem.
Temilson Costa	Graduação Bacharelado em Turismo	Mestre em Educação Profissional e Tecnológica	DE	Fortaleza	Fundamentos do Turismo; Teoria e Técnica do Guiamento Regional; Teoria e Técnica do Guiamento Nacional;
Valonia de A.Oliveira	Graduação em Licenciatura em Letras com habilitação português - italiano Graduação em Gestão de Empreendimentos Turísticos	Mestre em Gestão de Negócios Turísticos	30 h - DE	Fortaleza	Italiano Básico
Simone Oliveirade Castro	Graduação em História Graduação em Gestão de Empreendimentos Turísticos	Doutora em Sociologia	DE	Fortaleza	Cultura Popular

22. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Tabela III – Corpo Técnico-administrativo para o funcionamento do Curso

Nome do técnico	Cargo	Atividade desenvolvida	Titulação
Ricardo da Silva Pedrosa	Técnico Administrativo	Suporte administrativo na condução do PPC e na condução das atividades acadêmicas do curso	Mestre
Maria Miriam Carneiro Brasil de Matos Constantino	Pedagoga	Suporte pedagógico na condução do PPC, aos docentes e discentes na melhoria do processo ensino aprendizagem.	Especialista
Andréa Pinto Graça Parente	Assistente Social	Suporte no atendimento na necessidade relativa ao Serviço Social	Graduada
Livianne Gomes da Silva	Nutricionista	Atendimento ao setor de Alimentação Escolar	Especialista
Francisco de Assis Magalhães Araújo	Técnico em Assuntos Educacionais	Suporte no Sistema do Controle Acadêmico	Especialista
Carlos Henrique da Silva Sousa	Bibliotecário - Documentalista	Suporte no atendimento no Setor da Biblioteca	Doutor
Patrícia de Barros Teles	Odontóloga	Suporte e atendimento do Serviço de Saúde	Graduada

23. INFRAESTRUTURA

23.1. Biblioteca

A Biblioteca Waldyr Diogo Siqueira, do IFCE campus de Fortaleza está localizada próximo ao pátio central, em uma área de 470 m². Está localizada em uma área de 470 m², conta com profissionais especializados em catalogação, classificação e indexação de novas aquisições, bem como na manutenção das informações bibliográficas no Sistema Sophia.

O horário de funcionamento da Biblioteca do campus é de segunda a sexta, com horários de atendimentos especificados abaixo:

- Salão de estudo e leitura - das 7h30 às 21h
- Empréstimo - das 8h às 20h30
- Referência (consulta local) e Periódicos - das 8h às 20h
- Multimídia - das 9h às 20h
- Durante o período de férias escolares e recessos, o empréstimo é suspenso para a realização do inventário e arrumação das estantes.

A Portaria Normativa Nº 100/GAB-FOR/DG-FOR/FORTALEZA/2023, em seu Art. 3º, apresenta a estrutura básica para o funcionamento da Biblioteca IFCE campus Fortaleza:

- I. Coordenadoria de Biblioteca;
- II. Setor de Tratamento da Informação, constituído das seguintes seções:
 - a) Seção de Desenvolvimento de Coleções
 - b) Seção de Processos Técnicos
 - c) Seção de Conservação e Restauração do Acervo
 - d) Seção de Biblioteca Digital
- III. Setor de Atendimento ao Usuário, constituído das seguintes seções:
 - a) Seção de Informação e Referência
 - b) Seção de Circulação
 - c) Seção de Publicações Periódicas
 - d) Seção de Multimídia

Possui um acervo de mais 38.224 (trinta e oito mil duzentos e vinte e quatro) volumes (dados de fevereiro de 2023), que compreende livros, periódicos, dicionários, enciclopédias gerais e especializadas, teses, dissertações, monografias, DVDs e CDs, nas áreas de ciências humanas, ciências puras, artes, literatura e tecnologia, com ênfase em livros técnicos e didáticos.

A Biblioteca dispõe de profissionais especializados em catalogação, classificação e indexação de novas aquisições, bem como na manutenção das informações bibliográficas no Sistema Sophia. Além disso, a equipe de servidores é responsável pela preparação física do material bibliográfico destinado a empréstimo domiciliar, incluindo a aplicação de carimbos de identificação, registro e colocação de etiquetas.

A Biblioteca do IFCE campus Fortaleza, está à disposição dos discentes do curso de Técnico em Guia em Turismo, oferecendo-lhes, além da utilização do seu acervo, os seguintes serviços:

- I. Referência – atendimento ao usuário, auxílio à pesquisa, desenvolvimento e atualização de tutoriais;
- II. Consulta local ao acervo;
- III. Catálogo on-line <http://biblioteca.ifce.edu.br>
- IV. Busca integrada nas bases de dados disponíveis;
- V. Acesso à internet local e/ou móvel;
- VI. Acesso a bibliotecas virtuais e base de dados;
- VII. Empréstimo domiciliar – permissão da retirada de material informacional por período determinado;
- VIII. Programa de educação do usuário – oferta de treinamento para que o usuário tenha maior autonomia na busca de materiais, como também dos recursos disponibilizados pela biblioteca;
- IX. Orientação à normalização de trabalhos acadêmicos e outros documentos, de acordo com as normas adotadas pela ABNT;
- X. Visita orientada – apresentação da biblioteca e demonstração dos serviços oferecidos ao usuário;
- XI. Renovação de empréstimo via Web;
- XII. Solicitação de reserva, via Web;
- XIII. Geração de ficha catalográfica on-line:
<http://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/ficha-catalografica>.
- XIV. Acesso ao portal de periódicos da CAPES;
- XV. Solicitação de ISBN;
- XV. Orientação de depósito de trabalhos de conclusão de cursos de graduação (TCCs) e pós-graduação, (dissertações e teses), no âmbito do IFCE (<https://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/entrega-detrabalhos-academicos>);

O acervo completo da biblioteca está registrado, classificado de acordo com a CDD (classificação decimal de Dewey) e catalogado seguindo as normas da AACR2 (código de catalogação anglo-americano). Os usuários têm à disposição seis terminais para consulta à base de dados na própria biblioteca. Além disso, também podem acessá-la via internet pelo site: <http://biblioteca.ifce.edu.br/>.

A Biblioteca Waldyr Diogo do IFCE campus Fortaleza integra o Sistema de Bibliotecas do IFCE – SIBI, criado através da **Portaria 410/GR**, de 30 de junho de 2015, que é depositário de todo material informacional disponibilizado à comunidade técnico-acadêmica do IFCE, com vistas à promoção do acesso, da disseminação e do uso da informação como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, de acordo com as políticas, planos e programas institucionais. Podendo ser acessada pelo link: <http://biblioteca.ifce.edu.br/>

As Bibliotecas integrantes do SIBI regem-se pelo Regimento Geral do IFCE, pelo Regimento Interno dos *campi*, pelo **Regimento Interno do SIBI** aprovado pela Portaria 410/GR e pelas demais normas da Instituição, em observância à unidade patrimonial, administrativa, organizacional e com vistas à plena utilização de recursos humanos e materiais.

A Biblioteca Waldyr Diogo do IFCE campus Fortaleza, possui seu **regulamentode funcionamento aprovado** PORTARIA NORMATIVA Nº 100/GAB-FOR/DG-FOR/FORTALEZA, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023 (Anexo III).

Os discentes do curso de Técnico em Guia em Turismo contam com os ambientes de uso individual e coletivo (121 assentos) a saber: o salão de leitura e estudo, as salas de estudo individual e/ou em grupo, sala multimídia, miniauditório, dentre outros. As salas de estudo estão disponibilizadas para utilização dos discentes, em grupos, com no mínimo

3 (três) e, no máximo, 6 (seis) usuários, por duas horas prorrogáveis por igual período, desde que não haja procura e mediante solicitação no setor responsável.

A biblioteca disponibiliza computadores para fins de estudo e pesquisa acadêmica. Sendo vedado o uso de jogos eletrônicos, acesso a sítios de bate-papo, sítios de compras e páginas com conteúdo ilícitos e impróprios aos objetivos das bibliotecas. Cada aluno pode fazer uso dos computadores 1 h (uma hora) e, não havendo procura, o tempo de uso poderá ser prorrogado por igual período.

Consulta ao Acervo: A consulta ao acervo da Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira está disponível ao usuário via internet, por meio do Sistema Sophia, ou por meio de terminais próprios (intranet) localizados na biblioteca.

As informações sobre a localização das obras podem ser acessadas por mecanismos de busca que permitem pesquisar por autor, título, assunto, editora, série e ISBN/ISSN. Caso o usuário deseje efetuar o empréstimo de uma determinada obra, deverá anotar seu número de

chamada (classificação + notação). Esse número é o endereço/localização da obra na estante. Ex: Romance A Normalista (Adolfo Caminha) -Classificação CE B869.3 + Notação C183n.

Empréstimo: O usuário poderá retirar, por empréstimo domiciliar, qualquer publicação constante do acervo bibliográfico, exceto as obras de referência (enciclopédias, dicionários, atlas, periódicos, jornais, etc.) e outras publicações que, a critério da biblioteca, não podem sair do espaço físico da mesma. Além disso, o usuário não poderá retirar por empréstimo 2 obras iguais.

Para efetuar o empréstimo de uma determinada obra, o discente deverá anotar seu número de chamada, que é composto pela classificação e notação da obra. Esse número é o endereço/localização da obra na estante. Ex: Romance A Normalista (Adolfo Caminha)

- Classificação CE B869.3 + Notação C183n.

Empréstimos de materiais. O cadastramento é obrigatório para o empréstimo de materiais do acervo. Podem se inscrever, os alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais e à distância do campus de Fortaleza e servidores ativos do campus de Fortaleza (professores, professores substitutos e servidores técnico-administrativos).

Para realizar o cadastramento deve preencher a ficha de cadastro no setor de Empréstimo da Biblioteca, mediante a apresentação de um documento oficial de identificação e do número de matrícula.

O usuário poderá retirar, por empréstimo domiciliar, qualquer publicação constante do acervo bibliográfico, exceto as obras de referência (enciclopédias, dicionários, atlas, periódicos, jornais, etc) e outras publicações que, a critério da biblioteca, não podem sair. O usuário não poderá retirar por empréstimo 2 obras iguais.

As obras emprestadas ficarão sob a inteira responsabilidade do usuário, tendo o mesmo o dever de responder por perdas e danos que, porventura, venham a ocorrer, de acordo com o que dispõe o Regulamento da Biblioteca.

O Setor de Empréstimo funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h30min. Durante o período de férias escolares e recessos, o empréstimo é suspenso para realização do inventário e arrumação das estantes.

As obras emprestadas ficarão sob a inteira responsabilidade do usuário, tendo o mesmo o dever de responder por perdas e danos que, porventura, venham a ocorrer, de acordo com o que dispõe o Regulamento da Biblioteca.

Renovação do Empréstimo: O empréstimo poderá ser renovado, por igual período, desde que a obra não esteja reservada e o usuário esteja em dia com a data de devolução. Importante: a renovação será feita na data marcada para a devolução ou no dia imediatamente anterior a esta.

A renovação do empréstimo será permitida, desde que: o material a ser renovado esteja com sua data de devolução dentro do vencimento; o material não esteja reservado para outro usuário; o usuário não esteja com materiais com data de devolução fora do prazo; A data de validade do cadastro do usuário não esteja vencida

Reserva de Exemplares: Quando uma publicação solicitada não estiver disponível na biblioteca, o usuário poderá reservá-la no site do *campus* de Fortaleza, por meio do Sistema Sophia. A ordem cronológica das reservas será rigorosamente observada. Após a devolução, a publicação reservada ficará à disposição do interessado por dois dias úteis.

O não comparecimento do usuário nesse prazo liberará a reserva para o próximo da lista. O usuário poderá fazer mais de uma reserva, desde que com publicações diferentes. A duplicidade de reserva implica o cancelamento automático de uma delas.

Na busca de periódicas para auxiliar pesquisa científica, a biblioteca tem disponível para os discentes, os seguintes endereços:

- [Portal de Periódicos da CAPES](#)
- [Scielo](#)
- [Portal da Pesquisa](#)
- [Portal Domínio Público](#)
- [Google Pesquisa de Livros](#)
- [Prossiga](#)
- [Project Gutenberg Online Book](#)
- [Biblioteca digital mundial](#)
- [Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT](#)
- [Free Software Magazine](#)
- [Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal -](#)

REDALYC

- [Revista Ciência e Pesquisa Unifor](#)
- [Revista Tecnologia - Unifor](#)
- [eBooks Brasil](#)
- [Coleção Aplauso - Imprensa Oficial](#)

23.2. Infraestrutura física e recursos materiais

O IFCE campus Fortaleza disponibiliza pavilhões para as áreas de ensino. Há o pavilhão da indústria, da telemática, da química e meio ambiente, da construção civil, do ensino médio e licenciaturas, de artes e do turismo. Os pavilhões buscam concentrar coordenações de cursos, salas de aula e laboratórios de forma a facilitar a comunicação entre professores, alunos, coordenação, CAEE, serviço de orientação psicopedagógico, controle acadêmico, banheiros, entre outros. Todos esses espaços estão interligados. Os alunos têm também disponível, a sala do Núcleo de atendimento de Pessoas com Necessidades Especiais (Napne).

No térreo concentram-se os setores administrativos, como recursos humanos, contabilidade e planejamento, manutenção, instalações esportivas, apoio, telefonia, serviço social, serviço de saúde, gabinete da diretoria, restaurante universitário e alguns laboratórios.

Existe ainda o estacionamento para servidores, cantina para alunos e servidores, cozinha da merenda escolar, incubadora, parque aquático, 2 quadras poliesportivas, setores de manutenção, gráfica, Sala do NEABI e de multimídia.

O IFCE tem 02 (dois) elevadores, um destinado aos portadores de necessidades específicas e /ou emergências e outro localizado do Bloco Didático, destinado aos alunos em geral. Possui também rampas e corrimões para facilitar o acesso a deficientes físicos. O Departamento de Turismo, Hospitalidade e Lazer disponibiliza espaço de trabalho para os docentes, sala de atendimento aos discentes, espaço reservado para a Chefia do Departamento e Coordenação de Curso, sala de professores, recepção para atendimento discente, salas de aulas em dois Blocos que atende a demanda do Departamento. Os alunos têm disponível um laboratório de informática com acesso à internet que na presença de um bolsista, utilizam para suas atividades acadêmicas.

Toda a infraestrutura disponível para os alunos do curso de Técnico em Guia de Turismo, apresenta-se em plenas condições de funcionamento, de forma a atender a demanda e expectativa da comunidade acadêmica, no que diz respeito ao atendimento estudantil, práticas esportivas, atendimento aos setores específicos, atuação da gestão, preparação de aulas por parte dos docentes, atendimento aos discentes para esclarecimentos, tira dúvidas e orientação de projetos entre outro.

Quanto aos recursos materiais destaca-se a frota de veículos do IFCE *Campus* Fortaleza, na qual se disponibiliza para as viagens técnicas um micro-ônibus (28 lugares) e um ônibus (50 lugares), dependendo da visita ou viagem técnica e quantitativo de alunos. A prática nestes veículos possibilita uma vivência no futuro equipamento de trabalho do Guia de Turismo, sabendo-se que não se limita a eles.

23.3. Infraestrutura de laboratórios

O curso Técnico em Guia de Turismo tem a sua disposição 9 (nove) laboratórios para aulas práticas, a saber, 02 laboratórios de informática, 1 sala de vídeo conferência, 2 auditórios, Unidade Operacional de Turismo (UNITUR), Laboratório Sala Bar e de Hospedagem, Centro de Idiomas e biblioteca com 37.923 volumes em acervo físico. Todos os equipamentos, em perfeito estado de conservação e em quantidade que atende a demanda das aulas práticas do curso.

Nos espaços laboratoriais são realizados seminários, preparação e realização de eventos, as aulas práticas nos laboratórios básicos e específicos, permitindo a aplicação direta dos temas trabalhados na teoria, facilitando o processo de ensino aprendizagem, através da experimentação e a preparando os alunos para os desafios da vida profissional.

Atende a infraestrutura exigida pelo Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia para o curso de Tecnologia, visto que tem disponível uma Biblioteca com acervo físico específico e atualizado; e laboratório de informática com softwares específicos e equipamentos compatíveis com as atividades educacionais do curso.

23.4. Infraestrutura de laboratórios conectados à internet

O Laboratório de Informática de Turismo (LIT) de uso dos alunos do Curso Guia de Turismo (LIT-TUR): 23 computadores com monitores lcd e teclados, ligados à internet; capacidade para 23 alunos; datashow e *notebook*, lousa branca; cadeiras estofadas de espuma injetada.

O ambiente possui os computadores com configurações de hardware que proporcionam performance computacional adequada à execução dos programas aplicativos previstos para as disciplinas do curso. O ambiente é climatizado, dispõe de condições adequadas de iluminação e acústica, atende as exigências legais quanto à segurança e acessibilidade. As disciplinas de Fundamentos do Turismo, Teoria e Técnica de Guiamento Regional, Teoria e Técnica de Guiamento Nacional, História da Arte, utilizam o LIT.

23.5. Laboratórios básicos

Para a formação geral básica, há laboratórios/ ambientes gerais (básicos) que são utilizados para práticas pedagógicas, como a sala de videoconferência, a sala de multimeios, os auditórios que podem tanto atender a um espaço de projeção, como, para seminários e realização de palestra ou realização de eventos promovidos pelos alunos.

- Sala de videoconferência: ar-condicionado tipo split; 66,16m²; capacidade para 28 pax; refrigeração; luz fluorescente; lousa branca; cadeiras estofadas com espuma injetada e apoio de madeira formicada. Neste espaço são realizadas atividades de videoconferência focando em palestras e *lives* sobre temáticas relacionadas às disciplinas do curso, reuniões de preparações para viagens técnicas, Treinamentos e capacitações.

- Auditório superior: palco; articulação de iluminação; som; painel para projeção; ar-condicionado central; iluminação e ventilação naturais; com 405,3 m², considerando hall, escada e banheiros; 360 assentos, saída de emergência. Eventos do Departamento; festival de línguas; atividades da disciplina de Cultura Popular.

- Auditório inferior: com 212,36m², considerando hall e banheiros, 110 assentos, palco; articulação de iluminação; som; painel para projeção; ar-condicionado de 10.000 btu; iluminação e ventilação naturais. Eventos do Departamento; festival de línguas; atividades da disciplina de Cultura Popular.

OBS: os banheiros são comuns aos auditórios e também o lobby que tem 87,94m².

23.6. Laboratórios específicos à área do curso

O Curso Técnico em Guia de Turismo é contemplado com o laboratório experimental - UNITUR – Unidade Operacional do Departamento de Turismo, Hospitalidade e Lazer (realização de atividades/atividades complementares/ teoria- prática), Laboratório Sala Bar e o Centro de Idiomas.

- Laboratório de Sala-Bar: Dividido em Cozinha Quente e Cozinha Fria, o qual possui ambiente com mesas e cadeiras para aulas teóricas. Os equipamentos disponíveis na Cozinha/Bar são: três pias, balcões, fogão, balcão frigorífico; batedeiras, balança, cafeteira, forno combinado, três armários; prateleiras e utensílios diversos, além de sala de aula equipada com um computador; *data-show*; acesso à internet, com área de 39,71m². São realizadas as aulas práticas dos seguintes componentes curriculares: Etiqueta e Comportamento Social, que desenvolve aulas e atividades sobre tipos de serviços de mesa; Prática Profissional de Guiamento Regional e Nacional, que vivenciam neste laboratório a preparação do serviço de bordo das viagens técnicas.

- Laboratório experimental - UNITUR: Consiste em um espaço único com 25,9 m², equipado com 5 computadores com acesso à internet, telefone, 3 armários para guardar os equipamentos e matérias das viagens; 4 mesas para computadores e uma mesa circular para reuniões. Neste espaço são realizadas as atividades de organização, planejamento das viagens.

Os alunos podem usar os computadores para prepararem os mapas de quilometragem das viagens, como os diários de bordo, além de pesquisas pertinentes para as viagens, como cotação de preços, consulta a sites de busca de hospedagem e voos.

- Centro de Idiomas: Ambiente constituído por salas de aulas climatizadas, local onde são realizadas as aulas teorias e prática dos componentes curriculares Espanhol I Espanhol II; Frances I Frances II; Inglês Inglês II e Básico de Italiano.

REFERÊNCIAS

ABRASEL - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES).

Alimentação fora do lar cresce 15% ao ano. Disponível

em:<https://ce.abrasel.com.br/noticias/noticias/bares-e-restaurantes-continuam-gerando-empregos-com-10-mil-novas-vagas-formais-em-marco230502034713/>>. Acesso em 24 abr. de 2023.

BRASIL. **CNE/2022.** Aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília/DF: 2020. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Decreto 2208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Decreto No 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília/DF: 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2022. Acesso em: 28 de novembro de 2022.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5296/2004** que regulamenta as Leis Nº 10048/2000 e Nº 10098/2000. MEC. Disponível em: <http://catalogonct.mec.gov.br/> acesso em fevereiro de 2010.

BRASIL. Decreto No 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília/DF: 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Decreto No 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília/DF: 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Decreto No 7566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos estados as escolas de aprendizes e artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília/DF: 1909. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília/DF: 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília/DF: 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Lei No 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília/DF: 2011. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília/DF: 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências ao Rio de Janeiro. 1959. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília/DF: 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: bases legais.** Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média Tecnológica. Brasília, 1999.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB No 024/2003.** Consulta sobre a legalidade do Art. 4º da Resolução 2/98, expedida pelo Conselho Municipal de Educação de Manaus. Brasília/DF: 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB No 39/2004.** Trata da adequação às normas do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Brasília/DF: 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002.** Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF: 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 5 de dezembro de 2014.** Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Brasília/DF: 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília/DF: 2012. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 1 de 05 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021; Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-publicacao>. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 4/99,** da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

DRUCKER, P. F. Innovation and Entrepreneurship: **Practice and Principles**. New York: Editora: Harper & Row, 1986. **Educação em Direitos Humanos**. Brasília/DF: 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 28 de novembro de 2022. IBGE. Panorama das Cidades, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/tabuleiro-do-norte/panorama>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: CUT, 2005.

IFCE. **Resolução nº 08 de 30 de janeiro de 2017**. Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Fortaleza/CE: 2017. Disponível em: www.ifce.edu.br. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

IFCE. **Resolução nº 099 de 27 de setembro de 2017**. Aprova o Manual de Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos do IFCE. Fortaleza/CE: 2017. Disponível em: www.ifce.edu.br. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

IFCE. **Resolução nº 73, de 10 de novembro de 2022**. Aprova ad referendum os procedimentos para a Criação de cursos técnicos subsequentes e para a elaboração dos respectivos projetos pedagógicos, em caráter piloto, na modalidade a distância, no 28 de novembro de 2022. IBGE. Panorama das Cidades, 2017. Disponível em: [Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/tabuleiro-do-norte/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/tabuleiro-do-norte/panorama). Acesso em: 28 de novembro de 2022.

IFCE. **Projeto Político-Pedagógico Institucional**. Fortaleza/CE: 2018. Disponível em: www.ifce.edu.br/proen/projeto-politico-institucional. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

IFCE. **NOTA TÉCNICA Nº 003/2015/PROEN/IFCE**. Fortaleza/CE: Disponível em: <https://gestao.ifce.edu.br/attachments/21940>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

IFCE. **NOTA TÉCNICA Nº 018/2016/PROEN/IFCE**. Fortaleza/CE: Disponível em: <https://gestao.ifce.edu.br/issues/1658>. Acesso em: 04 de agosto de 2023

ANEXO I
PROGRAMAS DAS UNIDADES DIDÁTICAS

PUDS 1º SEMESTRE

CULTURA POPULAR: 40 horas
FUNDAMENTOS DO TURISMO: 40 horas
GEOGRAFIA DO CEARÁ: 40 horas
HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL; 40 horas
HISTÓRIA DO CEARÁ: 40 horas
INGLÊS I: 80 horas
TÉCNICAS DE PRIMEIRO SOCORRO: 40 horas
ANIMAÇÃO TURÍSTICA: 40 horas
TRANSPORTES E MEIOS DE HOSPEDAGEM: 40 horas

DISCIPLINA: CULTURA POPULAR		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 1º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 32 horas	Prática: 8 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Possibilita o desenvolvimento do potencial turístico das manifestações populares do povo brasileiro e sua característica plural, acentuando o legado histórico das comunidades envolvidas a fim de trabalhar sua inclusão social, econômica e cultural no contexto da atividade turística. Reconhecimento da cultura espontânea local de cada região e/ou cidade. A contribuição afro-brasileira e indígena na constituição do Folclore nacional e cearense. A inclusão social e os direitos humanos		
OBJETIVO - Reconhecer as noções de Patrimônio Cultural, Patrimônio Material e Imaterial para discutir as noções de inclusão social, cultural e econômica por meio da atividade turística. - Distinguir nos folguedos, bailados, autos, danças, artesanato a contribuição cultural indígena, afro-brasileira e europeia. - Classificar os diversos aspectos da literatura oral brasileira e cearense: contos, lendas, mitos, causos, histórias para reconhecimento da diversidade cultural. - Demonstrar conhecimento de gêneros rítmicos do Nordeste como marcha, xote, baião, coco, maracatu, ciranda, xaxado, mazurca. - Reconhecer autos e folguedos dos diferentes ciclos natalino, junino, entre outros: Bumba-meu-boi, reisado, pastoril e lapinhas, maracatus, festejos juninos. - Compreender a cultura popular como movimento de resgate cultural e de inclusão social e demonstração dos direitos humanos.		

PROGRAMA

UNIDADE I: CONCEITOS E CARACTERIZAÇÕES

- Patrimônio Cultural, Patrimônio Material e Imaterial, Inclusão social, cultural e econômica.
- Ceará Cultura Mestiça: Sertão, Litoral, Cariri e Serras
- Patrimônio Imaterial: Danças e Folguedos, Ritos Religiosos, Artesanato, Culinária Típica e Mestras e Mestres Tesouros Vivos.
- O Maracatu: O teatro simbólico da coroação dos reis do Congo – representação cultural afro-brasileira no carnaval em Fortaleza.

UNIDADE II: A CULTURA POPULAR NO NORDESTE

- Nordeste Cultura Mestiça: Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte
- Patrimônio Imaterial: Danças e Folguedos, Ritos Religiosos, Artesanato, Culinária Típica e Mestras e Mestres de Saberes Tradicionais.
- Vivências rítmicas: marcha, xote, baião, valsa, maracatu, reisado, coco, xaxado, mazurca;
- A Cantoria de Viola, a Embolada, o Cordel e a Poesia Matuta.
- Direitos humanos, cidadania e inclusão social.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas dialogadas;
- Apreciação de documentários seguido de debate.
- Leitura de textos.
- Aulas de campo: visita a exposições, museus, festas e encontros populares, quando possível.

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

• Plataforma do acadêmico; • Textos indicados a partir da bibliografia selecionada; • Utilização de recursos audiovisuais alternativos: slides de PowerPoint, vídeos, filmes, datashow entre outros recursos disponíveis. • Ônibus.	
AVALIAÇÃO • Frequência e participação; • Pesquisas bibliográficas e de campo; • Apresentação de trabalhos em grupo; • Avaliação escrita sobre textos e temas estudados; • Participação em visitas técnicas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional I: festas, bailados, mitos e lendas. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional II: danças, recreação e música. São Paulo: Martins Fontes, 2004. ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional III: ritos, sabença, linguagem, artes populares técnicas tradicionais. São Paulo: Martins Fontes, 2004. ARANTES, Antônio Augusto. O Que é cultura popular. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. CHICARINO, Tatiana (Org.). Educação em direitos humanos. São Paulo: Pearson, 2016. (BV) LEITE, Edson. Turismo cultural e patrimônio imaterial no Brasil. São Paulo: INTERCOM, 2011. Disponível em: <http://200.144.189.84/ebooks/arquivos/d8343e97ea80fc2a6ca2b1a4db6dc5eb.pdf>. MARTINS, Clerton (Org.). Turismo, cultura e identidade. São Paulo: Roca, 2003	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANDRADE, Mário de. Danças dramáticas do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002. BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Que é folclore. São Paulo: Brasiliense, 1986. CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio histórico e cultural. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002. FUNARI, Pedro Paulo. Turismo e patrimônio cultural. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 2003. SERAINE, Florival. Antologia do Folclore Cearense. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 1983	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO TURISMO		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 1º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 32 horas	Prática: 8 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Conceitos e definições de turismo. Evolução histórica do turismo. Turismo como estudo interdisciplinar, cultural e sociopolítico. Terminologia turística. Tipos e formas de turismo. O mercado turístico, produto, oferta e demanda turística. O turismo como atividade geradora de desenvolvimento econômico. Tendências de desenvolvimento do turismo. O turismo e sua relação com o meio ambiente. Turismo comunitário relacionado às populações nativas, afro-brasileiros e povos indígenas, com o seu efeito multiplicador na economia e cadeias produtivas locais. Mapa de quilometragem.		
OBJETIVO • Interpretar o fenômeno turístico, suas causas e efeitos em âmbito econômico, social, cultural e ambiental, o comportamento do mercado turístico e o papel das diversas instituições públicas e privadas que fazem parte do mercado turístico. • Compreender a importância do turismo comunitário e sustentável para o arranjo produtivo local.		
PROGRAMA UNIDADE I: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITOS BÁSICOS DO TURISMO • Conceitos e definições de turismo: Turismo; Visitante; Turista e Excursionista. • Evolução histórica e tendências do turismo. • Turismo como estudo interdisciplinar, cultural e sócio-político. • Terminologia turística. UNIDADE II: TIPOLOGIA, SEGMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TURISMO • Tipos e formas de turismo. • O mercado turístico: demanda; oferta turística e a segmentação de mercado; • Benefícios e aspectos socioeconômicos, políticos e ambientais dutivos locais (comunidade turismo; • Turismo comunitário e os arranjos prodes ribeirinhas, tradicionais, afro-brasileiras e indígenas); Quilombolas como atrativo turístico beneficiando a economia da comunidade; UNIDADE III: PLANEJAMENTO DE VIAGENS • Construir e utilizar mapas de quilometragens.		

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas;
- Debates;
- Exposição com multimídia, filmes;
- Estudo de casos e textos; atividades em grupo;
- Pesquisa individual e coletiva;
- Visitas técnicas e simulações

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (data show, computador, som)
- Internet
- Google Classroom
- Vídeos
- Quadro e pincel

AVALIAÇÃO

- Participação nas aulas;
- Pontualidade e assiduidade;
- Trabalhos individuais e em grupo;
- Debates, seminários e relatórios

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo de turismo**. São Paulo: Papirus, 2014. (BV)

CESAR, Pedro Alcântara B. **Turismo e desenvolvimento sustentável: análise dos modelos de**

planejamento turístico. Caxias do Sul: EducS, 2011. (BV)

CHIMENTI, Silvia et al. **Guia de Turismo: o profissional e a profissão.** São Paulo: Senac, 2007.

RUSHMAN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papirus, 2015.

WEARIN, Stephan. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades.** 2. ed. Barueri: Manole, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Ycarim Melgaco. **História das viagens e do Turismo.** São Paulo: ALEPH, 2002.

BARRETTO, Margarita. **Turismo: interfaces, desafios e incertezas.** Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2001.

BRAGA, Rogério. **Dicionário de Turismo.** São Paulo (SP): Uniletras, 2003.

MICHALISZYN, Mario Sérgio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira.** Intersaberes . (ebook)

NEIMAN, Sysman; RABINOVICI, Andrea (Orgs.). **Turismo e meio ambiente no Brasil.** Barueri: Manole, 2010. (BV)

NEINAM, Sysman; MENDONÇA, Rita (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil.** Barueri: Manole, 2005. (BV)

PEARCE, Douglas G. (Org.). **Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos.** São Paulo: Contexto, 2002.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
-----------------------------	-------------------------

DISCIPLINA: GEOGRAFIA DO CEARÁ		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 1º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 32 horas	Prática: 8 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Reconhecimento, análise e identificação das peculiaridades gerais do espaço cearense, com ênfase para a problemática hídrica e socioeconômica voltados para o turismo, bem como o meio ambiente e o turismo na ótica da geografia.		

OBJETIVO

- Reconhecer o conceito e o campo de ação da geografia;
- Distinguir medidas conservacionistas;
- Identificar diferentes tipos de mapas e escalas;
- Correlacionar as diferenças climáticas com a ocupação do espaço;
- Comparar as diferentes formas de relevo;
- Identificar os principais biomas do Estado;
- Distinguir os tipos de socioeconômica, áreas produtoras e o agronegócio do Estado
- Compreender a relação sistêmica do meio ambiente e o turismo.

PROGRAMA**UNIDADE I: INTRODUÇÃO**

- Conceito de geografia;
- Métodos da ciência geográfica;
- Aspectos Gerais do Estado do Ceará (Localização, conflitos, Rodovias, ...)
- A relação Turismo/Geografia/Meio Ambiente;

UNIDADE II: QUADRO NATURAL

- Teoria da Deriva Continental e Tectônica de Placas
- Relevo;
- Solos;
- Clima;
- Vegetação;
- Hidrografia.

UNIDADE III: POPULAÇÃO

- Aspectos étnico-raciais da população cearense;
- Evolução populacional;
- Pirâmide etária;
- Distribuição da população;
- Migração.

UNIDADE IV: ECONOMIA

- Artesanato;
- Agricultura;
- Pecuária;
- Extrativismo (vegetal-mineral);
- Pesca;
- Indústria.

UNIDADE V: SUPORTE TURÍSTICO

- Divisão geo turística do Ceará
 - Recursos naturais, culturais e artificiais;
 - Oferta turística por região e centros isolados de Turismo;
 - Infraestrutura básica, com enfoque para as vias, energias e outros;
 - Infraestrutura Turística;
 - Gastronomia Cearense;
 - Análise dos serviços turísticos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas sobre os temas;
- Mapas Mentais;
- Vídeos;
- Produção de notas de aulas com exercícios;
- Estudo Dirigido;
- Visita Técnica

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (projektor, computador, som);
- Internet;
- *Class room*;
- Ônibus

AVALIAÇÃO

- Resenhas;
- Provas;
- Seminário;
- Participação em visitas técnicas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Alceli Ribeiro. **Geografia econômica e geografia política**. Curitiba: Intersaberes, 2015. (BV)

ARAÚJO, Wiviany Mattoso (et al). **Geografia da população**. Curitiba: Intersaberes, 2016. (BV)

DAMIANI, Amelia Luisa. **População e geografia**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

EMBRAPA. **Agir: percepção da gestão ambiental**. São Paulo: Globo, 2004.

KREUZER, Marcus Rudolfo. **Geografia**. Curitiba: Intersaberes, 2017. (BV)

MOURA, Luis Antonio Abdalla. **Economia ambiental: gestão de custos e de investimentos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

VESENTINI, José Willian. **Brasil: sociedade e espaço e geografia**. São Paulo: Ática, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Rosangela Doin; PASSINI, Elza Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2009. (BV)

LIMA, Luis Cruz. **Conhecimento e reconhecimento**. Fortaleza: UECE, 2003.

MELO, Laércio. **O uso de diferentes linguagens na leitura geográfica**. Curitiba: Intersaberes, 2016. (BV)

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. (BV)

PEARSE, Douglas. **Geografia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2003

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
----------------------	------------------

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 1º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 32 horas	Prática: 8 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Estudo das produções artísticas na história da Arte no Brasil, levando em conta as contribuições mais relevantes, desde a pré-história até o século XXI. Ressaltando a contribuição artística dos povos indígenas, africanos e portugueses, na formação das artes brasileiras. Sendo dado foco aos principais artistas nacionais e regionais.		
OBJETIVO - Reconhecer as características da arte no Renascimento, Barroco, Rococó, Neoclassicismo, Arte Colonial Brasileiro, Arte Brasileira dos Séculos XVI, XVII, XVIII, XIX, a época cronológica das artes antes da invasão portuguesa como do período colonial brasileira; - Caracterizar a arte brasileira nos seus primeiros séculos de formação. - Distinguir as culturas estrangeiras que influenciaram na formação da arte brasileira.		
PROGRAMA UNIDADE I: INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ARTE - Considerações iniciais, conceitos e reflexões. - Noções de como se estudar uma obra de arte. - Introdução à Pré-História. A arte do Paleolítico Superior. A arte do Neolítico. arte naPré-História Brasileira. - Arte dos povos indígenas brasileiros. UNIDADE II: ALGUNS PROCEDIMENTOS PARA A ARTE NO BRASIL - Legados das artes egípcia, grega e romana. - Legados da arte medieval: arte Cristã Primitiva, arte Românica e Gótica. - O Renascimento Cultural. - O Renascimento Cultural e o Maneirismo. - O Barroco. - A arte negra - O Rococó: o estilo da futilidade cortesã. A Arte sob influência Jesuítica.		

UNIDADE III: A ARTE NO BRASIL

- A Arte no Brasil Colonial: da influência Renascentista ao Rococó.
- A influência africana na arte afro-brasileira.
- O Neoclassicismo: Arquitetura, pintura e escultura.
- Uma leitura do Neoclássico a partir do centro histórico de Fortaleza.
- Impressionismo, Pós-Impressionismo e Neogótico.
- A Missão Artística Francesa. A arte no Império e início da República.
- O Movimento das Artes e Ofícios e o *Art Nouveau*.
- A Arte de nossa época: Expressionismo e abstração. Fantasia e novas tendências.
- Arquitetura Moderna; A arte da Sociedade Industrial; A moderna arquitetura brasileira.
- A Arte brasileira contemporânea.
- Museus: relevância para o turismo local.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas sobre os temas;
- Debates;
- Exposição com multimídia, filmes, data show, estudo de musicais;
- Estudo de textos;
- Atividades de grupo;
- Pesquisa individual e coletiva;
- Visitas técnicas.

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (projektor, computador, som);
- Internet;

- Classroom.

AVALIAÇÃO

- Prova dissertativa;
- Exposição de textos;
- Seminários temáticos;
- Participação em visitas técnicas
- Trabalhos individuais;
- Pesquisa temática;
- Relatórios e elaboração de projetos;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARCHER, Michael. **Arte contemporânea: uma história concisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ARGAN, Julio Carlo. **A Arte Moderna na Europa: de Hogarth a Picasso**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

FILHO, Duílio Battistoni. **Pequena história da arte**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2015.

JANSON, H. W. **Iniciação a história da arte**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PROENÇA, Graça. **História da arte**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2014.

SILVA, Joana Maria Ferreira. **Centro de Cultura e Arte Negra**. São Paulo: SELO NEGRO, 2012. (BV)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço e Geografia**. Petrópolis: Vozes, 2007 (BV)

CARAMELLA, Elaine (Org.). **Arte: história, crítica e curadoria**. São Paulo: EDUC, 2014.

GARCEZ, Lucília. **Explicando a arte brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

GOMBRICH, Ernst Hans Josef. **A História da Arte**. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

WÖLFFLIN, Heinrich. **Conceitos fundamentais da História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2015

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO CEARÁ		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 1º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 32 horas	Prática: 8 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Estudos críticos e dialéticos próprios da ciência histórica, os principais aspectos da cultura indígena, negra e tradicional na formação da cultura cearense, considerando os sítios arqueológicos, os monumentos históricos e turísticos, as regiões e personagens do processo histórico-cultural. A formação social, política e econômica do povo cearense, que sejam do interesse do turismo cultural.		
OBJETIVO • Compreender o processo histórico do Ceará colonial ao republicano e toda a sua contextualização. • Interpretar a contextualização sociocultural. • Programar produtos e serviços a serem oferecidos ao turismo a partir da história e cultura local. • Interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção. Em particular da realidade Cearense. • Produzir textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos, a partir das categorias e procedimentos próprios do discurso historiográfico e da realidade cearense. • Situar as diversas produções da cultura nos contextos históricos de sua constituição e dignificação. • Posicionar-se diante de fatos presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado e justificar a história do povo cearense como atrativo turístico • Situar os momentos históricos atuais nos diversos ritmos da duração e nas relações de sucessão e/ou simultaneamente.		
PROGRAMA UNIDADE I: ASPECTOS HISTÓRICOS DO LOCAL E REGIÃO – FORMAÇÃO DO POVOAMENTO E DA SOCIEDADE • Origem dos municípios; • Ciclos econômicos; • Fatos históricos relevantes locais/região que justifique a história atual; UNIDADE II: BREVE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA DO CEARÁ • O nome Ceará;		

- História e Turismo.

UNIDADE III: O CEARÁ COLONIAL

- A Pré-História cearense;
- Primeiros momentos da Colonização;
- Formação do Povo Cearense;
- Economia Colonial:
- Administração;
- Cidades históricas do Ceará.

UNIDADE IV: O CEARÁ NO SÉCULO XIX

- Livre de Pernambuco;
- A Revolta de 1817;
- A Independência do Brasil no Ceará;
- A Confederação do Equador;
- A Administração do senador Alencar;
- Liberais X Conservadores;
- Fortaleza na 2ª Metade do Século XIX:
- Urbanização e disciplinarização.
- O processo abolicionista.

UNIDADE V: O CEARÁ REPUBLICANO.

- A adesão à República;
- Oligarquia Aciolina;
- A Sedição de Juazeiro: seu passado X religiosidade e turismo no Ceará atual.
- Economia e Sociedade;
- Caldeirão e cangaço;
- Movimento Operário;
- A Revolta de 1930 no Ceará;
- Tempos de ditadura: o Estado Novo
- O Ceará de 1945 ao Regime Militar;
- O Regime Militar no Ceará;
- De Gonzaga Mota a Cid Gomes.

UNIDADE VI: PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DO CEARÁ

- Patrimônio, restauração, preservação, conservação e tombamento;
- Principais patrimônios de Fortaleza e do Ceará.

UNIDADE VII: ATRATIVOS TURÍSTICOS

- Sítios históricos ou monumentos isolados;

- Museus com acervo histórico.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas sobre os temas;
- Debates;
- Exposição com multimídia, filmes, estudo de musicais;
- Estudo de textos;
- Atividades de grupo;
- Pesquisa individual e coletiva;
- Visitas técnicas.

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (projetor, computador, som);
- Internet;
- *Classroom*;
- City tour.

AValiação

- Prova dissertativa;
- Exposição de textos;
- Seminários temáticos;

- Trabalhos individuais;
- Pesquisa temática;
- Relatórios e elaboração de projetos;
- Participação em visitas técnicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 6. ed. rev. ampl. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**. São Paulo: Contexto, 2016. (BV)

SOUZA, Simone. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.(BV)

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

_____. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1983.

OLIVEIRA, Denninson. **História do Brasil: política e economia**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SOUZA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: INGLÊS I

Código:	Carga horária total: 80 horas	Créditos: 4
Nível: Técnico	Semestre: 1º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40 horas	Prática: 40 horas
	Presencial: 80 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 16 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Estudo de situações prático-discursivas da língua INGLESA mediante o uso de estruturas léxicogramaticais, visando à compreensão e à produção oral e escrita em nível básico		

OBJETIVO

- Compreender em inglês utilizando as quatro habilidades linguísticas: compreensão, expressão oral, compreensão e expressão escrita, através do uso de formas linguísticas básicas no contato com situações de uso da vida cotidiana

PROGRAMA**UNIDADE I: ARE YOU AMERICAN?**

- Países e nacionalidades
- Números 1 a 100
- Alfabeto
- Cores
- Verbo TO BE
- Pronomes sujeitos
- Artigos indefinidos
- Pronomes demonstrativos
- Posição de adjetivos
- Adjetivos possessivos
- Plural de substantivos

UNIDADE II: WHEN DO YOU GET UP?

- Dias da semana
- Membros da família
- Presente simples para rotina matinal
- Advérbios de frequência
- Horas
- Preposições de tempo AT/ON
- Pronomes interrogativos
- Caso genitivo

UNIDADE III: WHAT'S THE WEATHER LIKE?

- Temperatura e condições de tempo
- Meses e estações do ano
- Ocupações
- Presente contínuo para ações momentâneas
- Presente contínuo para futuro
- Presente simples X presente contínuo

UNIDADE IV: Do you like tennis?

- Esportes
- Verbo CAN

- Roupas e acessórios
- Pronomes possessivos

UNIDADE V: IS THERE A MALL ON YOUR STREET ?

- Lugares públicos
- Tipos de férias
- Atividades domésticas
- Imperativo dos verbos
- Pronomes objetos
- Verbo THERE TO BE
- Uso de TOO, EITHER e ALSO
- Verbos de sentimento com complemento -ING

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas;
- Leitura participativa;
- Compreensão oral de CDs;
- Atividades orais e escritas;
- Utilização real da língua estrangeira em situações de comunicação da vida cotidiana, buscando a integração das quatro habilidades linguísticas: compreensão, expressão oral, compreensão e expressão escrita.

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 16 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (projetor, computador, caixas de som);
- Internet (sites com exercícios escritos e de áudio, vídeos do Youtube, etc.);
- Google Classroom.

AVALIAÇÃO

- Frequência às aulas;
- Participação em sala de aula;
- Exames escritos e orais;
- Exercícios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRENNER, Gail. **Inglês para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

JACOB, Miriam; STRUTT, Peter. **English for international tourism**. London: Longman, 2005.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **English for tourism students**. São Paulo: Roca, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EASTWOOD, John. **A Basic english grammar**. Oxford: OUP, 1984.

LIBERATO, A. W. **Compact english book**. São Paulo: FTD, 1998. MICKEI, ogers. **Open mind** - Level 1. [s.l]: Macmilian, 2012.

O'HARA, Francis. **Be my guest: english for the hotel industry: teacher's book**. Cambridge (England): Cambridge University Press, 2011.

SWUAN, Michael. **Oxford english grammar course - basic: a grammar practice book for elementary to pre-intermediate students of English**. Oxford (New York): Oxford University Press, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TÉCNICAS DE PRIMEIROS SOCORROS

Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 1º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 28 horas	Prática: 12 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	

	Extensão: -
EMENTA Entendimento básico de técnicas de primeiros socorros, como: Cinemática do trauma. Aspectos legais. Características do Socorrista. Parada cardiopulmonar. Hemorragias. Sangramento pelo nariz (epistaxe). Ferimentos. Intoxicações. Crise convulsiva. Queimadura. Choque. Fraturas. Animais peçonhentos. Transporte e remoção de acidentados. Noções de Fisiologia humana: Sistemas digestivo, circulatório, respiratório e sistema esquelético, além de formação de kits de primeiros socorros	
OBJETIVO • Entender conhecimentos básicos de anatomia e fisiologia para classificar e descrever as lesões de acordo com seu tipo e localização. • Entender as alterações no funcionamento normal do organismo compreendendo quais ações poderão ser tomadas. • Compreender as técnicas de primeiros socorros sobre a realidade em que se assenta aos seus limites e possibilidades; • Entender os conceitos básicos ligados às atividades de primeiros socorros; • Diferenciar os cuidados emergentes de urgentes podendo tomar as providências e medidas cabíveis	
PROGRAMA UNIDADE I: INTRODUÇÃO AOS PRIMEIROS SOCORROS • O que são primeiros socorros • Procedimentos gerais • Aspectos legais; legislação nacional, responsabilidades do prestador de socorro e direitos do paciente • Aptidões necessárias e competências ordinárias dos socorristas UNIDADE II: NOÇÕES BÁSICAS DE ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA • Terminologia anatômica • A estrutura do corpo • Os sistemas orgânicos do corpo UNIDADE III: AVALIAÇÃO DA VÍTIMA • Abordagem primária para vítimas de trauma e/ou mal súbito • Sinais vitais • Abordagem secundária UNIDADE IV: PROCEDIMENTOS DE PRIMEIROS SOCORROS • Ferimentos (hemorragias; sangramento nasal) • Estado de choque e tipos • Intoxicação e envenenamento; • Crise convulsiva	

- Queimadura;
- Animais peçonhentos;
- Transporte de acidentados

UNIDADE V: SUPORTE BÁSICO À VIDA - RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR

- Sinais e sintomas de infarto
- Sequência do suporte básico à vida
- Compressões torácicas
- Erros, complicações e quando não aplicar
- Desfibrilação

UNIDADE VI: EMERGÊNCIAS POR OBSTRUÇÃO DAS VIAS AÉREAS

- Atendimento de emergência para vítimas conscientes (adultos ou crianças)
- Se a vítima estiver inconsciente ou perder a consciência
- Se a vítima for um bebê
- Se a vítima for obesa ou estiver grávida

UNIDADE VII – FRATURA, LUXAÇÕES E ENTORSES

- Diferenças entre fraturas, luxações e entorses
- Tipos de fraturas
- Classificação de entorses
- Primeiros atendimentos para entorses
- Primeiros atendimentos para luxações

METODOLOGIA DE ENSINO

- Exposição dialogada com apoio de recursos audiovisuais
- Simulações: Práticas laboratoriais em ambiente escolar;
- Trabalhos individuais e em grupo com acompanhamento.
- Visita ao setor de saúde do *Campus*

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios

argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (projektor, computador, caixas de som);
- Internet (sites com exercícios escritos e de áudio, vídeos do Youtube, etc.);
- Google Classroom

AVALIAÇÃO

- Prova escrita presencial
- Avaliações objetiva e discussão/participação em sala;
- Seminário avaliativos apresentados em sala de aula presencialmente;
- Atividade não presencial: Vídeo Aula + atividade avaliativa (aula assíncrona prevista para 2ª etapa)
- Estudos dirigidos entregue na ferramenta educacional virtual (*Google Classroom*)(prevista para 2ª etapa).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FLEGEL, Melinda J. **Primeiros socorros no esporte**. Barueri: Manole, 2015.

KARREN, Keith J. *et al.* **Primeiros socorros para estudantes**. 10.ed. Barueri: Manole, 2013. 568 p.

GALINDO, Carlos *et al.* **Técnicas básicas de enfermagem**. Curitiba: Base Editorial, 2010. 520 p

SENAC. **Primeiros socorros: como agir em situações de emergência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Senac DN, 2008. 139 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, Sérgio Britto (editor); DEMARZO, Marcelo Marcos Piva (coedição) et al. **Primeiros socorros: fundamentos e práticas na comunidade, no esporte e ecoturismo**. São Paulo: Atheneu, 2005. 178 p.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. **Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado, PHTLS**. 9.ed. Burlington, MA: Jones & Bartlett Learning, 2021. 762 p.

NORO, João J. (coordenação). **Manual de primeiros socorros**. São Paulo: Ática, 2006. 256 p.

SANTOS, Ednei Fernando dos. **Manual de primeiros socorros da educação física aos esportes: o papel do educador físico no atendimento de socorro**. Rio de Janeiro: Galenus, 2014. 110 p.

SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de. **Primeiros socorros: condutas técnicas**. 2.ed. São Paulo: Érica, 2018. 224 p

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: ANIMAÇÃO TURÍSTICA		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 1º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 30 horas	Prática: 10 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Histórico do lazer. Conceitos: lazer, tempo e espaço de lazer. Importância do lazer. O ambiente de negócios: atrativos, atividades e tipos de empreendimentos turísticos de lazer. Planejamento das atividades de lazer		
OBJETIVO • Identificar as atividades de lazer e recreação para diferentes grupos da sociedade, bem como nos espaços diversos. • Reconhecer as potencialidades da animação turística na elaboração de um planejamento, programas e roteiros turísticos.		
PROGRAMA UNIDADE I – INTRODUÇÃO À ANIMAÇÃO TURÍSTICA • Conceitos iniciais de Turismo • Conceitos de animação turística UNIDADE II – ANIMAÇÃO TURÍSTICA E LAZER • Conceitos lazer, recreação, jogo, brincadeira e brinquedo • Espaços e ambientes de vivência do lazer e da recreação UNIDADE III – ANIMAÇÃO TURÍSTICA APLICADO À GRUPOS ESPECÍFICOS • Características e atividades recreativas e de lazer aplicadas às crianças, adolescentes, adultos e idosos. • Características e atividades recreativas e de lazer aplicadas às pessoas portadoras de deficiências. UNIDADE IV – NOÇÕES DE GESTÃO DA RECREAÇÃO • Planejamento das atividades de lazer relacionado ao contexto turístico • Elaboração de programas recreativos: atividades, recursos, metodologias, públicos		
METODOLOGIA DE ENSINO • Trabalho em equipe; Exposição expositivas, interativas e dialogada; • Experimentação de práticas recreativas e de lazer. • Atividades extraclasse (visitas a espaços e equipamentos e vivências de práticas de lazer e		

recreação)

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Projetor, pincel e quadro branco;
- Livros e artigos científicos;
- Recursos áudio-visuais

AVALIAÇÃO

- Elaboração de relatórios
- Apresentação teórica e prática em equipes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRITZEN, Silvino José. **Dinâmicas de recreação e jogos**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e recreação: repertório de atividades por fases da vida**. Campinas: Papirus, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AWAD, H.; PIMENTEL, G. (Orgs.). **Recreação total**. Várzea Paulista: Fontoura, 2015.

LORDA, C. Raul. **Recreação na terceira idade**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

MIAN, Robson. **Monitor de recreação: formação profissional**. São Paulo: Textonovo, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Repertório de atividades de recreação e lazer: para hotéis, acampamentos, prefeituras, clubes e outros**. Campinas: Papirus, 2005.

WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. **Jogos, recreação e lazer**. Curitiba: InterSaberes, 2012

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TRANSPORTES E MEIOS DE HOSPEDAGEM		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 1º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40 horas	Prática: -
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Conhecimento da estrutura e funcionamento dos modos de transportes e dos meios de hospedagem como elos da cadeia produtiva do turismo e do “tripé” turístico: transporte, hospedagem (+ alimentação) e agenciamento/guiamento.		
OBJETIVO • Compreender o histórico dos modos de transportes e sua importância para o turismo; • Diferenciar os modos de transportes e a acessibilidade de deslocamento: transporte aéreo, terrestre e aquático. • Compreender as características dos modos de transporte e a importância de sua conexão a um sistema intermodal e multimodal; • Entender a história dos meios de hospedagem mundiais e do Brasil; • Identificar os meios de hospedagem, suas características e a classificação segundo o SBclass; • Entender a interação da recepção com o guia de turismo: procedimentos básicos de <i>checkin e checkout</i> entre o guia de turismo, o grupo e a recepção. • Conhecer os departamentos e setores hoteleiros.		
PROGRAMA UNIDADE I: TURISMO E TRANSPORTES • Histórico dos modos de transportes e sua importância para o turismo; • O funcionamento, peculiaridades dos transportes aéreo, terrestre e aquático para o turismo. Case: projeto “bicicletar” e projeto “Vamo”. • Modos de transporte X sistema intermodal e multimodal; UNIDADE II: MEIOS DE HOSPEDAGEM • História dos meios de hospedagem no mundo e no Brasil; • Tipologia dos meios de hospedagem, suas características e inserção no SBclass; • Administração dos meios de hospedagem. Departamentos e setores		

METODOLOGIA DE ENSINO

- Exposição dialogada com apoio de recursos audiovisuais;
- Estudo de casos;
- Trabalhos individuais e de grupo com acompanhamento
- Visitas técnicas a estações de trens, rodoviárias e/ou aeroporto

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (data show, computador, som, DVDs);
- Internet;
- Classroom.
- Ônibus

AVALIAÇÃO

- Avaliações Escritas;
- Seminários individuais e de grupos;
- Exercícios de estudos de casos;
- Participação em visitas técnicas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Sistema Brasileiro de Classificação Hoteleira (SBclass)**. Cartilhas. Ministério do Turismo, 2010.
<http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/5021-sistema-brasileiro-de-cla>

ssificacao-de-meios-de-hospedagem-sbclass.html>

CASTELLI, Geraldo. **Administração hoteleira**. 9. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2003 DE

LA TORRE, Francisco. **Sistemas de transporte turístico**. São Paulo: Roca, 2002.

PALHARES, Guilherme Lohmann. **Transporte turísticos**. São Paulo: Aleph, 2002.

VALLE, Gary. **Check in e check out: gestão e prestação de serviços na hotelaria**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2002.

BENI, Mario Carlos. **Globalização do Turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo**. 2. ed. Ver. Atual. São Paulo: Aleph, 2005.

SENAC. **Introdução a turismo e hotelaria**. Rio de Janeiro: Senac DN, 2006.

PAGE, Stephan. **Transporte e turismo: perspectivas globais**. Porto Alegre: Bookman, 2008

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

PUDS 2º SEMESTRE**GEOGRAFIA DO BRASIL E DA AMÉRICA DO SUL: 80 horas****HISTÓRIA DO BRASIL E DA AMÉRICA DO SUL: 80 horas****INGLÊS II (OPTATIVA): 80 horas****FRANCÊS I: 80 horas****ESPAÑHOL I: 80 horas****RELAÇÕES INTERPESSOAIS: 40 horas****TEORIA E TÉCNICA DO GUIAMENTO REGIONAL: 40 horas****PRÁTICA PROFISSIONAL DE GUIAMENTO REGIONAL: 120 horas**

DISCIPLINA: GEOGRAFIA DO BRASIL E DA AMÉRICA DO SUL		
Código:	Carga horária total: 80 horas	Créditos: 4
Nível: Técnico	Semestre: 2º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 72 horas	Prática: 8 horas
	Presencial: 80 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 16 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA O estudo das regiões brasileiras e da América do Sul nos seus aspectos físicos, humanos e econômicos; a questão ambiental e sua relação com o potencial turístico dos territórios.		
OBJETIVO • Caracterizar o quadro natural das regiões brasileiras nos mais diversos aspectos; • Compreender o processo de ocupação de cada região brasileira; • Analisar as atividades econômicas das regiões brasileiras(produtos ,sistemas e áreas); • Analisar a evolução populacional; • Identificar os principais centros urbanos; • Caracterizar de modo geral, países ,divisões regionais ou grupos de países; • Compreender as condições socioeconômicas dos povos do continente; • Perceber como se situa o Brasil no Continente Sul-Americano; • Identificar tipos de impactos ambientais e sua relação com o meio ambiente e o turismo; • Reconhecer em linhas gerais os principais roteiros turísticos		

PROGRAMA**UNIDADE I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO BRASIL E AMÉRICA DO SUL**

- Localização Brasil/América do Sul/Continentes

UNIDADE II: AMÉRICA DO SUL

- Relevo;
- Geologia;
- Hidrologia;
- Bases geográficas e históricas;
- Grupo de países;
- Aspectos econômicos, sociais e demográficos.
- Povos Pré-Colombianos

UNIDADE III: DIVISÕES REGIONAIS DA AMÉRICA DO SUL

- Localização Regional; Bases Históricas e Geográficas;
- Regiões da América do Sul e o Caribe da América do Sul;
- Características étnicas indígenas, tradicionais e colonizadores, sociais e econômicas;
- Inserção geopolítica na América do Sul

UNIDADE IV: BRASIL FÍSICO

- Hidrografia;
- Clima;
- Relevo;
- Vegetação;
- Pedologia;
- Geologia;

UNIDADE V: QUADRO HUMANO DO BRASIL

- O processo de ocupação do espaço;
- Aspectos étnicos-raciais da população;
- Crescimento da população;
- Distribuição da População;
- Condições de vida da população;
- Condições econômicas;
- Infraestrutura: rodovias, ferrovias, hidrovias e energia;

UNIDADE VI: DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL

- Aspectos gerais: econômicos, sociais e demográficos: Região Nordeste; Região Sudeste; Região Norte; Região Centro-Oeste; Região Sul.

UNIDADE VII: GESTÃO AMBIENTAL

- Usufruto das riquezas naturais e controle de impactos ambientais.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas com ilustração;
- Vídeos;
- Estudo de textos;
- Pesquisas individuais e debates;
- Visitas técnicas

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 16 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (projektor, computador, caixas de som, DVD);
- Internet (sites com exercícios escritos e de áudio, vídeos do Youtube, etc.);
- Google Classroom;
- Ônibus.

AValiação

- Seminários (20 min de Seminário+5 de Debate);
- Prova Escrita;
- Estudo Dirigido;
- Participação em visitas técnicas
- Roteiro Turístico na Argentina e Uruguai;
- Roteiro Turístico no Chile e Equador;
- Roteiro Turístico no Peru e Bolívia;
- Roteiro Turístico na Colômbia e Venezuela;
- Roteiro Turístico para a Região Norte;
- Roteiro Turístico para a Nordeste;

- Roteiro Turístico para a Região Sul e Sudeste;
- Roteiro Turístico para a Região Centro-Oeste.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografia do turismo de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007. 140 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2003. 125 p.

CUNHA, Sandra Baptista. **Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 343 p.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2009. 143 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Rosangela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O Espaço geográfico: ensino e representação**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 1994. 90 p.

BARROS, Jose D'Assunção. **História, espaço e geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis: Vozes, 2017 (BV)

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HERRMANN, Paul. **A Conquista das Américas**. 2.ed. São Paulo: Boa Leitura, s.d. 285p.

LIMA, Luiz Cruz. **Conhecimento e reconhecimento**. Fortaleza: UECE, 2003. 130 p.

MOREIRA, Rui. **O pensamento geográfico: as matrizes brasileiras**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2010 (BV)

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BRASIL E DA AMÉRICA DO SUL

Código:	Carga horária total: 80 horas	Créditos: 4
Nível: Técnico	Semestre: 2º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 72 horas	Prática: 8 horas
	Presencial: 80 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 16 aulas	
	Extensão: -	

EMENTA

Povos pré-colombianos (a história das civilizações indígenas americanas, os Astecas, Maias, Incas, as tribos brasileiras); expansão marítimo-comercial europeia; a colonização da América do Sul e do Brasil; processos de independência do Brasil e da América do Sul; aspectos políticos, econômicos, sociais e 80 culturais da América do Sul e do Brasil nos séculos XIX e XXI; aspectos contemporâneos

OBJETIVO

- Identificar os principais aspectos da História do Brasil e da América do Sul, focando nos períodos colonial, pós-independência, Império, século XX e atualidades, com ênfase em temas de interesse turístico;
- Analisar as manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais desses períodos, utilizando métodos de estudos, críticas e dialéticas da ciência histórica, para compreender como esses elementos influenciam a identidade brasileira e sul-americana;
- Sintetizar os conceitos fundamentais e valores históricos que contribuem para a preservação da memória cultural e a construção de uma mentalidade crítica, promovendo turismo consciente e a valorização da identidade regional.

PROGRAMA**UNIDADE I: A PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL**

- A Pré-História do Brasil – os primeiros povos da América.
- Aspectos gerais das civilizações indígenas Pré-Colombianas da América do Sul e Brasil: sociedades com Estado.

UNIDADE II: BRASIL COLÔNIA

- O processo das grandes navegações e o impacto da conquista da América do Sul e Brasil.
- Bases gerais da colonização europeia na América do Sul: economia e sociedade
- Processo de ocupação territorial
- Características gerais da administração e da política na América do sul e Brasil, no colonialismo.
- Aspectos gerais da cultura sul-americana e brasileira no colonialismo e atualmente.
- Crise do colonialismo europeu.
- Repercussão dos movimentos liberais europeus, a independência dos EUA e da América do sul e Brasil.
- Movimentos de rebelião contra a opressão.
- Processo de independência da América do Sul e Brasil.
- Cidades históricas do Brasil e seus monumentos históricos.

UNIDADE III: O BRASIL NO SÉCULO XIX

- Características econômicas, sociais, políticas e culturais da América do Sul e do Brasil no século XIX.
- O Brasil Império: um país sem nação. I Reinado; Período Regencial e II Reinado.
- As relações políticas internacionais da América do sul e do Brasil no século XIX.
- O movimento abolicionista no Brasil.

UNIDADE IV: O BRASIL NOS SÉCULOS XX, XXI

- Economia e Sociedade da América do Sul e do Brasil na primeira metade do século XX
- Os movimentos sociais da república Velha no Brasil.
- Características gerais da administração e da política da América do Sul e do Brasil durante o populista e o totalitarismo.
- Aspectos gerais da cultura sul-americana e brasileira na primeira metade do século XX.
- Crise do paludismo e repercussão do clima internacional do Pós-Segunda Guerra Mundial na América do Sul e no Brasil. O Populismo: Getúlio e Perón.
- As Ditaduras Militares na América do Sul e Brasil: características gerais.
- Processo de redemocratização na América do Sul e no Brasil. A Nova República: De Sarney a Michel Temer.
- Os caminhos da América do Sul e do Brasil na atualidade: as novas formações de blocos econômicos. O labirinto latino-americano.
- Atrativos turísticos:
 - sítios históricos ou monumentos isolados;
 - museus com acervo histórico.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e práticas;
- Leitura de textos; discussão de temas;
- Atividades de campo;
- Atividades de grupo;
- Elaboração de sínteses
- Realização de seminários; dinâmicas de grupo

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 16 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (data show, computador, som)
- Internet
- Class room
- DVDs
- Ônibus

AValiação

- Provas e atividades simples individuais ou em grupos;
- Avaliação participativa;
- Seminários;
- Análise acerca das atividades de campo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORIS, Fausto. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

PRIORI, Mary Del. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

PROBST, Melissa. **História da América: da era pré-colombiana às independências**. Curitiba: Intersaberes, 2016 (BV)

SANTOS, Lara Taline dos. **História das Américas: das independências à globalização**. Curitiba: Intersaberes, 2018. (BV)

RINKE, Stefan. **História da América Latina: das culturas pré-colombianas até o presente**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. (BV)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCAR, Francisco. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1985.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Fazendo a história: a Europa e as Américas no século XIX e XX**. Rio de Janeiro: Livro técnico, 2000.

CHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 4.

SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 3.

SCHMIDT, Mario. Nova **História crítica do Brasil: 500 anos de História mal contada**. São Paulo: Editora Nova Geração. 1997.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: INGLÊS II		
Código:	Carga horária total: 80 horas	Créditos: 4
Nível: Técnico	Semestre: 2º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40 horas	Prática: 40 horas
	Presencial: 80 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 16 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Manejo de estruturas linguísticas em nível pré-intermediário da língua inglesa, objetivando aperfeiçoar as habilidades comunicativas dos alunos. Deste modo, o aluno será capaz de expressar-se de forma escrita e oral, utilizando vocabulário mais complexo e diversificado. Vocabulário técnico da área de guiamento através das habilidades (ler, escrever, ouvir e falar) referentes à compreensão do inglês como língua estrangeira. Deste modo, o aluno será preparado para no final da disciplina apresentar de maneira técnica e atraente pontos turísticos da cidade de Fortaleza e/ou localidades do estado do Ceará.		
OBJETIVO • Compreender o processo gramatical pré-intermediário da língua inglesa; • Conhecer os sistemas linguísticos pré-intermediários; • Aperfeiçoar as habilidades de compreensão e expressão oral e auditiva; • Interpretar textos e diálogos mais complexos; • Desenvolver a fluência verbal na língua inglesa; • Emitir direcionamentos para localidades turísticas da cidade de Fortaleza e/ou do estado do Ceará; • Emitir sugestões para diversão na cidade de Fortaleza e/ou no estado do Ceará; • Descrever atrativos turísticos naturais e/ou artificiais da cidade de Fortaleza e/ou do estado do Ceará; • Descrever sobre serviços turísticos • Ler material promocional, descrevendo-o.		
PROGRAMA UNIDADE I: DO YOU LIVE IN AN APARTMENT? • Móvelia • Cômodos de uma casa • Celebrações • Verbo THERE TO BE no passado • Preposições de lugar • Verbo TO BE no passado UNIDADE II: WHEN DID YOU START SCHOOL?		

- Datas e números ordinais
- Passado simples de verbos regulares e irregulares
- Perguntas objeto e perguntas sujeito
- Imperative for instructions
- Verbos modais CAN, COULD e WILL

UNIDADE III: WHAT DO YOU HAVE IN YOUR FRIDGE?

- Tipos de comidas e de bebidas
- Números longos
- Substantivos contáveis e incontáveis
- Quantificadores
- Verbos MAKE e DO
- Pronomes interrogativos HOW MUCH e HOW MANY
- Diferenciação de I LIKE e I'D LIKE

UNIDADE IV: HOW DID YOU GET HERE TODAY?

- Meios de transporte
- Ocupações
- Planos futuros
- Diferenciação de BORROW e LAND
- Futuro com GOING TO
- Futuro GOING TO x PRESENTE CONTÍNUO para planos
- Comparativo de adjetivos

UNIDADE V: DO YOU LOOK LIKE YOUR MOM?

- Adjetivos para descrição pessoal
- Adjetivos para descrição de personalidade
- Partes do corpo humano
- Comparativo e superlativo de adjetivos
- Formas irregulares de plural substantivos

METODOLOGIA DE ENSINO

- Seminários
- Aulas expositivas
- Notas de Aula
- Pesquisas em grupos
- Pesquisas individuais
- Seminários
- Elaboração de material turístico

- Textos relacionados com a terminologia turística
- Áudios relacionados com a terminologia turística
- Vídeos relacionados com a terminologia turística
- Realizar *City-Tour* na cidade de Fortaleza.

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 16 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (data show, computador, som);
- Internet.

AValiação

- Notas de participação;
- Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos;
- Tarefas em classe e de casa;
- Provas escritas e orais;
- Participação diária em sala;
- Apresentação de um ou mais pontos turísticos durante *City-Tour em Fortaleza*

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRENNER, Gail. **Inglês para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

JACOB, Miriam; STRUTT, Peter. **English for international tourism**. London: Longman, 2005.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **English for tourism students**. São Paulo: Roca, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EASTWOOD, John. **A Basic english grammar**. Oxford: OUP, 1984.

LIBERATO, Wilson Antônio. **Compact english book**. São Paulo: FTD, 1998.

MICKEI, Rogers. **Open mind** - Level 1. [s.l]: Macmilian, 2012.

O'HARA, Francis. **Be my guest: english for the hotel industry**: teacher's book. Cambridge (England): Cambridge University Press, 2011.

SWUAN, Michael. **Oxford english grammar course - basic**: a grammar practice book for elementary to pre-intermediate students of English. Oxford (New York): Oxford University Press, 2011

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: FRANCÊS I

Código:	Carga horária total: 80 horas	Créditos: 4
Nível: Técnico	Semestre: 2º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40 horas	Prática: 40 horas
	Presencial: 80 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 16 aulas	
	Extensão: -	

EMENTA

A disciplina visa fornecer ao aluno elementos que lhe permitam expressar e compreender em francês, formas linguísticas básicas no contato com situações de uso da vida cotidiana

OBJETIVO

- Estudar necessidades básicas e formas sociais da vida cotidiana através de apresentações, saudações, despedidas, informações pessoais e de existência e localização de lugares e de objetos, informações de meios de hospedagem, conversação telefônica.
- Escrever pequenos textos em língua francesa em nível básico.
- Expressar oralmente informações pessoais em língua francesa em nível básico
- Estudar aspectos fonéticos e socioculturais da língua francesa

PROGRAMA

UNIDADE ZERO: BIENVENUE

- Expressions pour saluer;
- L'alphabet;

- Les nombres (0-31);
- Les jours de la semaine, les mois de l'année, les saisons de l'année;
- Les pronoms personnels/sujets ('TU' OU 'VOUS');

UNIDADE I: ET VOUS?

- Les articles définis et indéfinis;
- Le pluriel des noms;
- Les adjectifs: nationalité, professions;
- Les adjectifs interrogatifs;
- La négation;
- Les verbes AVOIR et ÊTRE
- Les personnes, les loisirs, les nombres
- Les pays et nationalité, l'identité, les nombres.

UNIDADE II: ON VA OÙ?

- Le présent de l'indicatif des verbes du premier groupe et des verbes pronominaux;
- Les verbes en ER;
- L'adjectif interrogatif «quel »;
- Le masculin et le féminin des professions.

UNIDADE III: QU'EST-CE QU'ON MANGE?

- Le singulier et le pluriel des noms;
- Les prépositions de lieu;
- La quantité non définie;
- Les partitifs;
- Le pronom « EN »;
- La ville;
- Les professions, les transports, les nombre
- Les verbes PAYER, ACHETER, FAIRE et MANGER;
- Les magasins et la nourriture.

UNIDADE IV: LES SOLDES C'EST PARTI!

- Le genre et le nombre des adjectifs;
- La place des adjectifs;
- Les couleurs, les vêtements, les accessoires, la météo;
- Les objets technologiques, les objets du quotidien;
- Le futur proche et le passé récent;
- Les adjectifs démonstratifs.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas;
- Leitura participativa;
- Compreensão oral de CDs e/ou registros audiovisuais;

- Realização de exercícios orais e escritos, individuais ou em grupos;
- Utilização real da língua estrangeira em situações de comunicação da vida cotidiana, buscando a integração das quatro habilidades linguísticas: compreensão e produção oral e compreensão e produção escrita;
- Envio de arquivos, atividades orais e escritas, vídeos sobre os conteúdos estudados em cada unidade por meio de *email*, *whatsapp* e *google classroom*;
- Indicação de músicas e filmes em língua francesa.

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 16 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (data show, computador, som)
- Internet
- DVDs

AVALIAÇÃO

- Avaliações presenciais: avaliação escrita e avaliação auditiva;
- Avaliação oral realizada por meio de informações e áudios enviados através do *whatsapp*;
- Participação em sala de aula através de atividades interativas em dupla, orais e escritas;
- Atividades do caderno de exercícios para casa;
- Correção de exercícios orais e escritos;
- Leitura de pequenos textos em língua francês

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALCARAZ, M; BRAUD, C; CALVEZ, A; CORNUAU, G; JACOB, A; PINSON, C; VIDAL, S. Édito: **Méthode de Français Niveau A1**. Les Éditions Didier, Paris.2016. ISBN: 9782278083183.

BAYLOCQ, S; [BRÉMAUD](#) S; [CAMPOPIANO](#) S; [CHEILAN](#) C; DAMBRINE, E; MARIE-PIERRE; PINSON, C. Édito: **Méthode de Français Niveau A1**. Cahier d'exercices. Les Éditions Didier, Paris. 2016. ISBN: 9782278083619.

BRAUD, C. Édito: **Méthode de Français Niveau A1. Le guide pédagogique**. Les Éditions Didier,

Paris. 2016. ISBN: 9782278083633.

RUBIO, Bráulio Alexandre Banda. **Francês para bares e restaurantes**. São Paulo: Senac SP, 2012. 72 p. (Turismo receptivo). ISBN 9788539602384.

RUBIO, Bráulio Alexandre Banda. **Francês para governança hoteleira**. São Paulo: Senac SP, 2012. 72 p. (Turismo receptivo). ISBN 9788539602391.

RUBIO, Bráulio Alexandre Banda. **Francês para hotelaria**. São Paulo: Senac SP, 2012. 72 p. (Turismo receptivo). ISBN 9788539602407.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BÉRARD, E. Atelier FLE. – **Grammaire du Français. Comprendre, réfléchir, communiquer**. Les Editions Didier, 2006.

CORBEAU, Sophie, DUBOIS, Chantal, PENFORNIS, Jean-Luc. **Tourisme.com - Français professionnel**. 2ª edição, CLE international/ SEJER, Paris, 2013. ISBN: 9782090380446.

LESCURE, Richard; GADET, Emmanuelle; VEY, Pauline. **DEL F A1: le nouvel entraînez-vous: 150 activités**. Paris (França): CLE International, 2005. 125 p. + CD-ROM (1122, 1123) + Obra impressa: DEL F A1 - transcriptions et corrigés (445.076 L627d). ISBN 9782090352443.

PENFORNIS, Jean-Luc. **Français.com - niveau débutant: méthode de français professionnel et des affaires**. 2. ed. Paris (França): CLE International, 2011. 157 p. + DVD (199, 200, 201) + Obras impressas: Français.com - débutant: guide de la communication (445.076 P398f) + Cahier d'exercices (445.076 P398f). ISBN 9782090380354.

POISSON-QUINTON, S; HUET-OGLE, C; BOULET, R; VERGNE-SIRIEYS, A. **Grammaire Expliquée du français**. CLE international, niveau debutant, Paris, 2003.

REY, A; VERDIER, F. **Dictionnaire Le Petit Robert de la langue française** - Édition des 50 ans. Editora: [Dictionnaires Le Robert](#). 2017.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
-----------------------------	-------------------------

DISCIPLINA: ESPANHOL I		
Código:	Carga horária total: 80 horas	Créditos: 4
Nível: Técnico	Semestre: 2º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40 horas	Prática: 40 horas
	Presencial: 80 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 16 aulas	
	Extensão: -	

EMENTA

Compreensão de elementos que permitem expressar e compreender necessidades básicas e formas sociais da vida cotidiana EM ESPANHOL como: apresentações, saudações, despedidas, informações pessoais e de existência e localização de lugares e de objetos. Compreensão e produção de pequenos textos escritos e orais. Apropriação do sistema linguístico espanhol de modo competente.

OBJETIVO

- Identificar elementos básicos da linguagem como ortografia, vocabulário e semântica para comunicar-se;
- Adquirir elementos gramaticais básicos;
- Reconhecer o valor semântico das palavras;
- Compreender elementos que constituem os textos orais e escritos;
- Conhecer códigos verbais e não verbais (gestos, mímicas, movimentos corporais) para ter uma efetiva comunicação;
- Compreender diferenças e semelhanças existentes entre português e espanhol

PROGRAMA**UNIDADE I: HABLANDO EN ESPAÑOL: DEL “TÚ” AL “USTED”.**

- El alfabeto; Sonido de las letras; Saludos y despedidas y presentaciones (ser, estar, llamarse, vivir y tener); nacionalidades; profesiones;
- Nombres y apellidos; Tratamiento formal e informal;
- Pronombres personales;
- Verbos regulares del presente de indicativo;
- Diálogos orales; saludos formal e Informal;
- Producción textual (escrito y oral);

UNIDADE II: ¿TIENES CELULAR? ¿CUÁL ES TU NÚMERO DE MÓVIL?

- Numerales cardinales;
- Los demostrativos;
- Los posesivos;
- Pronombres Interrogativos y exclamativos;
- Los artículos (determinados, indeterminados e neutro);
- Artículos, contracciones y no contracciones;
- Substantivos: género e número;

UNIDADE III: CONOCIENDO MI FAMILIA...

- La familia;
- Falsos cognatos;
- Los conceptos de familia en la actualidad;
- Producción textual (escrito y oral);

UNIDADE IV: LOS SITIOS DE LA CIUDAD Y LOS MEDIOS DE TRANSPORTE...

- La ciudad y localización de lugares;
- Los adverbios y preposiciones de lugar;
- Los medios de transporte;
- Producción textual (escrito y oral);

UNIDADE V: HÁBLAME DE TU RUTINA...

- Los días de la semana y meses del año;
- Las horas;
- Frecuencia;
- Verbos pronominais e reflexivos
- La rutina
- Verbos irregulares en presente de indicativo: e/ie; o/ue, u/ue y e/i;
- Producción textual (escrito y oral);

METODOLOGIA DE ENSINO

- Exposição oral, diálogos;
- Leitura individual e participativa;
- Audição de DVDs;
- Projeção de filmes;
- Debates;
- Práticas de conversação.

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 16 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (data show, computador, som)
- Internet
- DVDs
- Projeção de vídeo (vídeos interativos previamente selecionados;
- Quadro e pincel

AVALIAÇÃO

- Provas escritas e orais, objetivas e subjetivas com análise, interpretação e síntese;
- Exposição de trabalhos;
- Discussão em grupo;
- Exercícios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ESTEBAN ,Gemma Garrido; CAMPOS, Simone Nascimento; DIAZ-VALERO, Javier Llano. **Conexión 1:** curso de español para profesionales brasileños. Madri: Enclave ELE, 2002.

ESTEBAN ,Gemma Garrido; CAMPOS, Simone Nascimento; DIAZ-VALERO, Javier Llano. **Conexión 2:** curso de español para profesionales brasileños. Madri: Enclave ELE, 2002.

MORENO,Concha; FERNÁNDEZ, Gretel Eres. **Gramática contrastiva del español para brasileños.** Madri: SGEL, 2007.

MORENO, Concha; TUTS, Martina. **Cinco Estrellas:** Español para el Turismo. **Madri:** SGEL, 2011.

PALOMINO, María Ángeles. **Primer Plano 1.** Madri: Edelsa-Disal, 2000.

SIERRA, Teresa Vargas. **Espanhol:** a prática profissional do idioma. Curitiba: Intersaberes, 2014. (BV)

SIERRA, Teresa Vargas. **Espanhol Instrumental.** Curitiba: Intersaberes, 2014. (BV)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUENOT, Romero Dueñas; HERMOSO, A. González. **Gramática de Español lengua extranjera:** normas recursos para la comunicacion. Madri: Edelsa, 2011.

ENGELMANN, Priscila Carmo Moreira. **Língua estrangeira moderna:** espanhol. Curitiba: Intersaberes, 2016.(BV)

GARCÍA, María de Los ángeles Jiménez; HERNÁNDEZ, Josephine Sánchez. **Español sin fronteras:** Curso de Lengua Española 1. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2014.

GARCÍA, María de Los ángeles Jiménez; HERNÁNDEZ, Josephine Sánchez. **Español sin fronteras:** Curso de Lengua Española 2. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2014.

GARCÍA, María de Los ángeles Jiménez; HERNÁNDEZ, Josephine Sánchez. **Español sin fronteras:** Curso de Lengua Española 3. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2014.

PALOMINO, María Ángeles. **Dual:** pretextos para hablar. Madri: Edelsa, 1998

Coordenador do Curso**Setor Pedagógico**

DISCIPLINA: RELAÇÕES INTERPESSOAIS		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 2º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40 horas	Prática: -
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Estudo da psicologia dos grupos com variadas atitudes e liderança emocional através de motivação e comunicação sensitiva. Emprego da ética profissional e gestão de pessoas de forma funcional no trato com colegas e clientes no ambiente de trabalho. Relações étnico-raciais		
OBJETIVO Desenvolver a habilidade de comunicação emocional efetiva na liderança de grupos		
PROGRAMA UNIDADE I: PSICOLOGIA E ALGUNS CONCEITOS - Noções sobre psicologia dos grupos - As atitudes - Liderança emocional UNIDADE II: RELACIONAMENTOS - Motivação e Comunicação sensitiva - A ética no trato com as pessoas e a ética profissional - A gestão de pessoas: lidar e gerir situações de conflito. - Relações étnicos-raciais e afrodescendência no ambiente de trabalho		
METODOLOGIA DE ENSINO - Aulas expositivas; - Apresentação de mini-aulas/seminários pelos grupos de alunos; - Dinâmicas em grupo Atividades não presenciais: Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser: Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online. Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas,		

levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Projetor, pincel e quadro branco;
- Livros e artigos científicos;
- Recursos áudio-visuais

AVALIAÇÃO

- Provas escritas;
- Apresentação de trabalhos orais e escritos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENJAMIM, Roberto. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira**. João Pessoa: Grafset, 2003.

FRITZEN, José Silvino. **Relações humanas interpessoais: nas convivências grupais e comunitárias**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HORNSTEIN, Harvey. **O abuso do poder e o privilégio nas organizações**. São Paulo: Prentice Hall, 2003. (BV)

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2001.

STADLER, Adriano. **Gestão de pessoas: ferramentas e estratégias de competitividade**. Curitiba: Intersaberes, 2014. (BV)

TEIXEIRA, Juliane Marise Barbosa. **Gestão de pessoas na administração pública**. Curitiba: Intersaberes, 2017. (BV)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMOWICS, Nilma Nilmo Gomes (Org.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (BV)

CURY, Augusto. **O código da inteligência: a formação de mentes brilhantes e a busca pela excelência emocional e profissional**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

MOLLER, Claus. **O lado humano da qualidade: maximizando a qualidade de produtos e serviços através do desenvolvimento de pessoas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

SAMPAIO, Getúlio Pinto. **As relações humanas de cada dia**. São Paulo: Nobel, 2002.

SENAC. **Ética e trabalho**. Rio de Janeiro: Senac, 2005.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TEORIA E TÉCNICA DO GUIAMENTO REGIONAL		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 2º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 32 horas	Prática: 8 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Planejamento e realização de transfer, city tours e viagens regionais. Procedimentos e técnicas do guiamento regional. Abordagem geral de legislação trabalhista e tipos de programas voltados para planejamento e execução de roteiros turísticos. Uso das TICs e GPS no dia a dia do Guia de Turismo		
OBJETIVO • Dominar as técnicas profissionais do guia de turismo regional para recepção, acompanhamento à saída e realização de excursões com um pernoite • Aplicar procedimentos para situações de emergências • Organizar as fases das viagens turísticas. • Conhecer a legislação trabalhista do Guia de Turismo e a Lei que regulamenta a profissão • Identificar programas de tecnologia da Informação voltados para agenciamento e guiamentos		
PROGRAMA UNIDADE I: A PROFISSÃO GUIA DE TURISMO • Lei, decreto e portarias regulamentares pertinentes à área. • Importância da ocupação; classes e funções. Habilidades e atitudes. Liderança. Comunicação. Motivação profissional e do turista. UNIDADE II: O GUIA E SUA ATIVIDADE • O Guia Regional. O receptivo e traslados. Procedimentos <i>transfer in</i> e <i>transfer out</i>. • Elaboração e planejamento de roteiros. Mapas de quilometragem. Mapa de odômetro. Construção trecho a trecho. Elaboração de trechos, cálculo de tempo para o guiamento. • Técnicas na condução de grupos. Recepção ao turista. Técnicas de guiamento entre cidades. Serviço de bordo. Condução em veículos. UNIDADE III: EXCURSÃO RODOVIÁRIA • Procedimentos de Bordo. • Procedimentos em Hotéis e restaurantes. • Técnicas de guiamento entre cidades.		

UNIDADE IV: A PREPARAÇÃO QUE ANTECEDE A VIAGEM E A DOCUMENTAÇÃO

- Procedimentos preliminares – providências na agência. Material de trabalho e documentos administrativos. Ordem de Serviço, Memorandos. Voucheres. Nota Fiscal (hotel e restaurante) Fatura (hotel), Recibo de Imposto sobre Serviço – ISSQN. Questionário.
- A pesquisa na vida do Guia.
- O que antecede a uma viagem

METODOLOGIA DE ENSINO

- Exposição oral;
- Leitura participativa;
- Análises de filmes;
- Análises de documentários;
- Simulações;
- Análises sobre as práticas;
- Debates sobre o tema dado

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Exposição oral;
- Leitura participativa;
- Análises de filmes;
- Análises de documentários;
- Simulações;
- Análises sobre as práticas;
- Debates sobre o tema dado

AValiação

- Pesquisas bibliográficas e/ou de campo;
- Provas subjetivas com análise;
- interpretação e síntese;

- Participação e assiduidade;
- Simulações do guiamento;
- Análise das atividades

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Decreto nº 946**, de 1 de outubro de 1993. Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 out. 1993. Disponível em: <<https://goo.gl/HR9Srh>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. **Deliberação Normativa nº 427**, de 04 de outubro de 200. Adota, para fins de regulamentação dos arts. 4º, 5º e 10, do Decreto n. 946, de 1º de outubro de 1993, os critérios a serem apresentados como subsídio aos órgãos próprios dos sistemas de ensino para apreciação dos planos de curso para educação profissional de nível técnico Guia de Turismo. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 out. 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/eD9qen>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CHIMENTI, Silvia et al. **Guia de Turismo: o profissional e a profissão**. São Paulo: Senac, 2007.

HINTZ, Hélio. **Guia de Turismo: formação perfil profissional**. São Paulo: Roca, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Paulo Jorge. **Condução de grupos no turismo**. São Paulo: Chronos, 2003.

EMBRATUR. **Guia de sinalização turística**. Brasília: DF, 2001.

FOLHA de SÃO PAULO. **Guia visual top 10 mundo**. São Paulo : Publifolha, 2013.

OMT. **E-business para turismo**: guia prático para destinos e empresas turísticas. Porto Alegre: Bookman, 2003.

RAPOSO, Alexandre; SANTOS, Cláudia Cardoso dos. **Turismo no Brasil**: um guia para o guia. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2002

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: PRÁTICA PROFISSIONAL DE GUIAMENTO REGIONAL

Código:	Carga horária total: 120 horas	Créditos: 6
Nível: Técnico	Semestre: 2º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: -	Prática: -
	Presencial: 40 horas	Distância: -

	Prática Profissional: 120 horas
	Atividades não presenciais: 24 aulas
	Extensão: -
EMENTA Operacionalização da logística e realização das Viagens Técnicas do Guiamento Regional	
OBJETIVO • Vivenciar situações reais de transferes; • Vivenciar situações reais de Tour regionais com um pernoite; • Realizar viagem de conhecimento na condição de operador de turismo; • Promover venda de outros pacotes.	
PROGRAMA UNIDADE I: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA VIAGEM • Procedimentos de Bordo. Uso do microfone. Serviço de Bordo: Cronograma do serviços; serviços de bebidas; serviços de lanches. • Apresentação do equipamento do meio de transporte (segurança, serviço) • Técnicas de guiamento em transfer, city tour e viagem regional • Técnicas para realização de serviços de bordo: • Transfer in UNIDADE II: EXECUÇÃO DAS VIAGENS • City tour Leste com Beach Park • City tour Oeste e Cumbuco • Viagem 1 • Viagem 2 • Viagem 3 • Técnicas de análise de opinário • Técnicas de venda de pacotes Observação: as viagens podem ser modificadas conforme condições da instituição ou por outros roteiros a serem desenvolvidos pelos docentes responsáveis pela disciplina.	
METODOLOGIA DE ENSINO • Análises sobre as práticas; • Debates sobre o tema dado; • Vivências nas viagens técnicas e city tours Atividades não presenciais: Serão realizadas 24 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser: Orientação à distância na plataforma institucional: textos, vídeos aulas e aulas online para plantão de dúvidas.	
RECURSOS • Multimídia (data show, computador, som)	

- Diário de bordo
- Internet
- DVDs
- Ônibus

AVALIAÇÃO

- Desempenho, operacionalização, improvisação e atitudes para emergências e organização do guiamento durante os roteiros turísticos nas viagens técnicas como guia de turismo;
- Avaliação da conduta do aluno e zelo pelo IFCE, colegas e professores em todos os lugares visitados e nos meios de hospedagens de pernoites.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Decreto nº 946, de 1 de outubro de 1993. Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 out. 1993. Disponível em: <<https://goo.gl/HR9Srh>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Deliberação Normativa nº 427, de 04 de outubro de 200. Adota, para fins de regulamentação dos arts. 4º, 5º e 10, do Decreto n. 946, de 1º de outubro de 1993, os critérios a serem apresentados como subsídio aos órgãos próprios dos sistemas de ensino para apreciação dos planos de curso para educação profissional de nível técnico Guia de Turismo. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 out. 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/eD9qen>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CHIMENTI, Silvia et al. **Guia de Turismo: o profissional e a profissão**. São Paulo: Senac, 2007.

HINTZ, Hélio. **Guia de Turismo: formação do perfil profissional**. São Paulo: Roca, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Paulo Jorge. **Condução de grupos no turismo**. São Paulo: Chronos, 2003.

EMBRATUR. **Guia de sinalização turística**. Brasília: DF, 2001.

FOLHA de SÃO PAULO. **Guia visual top 10 mundo**. São Paulo : Publifolha, 2013.

OMT. **E-business para turismo: guia prático para destinos e empresas turísticas**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

RAPOSO, Alexandre; SANTOS, Cláudia Cardoso dos. **Turismo no Brasil: um guia para o guia**. Rio de Janeiro, Senac Nacional, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

PUDS 3º SEMESTRE**ETIQUETA E COMPORTAMENTO SOCIAL: 40 horas****TEORIA E TÉCNICA DO GUIAMENTO NACIONAL: 40 horas****PRÁTICA PROFISSIONAL DE GUIAMENTO NACIONAL: 120 horas****FRANCÊS II: 80 horas****ESPAÑHOL II: 80 horas****ITALIANO BÁSICO: 80 horas****LIBRAS: 40 horas****EDUCAÇÃO FÍSICA: 40 horas****ÉTICA E GESTÃO EM TEATRO: 40 horas**

DISCIPLINA: ETIQUETA E COMPORTAMENTO SOCIAL		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 3º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 30 horas	Prática: 10 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Etiqueta e comportamento social para uso no âmbito do trabalho do guia de turismo. Aspectos indispensáveis para a imagem profissional como requisito para o bom desempenho do trabalho. Os tipos de trajes e a forma correta de vestir-se para cada ocasião do trabalho do guia de turismo. Os tipos de serviços de mesa para orientação aos turistas. A precedência social e seus efeitos para melhor desempenho do trabalho de guiamento.		
OBJETIVO - Entender as nuances da etiqueta social no mundo profissional do turismo assim como o correto uso do comportamento social no âmbito do trabalho; - Conhecer as formas adequadas das vestimentas para cada ocasião; - Conhecer os diversos tipos de serviços de mesa e saber comportar-se adequadamente nos ambientes sociais; - Dominar as técnicas da precedência social para o bom desenvolvimento do trabalho		

PROGRAMA**UNIDADE I - ETIQUETA E COMPORTAMENTO SOCIAL**

- Conceitos e aplicações;
- Normas consuetudinárias;
- Boas maneiras e Etiqueta: história e evolução;
- Ética e etiqueta.

UNIDADE II - IMAGEM PROFISSIONAL

- Higiene Pessoal:
Cabelos: feminino, masculino/Barba/Nariz/Orelhas/Dentes/Mãos, Unhas/Pés
- Postura:
Pontualidade/Imagem
Pessoal: uniforme/maquiagem/bijuterias e acessórios/perfumes/sapatos/meias Postura
Física: Em pé (pés/pernas)
Em pé (braços/mãos)
Em pé ou sentado (cabeça/tronco/pescoço) Sentar
e levantar

UNIDADE III - TIPOS DE TRAJES

- Gênero, Vestuário, Ocasão, Período, Tecido
- Tipos:
 - Esporte
 - Esporte Fino Passeio
 - Completo Black-tie
 - Gala

UNIDADE IV - ALIMENTOS E BEBIDAS: TIPOS DE SERVIÇOS DE MESA.

- Serviço à Francesa
- Serviço à Inglesa: direto e indireto
- Serviço à Russa
- Empratado.
- Serviço à Americana.
- Serviço à Brasileira.
- Buffet

UNIDADE V - PRECEDÊNCIA SOCIAL PARA ATENDIMENTO AOS PASSAGEIROS

- Noções de Precedência Pública e Privada.

- Precedência Social.
- Precedência em aviões e veículos.
- Precedência em viagens.
- Precedência entre pax's por meio de rodízio de lugares em ônibus

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aula expositiva dialogada;
- Apresentação de material audiovisual;
- Vivências e simulações em apresentações práticas;
- Debates em sala sobre temas dados;
- Pesquisa teórica e de campo em grupo e individual.

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (data show, computador, som)
- Material e utensílio de sala/mesa para simulações
- Internet

AVALIAÇÃO

- Frequência e participação;
- Pesquisas bibliográficas e de campo;
- Apresentação de trabalhos em grupo;
- Avaliação escrita sobre temas estudados e das simulações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, Cecília. **Festas: recebendo com charme**. Rio de Janeiro: SENAC, 2012. MATIAS,

Marlene. **A Arte de Receber em Eventos**. Barueri: Manole, 2014 (BV)

SOARES, Esther Proença et al. **A Mesa: arranjo e etiqueta**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

WERNER, Adriane. Etiqueta Social e Empresarial . Curitiba: Intersaberes, 2014. (BV)	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR KALLIL, Glória. Alô, chiques! Etiqueta contemporânea . São Paulo: Ediouro, 2007. LUKOWER, Ana. Cerimonial e protocolo . São Paulo: Contexto, 2003. MEIRELLES, Gilda Fleury. Protocolo e Cerimonial: normas, ritos e pompa . São Paulo: Ômega Editora, 2001. OLIVEIRA, Teresinha. Crepes, tafetás e gravatas . Fortaleza, ABC, 1999. VIEIRA, Maria Christina de Andrade. Comunicação Empresarial: etiqueta e ética nos negócios . São Paulo: SENAC, 2007.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TEORIA E TÉCNICA DO GUIAMENTO NACIONAL		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 3º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 32 horas	Prática: 8 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Planejamento e realização de transfer, city tours e viagens nacionais. Teorias e técnicas de guiamento nacional. Procedimentos em aeroportos e acompanhamentos em voos. Elementos de empreendedorismo, inovação e marketing digital.		
OBJETIVO • Analisar a estrutura, conteúdo e finalidade dos documentos da excursão nacional • Reconhecer os tipos e utilização de materiais da excursão rodoviária e aérea • Conhecer as técnicas profissionais do guia de turismo nacional para recepção, acompanhamento à saída e realização de excursões com um pernoite • Conhecer procedimentos para situações de emergências • Compreender as fases do planejamento turístico • Realizar os procedimentos aéreos em excursões nacionais e América do Sul		

- Aplicar os elementos básicos do empreendedorismo e inovação

PROGRAMA

UNIDADE I: O GUIA DE TURISMO NACIONAL

- O Guia de Turismo Nacional: características e atribuições.
- A pesquisa na vida do profissional de guiamento. O que deve estar no discurso do guia nacional.

UNIDADE II: O TRABALHO DE GUIA DE TURISMO NACIONAL

- Procedimentos preliminares – providências na agência: material de trabalho, documentos administrativos e outros. O que antecede ao guiamento.
- Sistema de Etiquetagem, tipos, finalidade.
- Planejamento da viagem. O plano de viagem - o programa: mapa de quilometragem e pontos de apoio alternativo.
- Procedimentos de Bordo. Serviço de Bordo: Cronograma do serviço; serviços de bebidas; serviços de lanches. Animação e entretenimento no veículo (ônibus) de turismo. Apresentação do equipamento do meio de transporte (segurança, serviço). Vestuário e posturas do guia.
- Procedimentos e técnicas em excursão rodoviária nacional.
- Procedimento e técnicas em meios de hospedagem, restaurantes e atrativos turísticos. O relacionamento com guias, condutores e monitores locais.
- Procedimentos e técnicas na realização de passeios e visitas – reunião com o grupo. Técnicas de guiamento em transfer, city tour e viagem nacional
- Procedimentos e técnicas em aeroportos – serviços gerais no terminal de passageiros: embarque e desembarque com o grupo. Procedimentos em embarcações (catamarã, de pequeno porte.
- Situações de emergência: saúde do turista; assalto/roubo/furto; procedimentos de segurança.
- Procedimentos finais junto à agência.

UNIDADE III: EMPREENDEDORISMO NO TURISMO E ESPÍRITO INOVADOR

- Principais conceitos e definições de Empreendedorismo.
- O perfil e principais características dos empreendedores na turismo.
- Habilidade e competências empreendedoras no turismo
- Inovação e empreendedorismo para Guias de Turismo

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas;
- Debates;
- Exposição com multimídia, filmes, data show, músicas;
- Estudo de textos; atividades de grupo;
- Pesquisa individual e coletiva;
- Visitas técnicas e simulações.
- Análises sobre as práticas

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (data show, computador, som)
- Internet
- DVDs
- Ônibus

AVALIAÇÃO

- Prova dissertativa.
- Exposição de textos;
- Seminários e pesquisas temáticas;
- Trabalhos individuais;
- Relatórios e elaboração de projetos.
- Participação e assiduidade.
- Simulações do guiamento
- Análise das atividades

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Decreto nº 946**, de 1 de outubro de 1993. Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 out. 1993. Disponível em: <<https://goo.gl/HR9Srh>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. **Deliberação Normativa nº 427**, de 04 de outubro de 200. Adota, para fins de regulamentação dos arts. 4º, 5º e 10, do Decreto n. 946, de 1º de outubro de 1993, os critérios a serem apresentados como subsídio aos órgãos próprios dos sistemas de ensino para apreciação dos planos de curso para educação profissional de nível técnico Guia de Turismo. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 out. 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/eD9qen>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CHIMENTI, Silvia et al. **Guia de Turismo: o profissional e a profissão**. São Paulo: Senac, 2007.

HINTZ, Hélio. Guia de Turismo: formação do perfil profissional . São Paulo: Roca, 2007	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARVALHO, Paulo Jorge. Condução de grupos no turismo . São Paulo: Chronos, 2003. EMBRATUR. Guia de sinalização turística . Brasília: DF, 2001. FOLHA de SÃO PAULO. Guia visual top 10 mundo . São Paulo : Publifolha, 2013. OMT. E-business para turismo: guia prático para destinos e empresas turísticas . Porto Alegre: Bookman, 2003. RAPOSO, Alexandre; SANTOS, Cláudia Cardoso dos. Turismo no Brasil: um guia para o guia . Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2002.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: PRÁTICA PROFISSIONAL DE GUIAMENTO NACIONAL		
Código:	Carga horária total: 140 horas	Créditos: 7
Nível: Técnico	Semestre: 3º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: -	Prática: -
	Presencial: 140 horas	Distância: -
	Prática Profissional: 140 horas	
	Atividades não presenciais: 28 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Operacionalização da logística e realização das Viagens Técnicas do Guiamento Nacional.		
OBJETIVO • Organizar as viagens técnicas da prática profissional de guiamento nacional. • Executar as viagens técnicas da prática profissional de guiamento nacional. • Executar os procedimentos e as técnicas profissionais do guia de turismo nacional para recepção, acompanhamento à saída e realização de excursões rodoviárias, com pernoites e procedimentos em outros meios de transporte, como aéreo e fluvial. • Executar, se necessário, procedimentos para situações de emergências • Vivenciar situações reais de transferes. • Vivenciar situações reais de <i>Tours</i> nacionais com pernoites		

PROGRAMA

UNIDADE I: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS VIAGENS NACIONAIS

- Procedimentos de viagens nacionais: verificação de documentos; etiquetagem de bagagem; traslados; Sistema de Etiquetagem, tipos, finalidade.
- Execução dos procedimentos de Bordo. Utilização de microfone. Serviço de Bordo: cronograma do serviço; serviços de bebidas; serviços de lanches.
- Guiamento. Técnicas de guiamento em transfer, *city tour* em viagem nacional.
- Acompanhamento conforme procedimentos e técnicas para excursão rodoviária nacional.
- Acompanhamento conforme procedimentos e técnicas para excursão nacional com aéreo.

UNIDADE II: EXECUÇÃO DAS VIAGENS NACIONAIS

- Execução de três viagens técnicas, conforme legislação pertinente para a obtenção do credenciamento de Guia Regional e Nacional.
- 1ª Viagem: Aventura Rupestre.
- 2ª Viagem: Rota do Vinho ou Serra, Sertão e Mar
- 3ª Viagem: Nordeste Maravilha.

Observação: as viagens podem ser modificadas conforme condições da instituição ou por outros roteiros a serem desenvolvidos pelos docentes responsáveis pela disciplina.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Leitura participativa
- Audição de DVD
- Análises de filmes
- Análises de documentários
- Simulações
- Viagens técnicas
- Análises sobre as práticas

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 28 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser: Orientação à distância na plataforma institucional: textos, vídeos aulas e aulas online para plantão de dúvidas.

RECURSOS

- Multimídia
- Internet
- DVDs
- Ônibus

AVALIAÇÃO

- Pesquisas bibliográficas e/ou de campo

- Interpretação e síntese
- Participação e assiduidade
- Aplicação do guiamento
- Análise das atividades
- Desempenho, operacionalização, improvisação e atitudes para emergências e organização do guiamento durante os roteiros turísticos nas viagens técnicas como guia de turismo.
- Avaliação da conduta do aluno e zelo pelo IFCE, colegas e professores em todos os lugares visitados e nos meios de hospedagens de pernoites

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Decreto nº 946, de 1 de outubro de 1993. Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 out. 1993. Disponível em: <<https://goo.gl/HR9Srh>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Deliberação Normativa nº 427, de 04 de outubro de 2001. Adota, para fins de regulamentação dos arts. 4º, 5º e 10, do Decreto n. 946, de 1º de outubro de 1993, os critérios a serem apresentados como subsídio aos órgãos próprios dos sistemas de ensino para apreciação dos planos de curso para educação profissional de nível técnico Guia de Turismo. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 out. 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/eD9qen>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CHIMENTI, Silvia et al. **Guia de Turismo: o profissional e a profissão**. São Paulo: Senac, 2007.

HINTZ, Hélio. **Guia de Turismo: formação perfil profissional**. São Paulo: Roca, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Paulo Jorge. **Condução de grupos no turismo**. São Paulo: Chronos, 2003.

EMBRATUR. **Guia de sinalização turística**. Brasília: DF, 2001.

FOLHA de SÃO PAULO. **Guia visual top 10 mundo**. São Paulo : Publifolha, 2013.

OMT. **E-business para turismo: guia prático para destinos e empresas turísticas**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

RAPOSO, Alexandre; SANTOS, Cláudia Cardoso dos. **Turismo no Brasil: um guia para o guia**. Rio de Janeiro, Senac Nacional, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: FRANCÊS II		
Código:	Carga horária total: 80 horas	Créditos: 4
Nível: Técnico	Semestre: 3º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40 horas	Prática: 40 horas
	Presencial: 80 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 16 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Abordagem e estudo de temas específicos em língua francesa relacionados à viagem, hotelaria e deslocamentos profissionais. Assuntos alusivos ao trabalho, assim como situações de uso da vida cotidiana		
OBJETIVO - Expressar em francês, formas linguísticas específicas, no contato com situações de uso da vida cotidiana, no hotel, no trabalho, no restaurante e na vida privada; - Identificar um problema e sugerir soluções; - Contar acontecimentos passados		
PROGRAMA UNIDADE I: NO HOTEL - Reservar um quarto em um hotel. Pedir a conta. - Uso e forma dos adjetivos possessivos segunda parte 2, o adjetivo Tout. Equipamentos e serviços hoteleiros. - O Itinerário: explicar um itinerário. O imperativo presente, os números ordinais. Deslocamentos profissionais: Falar de seus deslocamentos, situar-se em um mapa. - Meios de transporte, pontos cardinais, estabelecimentos de uma empresa. - Conselhos aos viajantes: expressar um conselho, uma proibição, uma obrigação. Verbo devoir + infinitivo, Il faut + infinitivo, Il est interdit de. - Visita na cidade, locais públicos, centro de interesse. Pegar um taxi: comprar uma passagem de trem, consultar o painel de horários. - Verbos aller, venir, partir, questões com d'où, où, par où, à quel, de quel. UNIDADE II: ALMOÇO DE NEGÓCIOS - Comer no restaurante, compreender o menu, fazer o pedido. - Futuro próximo, artigos partitivos. Produtos alimentares, uso de expressões para fazer um pedido. Ligação telefônica: iniciar uma conversa no telefone. - Os pronomes COD, Venir de + infinitivo, verbo appeler no presente. Uso de expressões do telefone. - Um ano de trabalho: Contar acontecimentos passados. O passé composé com être, concordância do particípio passado, negação no passé composé. - Mensagem eletrônica: consultar sua caixa de mensagem, responder os e-mails.		

- Pronomes COI, être en train de. Expressões usuais no uso do email.

UNIDADE III: O QUE NÃO FUNCIONA?

- Identificar um problema, pedir explicações.
- Ne...rien, nepersonne, qu'est-ce que/qu'est-ce qui/est-ce qui.
- Problemas relacionais no trabalho e na vida privada.
- Contra tempos: explica um contra tempo, desmarcar um encontro.
- Passé composé dos verbos pronominais. Acontecimentos imprevistos, administração do tempo. Problemas de informática: Solicitar ajuda por telefone e por email. Si/quando + présent. Ne... plus pas encore.
- Bricolage: dar instruções.
- O imperativo presente. O que você sugere? Explicar um problema, sugerir uma solução. Trop/pas assez. Verbo devoir no condicional;
- Problemas frequentes: dinheiro, saúde, segurança, barulho etc

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e interativas, aulas práticas com exercícios em sala de aula. .
- Leitura participativa;
- Compreensão oral de DVDs;
- Realização de exercícios orais e escritos, individuais ou em duplas;
- Utilização real da língua estrangeira em situações de comunicação da vida cotidiana, buscando a integração das quatro habilidades linguísticas: compreensão e expressão oral e compreensão e expressão escrita.

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 16 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (data show, computador, som)
- Internet;

AVALIAÇÃO

- A avaliação será feita de forma continuada, contemplando a participação do aluno, bem como, o seu desenvolvimento nas atividades propostas durante o curso, nas seguintes formas:
- Notas de participação;
- Avaliação Presencial: escrita, auditiva e oral;
- Exercícios interativos.
- A avaliação também levará em conta os aspectos relacionados às competências linguísticas de compreensão e expressão em Língua Francesa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVOLIO, Jelssa Ciardi. **Michaelis dicionário escolar francês**: francês-português, português-francês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

CORBEAU, Sophie. **Tourisme.com - livre de l'élève**: méthode de français du tourisme - niveau faux-debutant. Paris: CLE International, 2004

GRÉGOIRE, M. ; THIÉVENAZO. **Grammaire progressive du français**. Niveau débutant. Paris: CLE International, 2000.

PENFORMIS, Jean-Luc. **Français.com Niveau débutant**: Méthode de français professionnel et des affaires. 2. ed. Paris: CLE International, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BÉRARD, E; LAVENNE, C. **Modes d'emploi. Grammaire Utile du Français**. Paris: Hatier/Didier, 2005

CALLAMAND, M. **Grammaire vivante du français**. Paris: CLE International, 2000.

CAPELLE, Guy. **Reflets 1**: méthode de français. Paris: Hachette, 1999.

CAPELLE, Janine. **La France en direct (version romane) - v.1** . São Paulo: Livro Técnico, S.d.

CORBEAU, Sophie; DUBOIS, Chantal; PENFORNIS, Jean-Luc ; SEMICHON, Laurent.

Hôtellerie-restauration.com: Méthode de français professionnel de l'hôtellerie et de la restauration. Paris: CLE International, 2006.

FOUQUET, E. ; NEEFS, H. **Dictionnaire Hachette encyclopédique illustré**. Paris: Hachette, 2000.

JOUETTE, A.; LE LAY, Y. **Larousse de la Conjugaison Poche**. Turin: Larousse, 2014

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: ESPANHOL II		
Código:	Carga horária total: 80 horas	Créditos: 4
Nível: Técnico	Semestre: 3º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40 horas	Prática: 40 horas
	Presencial: 80 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 16 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Aquisição de expressões e termos, sobretudo, aqueles relacionados a situações do universo discursivo da área de atuação de modo competente que permita expressar e compreender elementos para melhor comunicação em língua hispânica por meio do uso de orações ao discurso, de situações para realizar um guiamento em espanhol, com o grupo de turista, conhecer as expressões idiomáticas, assim como a compreensão e a produção de textos escritos e orais		
OBJETIVO • Conhecer algumas expressões idiomáticas para ter uma efetiva comunicação; • Exercitar o tempo passado e futuro dos verbos e rever a relação com os demais tempos; • Otimizar as competências relativas à leitura e à produção de textos pertencentes a diferentes situações de interação e de comunicação; • Identificar elementos básicos da linguagem como ortografia, vocabulário e semântica para comunicar-se com o hispanofalante; • Compreender elementos que constituem os textos orais e escritos; • Praticar em sala situações reais na área de estudo		
PROGRAMA UNIDADE I: EN LA OFICINA DE TURISMO • Un repaso del semestre; • En la oficina de turismo; • Los cruceros; • Producción textual (escrito y oral). UNIDADE II: UN VIAJE INOLVIDABLE • El pasado imperfecto de los verbos regulares e irregulares; • El pasado indefinido y perfecto de los verbos regulares e irregulares; • Las compañías aéreas; • Los clásicos de la literatura (blancanieves, cenicienta, caperucita roja, entre otros); • Producción textual (escrito y oral).		

UNIDADE III: Y A TI... ¿TE GUSTA ALGÚN DEPORTE?

- El verbo gustar y su uso;
- Los verbos encantar y preferir;
- Hablando de gustos y preferencias;
- Producción textual (escrito y oral).

UNIDADE IV: EL FUTURO...YA VERÁS...

- El futuro imperfecto de los verbos regulares e irregulares;
- El Condicional de los verbos regulares e irregulares;
- Las perífrasis verbales y sus tipos:infinitivo, gerúndio e imperativo
- Hablando de planes y proyectos;
- Producción textual (escrito y oral).

UNIDADE V: ¿CÓMO ESTÁ EL TIEMPO?

- El tiempo;
- Los complementos directo e indirecto;
- El estilo directo e indirecto;
- Los conectores (aunque, tal vez/quizá; si, entre otros;
- Casos de apócope y el uso de muy y mucho;

Producción textual (escrito y oral).

METODOLOGIA DE ENSINO

- Seminários;
- Aulas expositivas;
- Notas de Aula;
- Exposição oral, diálogos;
- Audição de DVDs e Mp3;
- Projeção de filmes;
- Práticas de conversação

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 16 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios

argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Multimídia (data show, computador, som)
- Internet;
- DVDs

AVALIAÇÃO

- A avaliação das atividades presenciais será feita progressivamente (e contínua) a partir da participação e assiduidade nas aulas e do desempenho nas tarefas e/ou exercícios orais (pronúncia, modulação e fluidez) e escritos (léxico, aspectos gramaticais, ortografia e reconhecimento de gêneros e sequências textuais) bem como em todas as atividades didático-pedagógicas.

Portanto, os instrumentos utilizados serão:

- Avaliações: escrita (objetiva e subjetiva) e auditiva;
- Avaliação oral;
- Exposição de trabalhos (seminários);
- Discussão em grupo;
- Exercícios.

A avaliação das atividades não presenciais terá como base:

- Entrega escrita da interpretação textual;
- Responder um questionário sobre a vídeo-aula;
- Apresentação de uma simulação de reclamação de um hóspede no hotel;
- Entrega e exposição da pesquisa sobre um evento realizado na cidade de Fortaleza;
- Entrega das atividades sobre o conteúdo estudado;
- Seminário avaliativo apresentado em aula (corresponde a produção do seminário para prova oral);
- Exposição sobre a produção da prova oral;
- Responder ao curta-metragem (avaliação auditiva);

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JIMENEZ GARCIA, Maria de los Angeles. **Español sin fronteras: curso de lengua española**. São Paulo. Scipione, 2008.

MARTIN, Ivan Rodrigues. **Síntesis: curso de lengua española**. São Paulo: Atica, 2006.

SEÑAS: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 4. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2013. ISBN 9788578277611.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FANJUL, Adrian. **Gramática de español: paso a paso**. São Paulo: Moderna, 2005.

GARRIDO STEBAN, Gemma. **Conexión:** libro del aluno. Curso de espanhol para profesionales brasileños. Madrid: University Press, 2001

PALOMINO, María Ángeles. **Primer Plano 1.** Madrid: Edelsa, 2000.

_____, María Ángeles. **Dual: pretextos para hablar.** Madrid: Edelsa, 2006.

TUTS, Martina. **Cinco estrellas: español para el turismo.** 2. ed. Madrid (Espanha): Sociedad General Española de Libreria, 2011. 223 p.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
-----------------------------	-------------------------

DISCIPLINA: ITALIANO BÁSICO		
Código:	Carga horária total: 80 horas	Créditos: 4
Nível: Técnico	Semestre: 3º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40 horas	Prática: 40 horas
	Presencial: 80 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 16 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Instrumentos e métodos para a compreensão e expressão em língua italiana; formas linguísticas básicas; situações de uso da vida cotidiana e no contexto da atividade turística		
OBJETIVO Compreender em italiano, formas linguísticas básicas no contato com situações de uso da vida cotidiana e no contexto do Turismo.		

PROGRAMA**UNIDADE I: CONTEÚDO GRAMATICAL**

- L' Alfabeto italiano;
- Regole di pronuncia e ortografia;
- I pronomi personali soggetto;
- Forma di cortesia;
- Genere e numero di nomi e aggettivi;
- Forma affermativa, negativa e interrogativa;
- Gli articoli determinativi e indeterminativi;
- Le preposizioni semplici;
- L'indicativo Presente dei verbi regolari ed irregolari;
- I possessivi;
- Avverbi di frequenza.

UNIDADE II: CONTEÚDO LEXICAL

- Salutare e rispondere al saluto;
- Presentarsi, presentare qualcuno;
- Dire e chiedere informazioni personali;
- Descrivere una persona;
- Interpellare e rispondere per telefono;
- Parlare del tempo libero;

- Prendere l'autobus;
- Alla ricezione;
- Parlare di lavoro;
- Chiedere e dire l'ora;
- Chiedere e dare indicazioni stradali
- Alla biglietteria della stazione
- Al ristorante;
- Al bar;
- I pasti tradizionali in Italia;
- Le parti del corpo;
- Lessico relativo alla famiglia;
- I colori;
- Numeri da 0 a 1000

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e interativas, aulas práticas com exercícios em sala de aula.
- Leitura participativa;
- Compreensão oral;
- Realização de exercícios orais e escritos, individuais ou em duplas;
- Utilização real da língua estrangeira em situações de comunicação da vida cotidiana, buscando a integração das quatro habilidades linguísticas: compreensão, expressão oral, compreensão e expressão escrita.

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 16 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Quadro branco; pincel; datashow

- Mapas, jogos interativos;
- Caixa de som, etc.

AVALIAÇÃO

- Será contínua considerando critérios de participação ativa dos discentes no decorrer das aulas, nas propostas das atividades individuais e coletivas, nas discussões em sala, no planejamento e realização dos seminários e trabalhos escritos.
- Portanto, os instrumentos utilizados serão:
- Produção de trabalhos acadêmicos: trabalhos escritos e orais, individuais e em grupo, sínteses, seminários, avaliações individuais etc.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIRELLO, M. BONAFACCIA, S; PETRI, A. e VILAGRASA, A. **Al dente: corso d'italiano**. Casa delle Lingue Edizione. Barcelona, 2017.

CRUZ, Fernanda Pereira da. **Gramatica italiana a portata di mano**. Vol.2. 2ed. Porto Alegre: Ciudadela, 2015.

GIOVANNA, Rizzo e ZIGLIO, Luciana. **Espresso 1**. (Corso di italiano, Libro dello studente ed esercizi) Firenze: Alma edizione, 2005.

MARIN, T. **Nuovissimo Progetto italiano 1. Corso di lingua e civiltà italiana**. Roma: Edizione Edilingua, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Afonso Telles. **Dicionário Rideel Italiano- português- italiano**. 2ªed. São Paulo: Rideel, 2009.

LIZZADRO, Carmen (et ali). **Parlo Italiano**. Firenze: Giunti Editore, 2000.

MEZZADRI, Marco e PEDERZANI, Linuccio. **Civiltà punto IT. Civiltà e Cultura italiana per ragazzi**. Perugia: Guerra Edizione, 2007.

NOCCHI, Simonna. **Nuova Grammatica Pratica della lingua italiana (esercizi, testi e giochi)**. Firenze: Alma Edizione, 2011.

SEQUERRA, Lucia. (Org.). **Cozinha Italiana**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: LIBRAS

Código:

Carga horária total: 40 horas

Créditos: 2

Nível: Técnico

Semestre: 3º

Pré-requisitos: -

CARGA HORÁRIA	Teórica: 10 horas	Prática: 30 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Concepções sobre surdez. Histórico e Fundamentos da Educação de Surdos. A Língua Brasileira de Sinais – Libras: noções básicas de léxico. Prática de Libras: desenvolvimento da competência comunicativa em Libras		
OBJETIVO • Compreender as diferentes visões sobre surdez, surdos e língua de sinais que foram construídas ao longo da história e como isso repercutiu na educação dos surdos. • Analisar as diferentes filosofias educacionais para surdos. • Conhecer a língua de sinais no seu uso e sua importância no desenvolvimento educacional da pessoa surda. • Dominar noções básicas de língua de sinais		
PROGRAMA UNIDADE I: ABORDAGEM HISTÓRICA DA SURDEZ • Contexto histórico da surdez. • Evolução da percepção social e educacional dos surdos ao longo do tempo. • Principais marcos legais e culturais. UNIDADE II: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS • Oralismo: princípios e práticas. • Comunicação Total: integração de métodos. • Bilinguismo: ensino da Libras e do português. UNIDADE III: COMUNIDADE E CULTURA SURDA • Características da comunidade surda. • Valores e tradições da cultura surda. • Identidade surda e sua expressão social. UNIDADE IV: LÍNGUA DE SINAIS - NOÇÕES BÁSICAS DE LÉXICO • Vocabulário e Diálogos em Sinais: ○ Alfabeto datilológico. ○ Expressões socioculturais. ○ Números e quantidade.		

- Noções de tempo.
- Expressão facial e corporal.
- Calendário e meios de comunicação.
- Tipos de verbos e classificadores.
- Vocabulário: animais, objetos, meios de transporte, alimentos, relações de parentesco, profissões e advérbios
- Contação de histórias sem texto.

UNIDADE V: NOÇÕES PRÁTICAS

- Desenvolvimento da competência comunicativa em Libras.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas práticas dialogadas
- Estudo de textos e atividades dirigidas em grupo
- Leitura de textos em casa, seminários e debate em sala de aula;
- Visitas a instituições de surdos (atividades de campo);
- Apresentação de filmes

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Materiais visuais em Libras: vídeos e plataformas virtuais;
- Data show;
- Livros e materiais de literatura surda;
- Textos diversos

AValiação

- O aluno será avaliado pela frequência às aulas;
- Participação nos debates
- Entrega de trabalhos escritos a partir do estudo de textos, atividades de campo e provas;
- Práticas de compreensão e expressão em Libras

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOLDFELD, M. **A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 3ª ed. São Paulo: Plexus, 2002

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

QUADROS, R. M. de e KARNOPP, L. B. **Língua Brasileira de Sinais: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Deficiência Auditiva**. Brasília: SEESP, 1997.

FRANCELIO, Angelo de Oliveira. **Língua brasileira de sinais-Libras: um instrumento linguístico de inclusão social no complexo hoteleiro da Beira Mar-Fortaleza/CE**. Trabalho de Conclusão de Curso. IFCE. Fortaleza, 2007.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SANTANA, A. P. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SKLIAR, Carlos Obra: **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação. 1998.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA

Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 3º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 10 horas	Prática: 30 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	

	Extensão: -
EMENTA A importância da educação física na formação e desenvolvimento físico e social no cotidiano do aluno.	
OBJETIVO • Identificar a importância das atividades físicas para o lazer, a saúde e a prática de esportes; • Vivenciar as atividades esportivas como prática para melhoria da qualidade de vida; • Compreender a prática de atividade física como elemento de integração social	
PROGRAMA UNIDADE I: EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS DIMENSÕES • Conceitos, valorização, tendências e aplicação da Educação Física. • História e evolução das modalidades: atletismo, basquetebol, futebol, futsal, ginástica, hidroginástica, handebol, voleibol, musculação e natação. UNIDADE II: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS E ESPAÇO FÍSICO • Fundamentos pedagógicos das práticas esportivas. • Dimensões dos espaços físicos: pista, quadra, campo, sala e piscina	
METODOLOGIA DE ENSINO • Aulas expositivas • Aulas práticas • Utilização de multimídia, • Projeção de filmes, • Resolução de atividades e seminários Atividades não presenciais: Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser: Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online. Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais. Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos. Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos. Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.	

RECURSOS

- Materiais esportivos com foco na prática escolar: vídeos e plataformas virtuais;
- Data show;
- Textos diversos;
- Parque esportivo

AVALIAÇÃO

- Avaliação escrita e prática;
- Análise da apresentação de seminários;
- Discussão do conteúdo em sala de aula e ou ambiente de prática

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEDINA, João Paulo S. **A Educação Física Cuida do Corpo... e “Mente”**. 23.ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Teoria Geral do Esporte**. São Paulo: IBRASA, 1987.

_____. **Dimensões Sociais do Esporte**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Claudio Luís de Alvarenga. **Ética na Educação Física**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FREIRE, João Batista. **Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da educação física**. 5.ed. São Paulo: Scipione, 2009

ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Lazer em Estudo: currículo e formação profissional**. Campinas, SP: Papirus, 2014.

MARINHO, Alcyane. **Viagens, Lazer e Esporte: o espaço da natureza**. Barueri, SP: Manole, 2006.

SCHWARTZ, Gisela Maria. **Atividades Recreativas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: ÉTICA E GESTÃO EM TEATRO		
Código:	Carga horária total: 40 horas	Créditos: 2
Nível: Técnico	Semestre: 3º	Pré-requisitos: -
CARGA HORÁRIA	Teórica: 30 horas	Prática: 10 horas
	Presencial: 40 horas	Distância: -
	Prática Profissional: -	
	Atividades não presenciais: 8 aulas	
	Extensão: -	
EMENTA Os fundamentos da ética. Normatividade moral e relatividade de valores. Problema e crise da ética na sociedade contemporânea. Ética e capitalismo. A questão ética em artes cênicas. A legislação cultural. Informações, conceitos e métodos básicos para o planejamento e o gerenciamento da produção de espetáculos teatrais. Evolução do incentivo à arte: do mecenato ao marketing cultural. A produção do espetáculo Teatral. O projeto de produção. As etapas da produção		
OBJETIVO ● Fundamentar o conceito de ética à luz dos estudos mais recentes, calcado como território das relações e a propósito da sua relatividade. ● Compreender a noção ética de relação com as forças externas dentro do contexto cultural. ● Entender a ética nas estruturas produtivas dos organismos culturais, comdestaque para a atividade teatral. ● Compreender a estruturação – e institucionalização – do segmento cultural dentro das políticas públicas e privadas. ● Trabalhar conceitos recorrentes ao panorama da política cultural como leis de mecenato, patrocínio, editais, festivais, como noções; ● Desenvolver projetos culturais simulados.		
PROGRAMA UNIDADE I: DEBATE SOBRE O CONCEITO DE ÉTICA ● . Suas raízes gregas e a revisão por Spinoza. ● A compreensão contemporânea do conceito e sua diferenciação à idéia de valores constituídos. UNIDADE II: A CULTURA NO TERRITÓRIO ÉTICO DAS RELAÇÕES SOCIAIS ● Estudo sobre as relações da atividade cultural com segmentos ativos da sociedade ○ Economia ○ Política ○ Mídia Movimentos sociais, etc.		

UNIDADE III: A ÉTICA INTERNA DOS ORGANISMOS CULTURAIS

- Seu discurso,
- Pensamento,
- Suas relações constitutivas,
- Suas ferramentas de subsistência
- Sua relação com os demais setores da sociedade, etc

UNIDADE IV: A CULTURA INSTITUCIONALIZADA

- Análise sobre as estruturas de política cultural, pública e privada.
- Dos ministérios, fundos, conselhos e secretarias de cultura, aos programas privados de fundação, patrocínio, doação, crédito cultural empreendidos pelo poder privado.
- O entendimento de economia da cultura.

UNIDADE V: FERRAMENTAS DE ACESSO À ESTRUTURA PRODUTIVA DA CULTURA

- Elaboração de projetos, estudo de editais, prêmios, leis e projetos de lei para a cultura.
- Os caminhos da produção cultural: da produção executiva à comunicação externa.
- Estudo sobre organizações mais recentes e diversas dentro da atividade cultural no atual panorama cearense

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Análise de vídeos e filmes previamente selecionados pelo professor.;
- Simulações de teatro.

Atividades não presenciais:

Serão realizadas 8 aulas de atividades planejadas pelo professor da disciplina, as quais podem ser:

Estudos de Caso: Disponibilização de estudos de caso reais ou fictícios relacionados aos conceitos abordados na disciplina. Os alunos podem analisar os casos, identificar os problemas, propor soluções e discutir suas conclusões em grupos ou em plataformas de discussão online.

Atividades de Pesquisa: Os alunos podem realizar pesquisas bibliográficas, entrevistas, levantamentos ou estudos de campo sobre temas específicos da disciplina, podendo apresentar seus resultados por meio de relatórios escritos, apresentações em vídeo ou seminários virtuais.

Trabalhos Escritos: Trabalhos escritos como resenhas críticas, análises de texto, ensaios argumentativos ou relatórios de pesquisa. Os alunos podem trabalhar individualmente ou em grupos.

Projetos Colaborativos: Participação em projetos colaborativos que envolvam a resolução de problemas, a criação de produtos ou a realização de pesquisas em equipe. Eles podem usar ferramentas online para se comunicar, colaborar e compartilhar documentos e recursos.

Simulações e Jogos Educacionais: Simulações online ou jogos educacionais que permitam aos alunos explorar conceitos e aplicar habilidades de forma interativa. Essas atividades podem ser feitas individualmente ou em grupos.

RECURSOS

- Materiais culturais disponibilizados;
- Vídeos e plataformas virtuais;

- Data show;
- Textos diversos;
- Espaço cultural

AVALIAÇÃO

- Avaliação escrita e prática;
- Análise da apresentação de seminários;
- Discussão do conteúdo em sala de aula e ou ambiente de prática

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASLAN, Odette. **O Ator no século XX: evolução da técnica/problema da ética**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2005. 363 p.

COELHO, Teixeira. **O Que é ação cultural**. São Paulo (SP): Brasiliense, 2006. 94 p.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria e prática da gestão cultural**. Fortaleza (CE): Universidade de Fortaleza - UNIFOR, 2002. 162 p.

SEBRAE - RJ. **Como elaborar projetos culturais para captação de patrocínio**. Rio de Janeiro (RJ): [s.n.], 1998. 42 p.

SPINOZA, Baruch de. **Ética: demonstrada à maneira dos geômetras**. São Paulo (SP): Martin Claret, 2002. 423 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo (SP): Martin Claret, 2000. 240 p

CABRAL, Plínio. **A Nova lei de direitos autorais: comentários**. 4. ed. São Paulo (SP): Harbra, 2003. 187 p.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília (DF): Brasília Jurídica, 2000. 140 p.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de projetos: como transformar idéias em resultados**. 2.ed. São Paulo (SP): Atlas, 2006. 281 p.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido. **Conversando sobre ética e sociedade**. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998. 117

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

ANEXO II
REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO IFCE



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
RESOLUÇÃO CONSUP / IFCE Nº 108, DE 08 DE SETEMBRO DE 2023

Aprova o Regulamento do Estágio Supervisionado no Instituto Federal do Ceará – IFCE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a deliberação do Conselho Superior em sua 75ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de agosto de 2023, o Parecer nº 11/2023 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o constante dos autos do processo nº 23255.000456/2023-88, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do anexo, o Regulamento do Estágio Supervisionado no Instituto Federal do Ceará – IFCE.

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 28, de 8 de agosto de 2014, do Conselho Superior.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de publicação no boletim de serviços.

JOSÉ WALLY MENDONÇA MENEZES
Presidente do Conselho Superior

ANEXO
REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFCE

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE, DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º Este regulamento tem a finalidade de reger e orientar os estágios supervisionados realizados por alunos do IFCE, brasileiros ou estrangeiros, matriculados em cursos de nível técnico médio, graduação e pós-graduação, cujo estágio não se configure como disciplina prevista na matriz curricular do curso.

Art. 2º Estágio supervisionado é o ato educativo desenvolvido em ambiente de trabalho por discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

Art. 3º O estágio supervisionado tem por objetivos:

I - o aprendizado de competências próprias da atividade profissional;

II - a contextualização curricular;

III - a preparação para o trabalho produtivo; e

IV - desenvolvimento do educando para o trabalho e a vida cidadã.

Art. 4º Toda e qualquer atividade de estágio será curricular e supervisionada, devendo estar vinculada a áreas teóricas e práticas constantes do projeto pedagógico dos cursos.

Art. 5º Estágio supervisionado obrigatório é aquele definido no projeto pedagógico do curso como tal, e a realização de carga horária mínima, prevista na matriz curricular, é requisito indispensável para aprovação e obtenção de diploma.

Parágrafo único. Será considerado como estágio obrigatório a atividade realizada como parte da prática profissional supervisionada, conforme previsto no projeto pedagógico do curso.

Art. 6º Estágio supervisionado não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso.

Art. 7º As instituições concedentes de estágio são pessoas jurídicas de direito privado ou público e profissionais liberais que realizam suas atividades produtivas de bens e/ou serviços de forma presencial ou virtual, em território nacional e internacional, com as naturezas jurídicas a seguir listadas:

I - empresas privadas;

II - órgãos da administração pública direta, em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - organizações de direito privado com finalidade pública;

V - profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Parágrafo único. Cumpridos os ritos legais previstos neste regulamento, o estágio supervisionado de discente estagiário do IFCE, mesmo se remunerado, não caracteriza vínculo empregatício para a Instituição concedente de vaga de estágio.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DE ESTÁGIO DO IFCE E DE SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º Participam dos processos de estágio no IFCE:

- I - Pró-Reitoria de Extensão;
- II - órgão de Extensão do **campus**;
- III - órgão de acompanhamento de estágio do **campus**;
- IV - órgão de Ensino do **campus**;
- V - coordenação de curso;
- VI - docente orientador;
- VII - discente estagiário;
- VIII - instituição concedente de vaga de estágio;
- IX - supervisor de estágio; e
- X - agente de integração.

§ 1º Aos órgãos de estágio compete cumprir e fazer cumprir os regulamentos pertinentes ao estágio supervisionado, procedendo denúncia nos casos de descumprimento deste regulamento.

§ 2º Todos os órgãos que participam do estágio no IFCE têm direito de buscar vagas de estágio supervisionado.

Art. 9º À Pró-Reitoria de Extensão compete:

- I - elaborar a política de estágio do IFCE;
- II - divulgar o IFCE, visando identificar oportunidades de estágios e empregos;
- III - celebrar convênios com instituições públicas e privadas e com agentes de integração;
- IV - orientar os **campi** quanto à celebração de convênios com instituições públicas e privadas;
- V - editar normas complementares a este regulamento, no que couber; e
- VI - revisar periodicamente este regulamento.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre o IFCE e a instituição concedente de vaga de estágio não dispensa a celebração do Termo de Compromisso de Estágio, previsto no inciso III do art. 20 deste regulamento.

Art. 10. Ao órgão de Extensão do **campus** compete:

- I - elaborar a Política de Estágio do **campus**;
- II - integrar-se aos diversos segmentos empresariais, públicos e comunitários da sociedade, visando intensificar política de parceria e ampliar oportunidades de vagas de estágio;
- III - orientar processos à celebração de convênio no **campus**;
- IV - participar da seleção de discentes para vagas de estágio supervisionado;
- V - substituir o órgão de acompanhamento de estágios do **campus**, em caso de impedimento, cumprindo as competências listadas no art. 11 deste regulamento.

Art. 11. Ao órgão de acompanhamento de estágios do **campus** compete:

- I - colaborar com a elaboração e implementação da Política de Estágio do **campus**;
- II - divulgar as regras previstas neste regulamento junto à comunidade acadêmica;
- III - esclarecer dúvidas sobre estágio supervisionado;
- IV - divulgar as vagas para estágios ofertadas por instituições concedentes;
- V - celebrar Termo de Compromisso de Estágio com a Instituição concedente e com o discente estagiário ou com seu representante ou assistente legal, quando aquele for, respectivamente, absoluta ou relativamente incapaz;
- VI - operacionalizar os atos de cadastro, acompanhamento e finalização ou encerramento dos estágios no sistema próprio do IFCE;
- VII - dar ciência ao órgão de Controle Acadêmico e à Coordenação do Curso da documentação cadastrada referente a estágio supervisionado;
- VIII - fornecer ao docente orientador a relação de discentes estagiários, com dados suficientes ao acompanhamento do estágio, quais sejam: nome do discente estagiário, curso, período do estágio, Instituição concedente da vaga e estágio, Supervisor do estágio e contato do Supervisor;
- IX - emitir, quando solicitado, declaração de orientação de estágio, conforme período estipulado no Termo de Compromisso de Estágio, ou Termo Aditivo, para os estágios que não apresentem pendência;
- X - atestar certidão negativa de encargos docentes ao docente orientador;

XI - solicitar do docente orientador a documentação referente a estágios que estejam sobre sua orientação;

XII - esclarecer ao discente sobre a necessidade de realização de novo estágio, quando necessário; e

XIII - efetuar o cancelamento do Termo de Compromisso de Estágio de acordo com os casos previstos, com a devida comunicação às partes envolvidas.

Art. 12. Ao órgão de Ensino do **campus** compete:

I - colaborar com a elaboração e implementação da Política de Estágio do **campus**;

II - promover ações que garantam a articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, especialmente as voltadas ao estágio supervisionado;

III - autorizar, com anuência do Colegiado do curso, quebra de pré-requisito para o início da atividade de estágio;

IV - decidir sobre priorização de recursos à avaliação de instituições concedentes de vagas de estágio, resguardadas decisões orçamentárias pela autoridade maior do **campus**;

V - atuar como ouvidor junto ao discente estagiário;

VI - substituir a Coordenação do Curso, em caso de impedimento, cumprindo as competências listadas no art. 13 deste regulamento.

Art. 13. À Coordenação de curso compete:

I - colaborar com a elaboração e implementação da Política de Estágio do **campus**;

II - indicar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e à modalidade de formação escolar do discente, ao horário e ao calendário escolar do curso;

III - comunicar ao docente orientador e ao órgão de acompanhamento de estágio do **campus** o calendário acadêmico de cada período letivo, enfatizando as datas de realização de avaliações;

IV - indicar docente orientador responsável pelo acompanhamento e avaliação de estágios e dos pedidos de equiparação a atividades de estágio;

V - decidir sobre recurso referente a equiparação, a atividades de estágio, de atividades profissionais e de extensão, de monitoria e de iniciação científica na educação superior;

VI - substituir o docente orientador em caso de impedimento durante atividades de estágio ou designar seu substituto;

VII - selecionar discentes para vagas de estágio mediante instrumento que garanta a isonomia do processo;

VIII - fornecer certidão ao discente estagiário quando da realização de avaliações, para fins de prova junto à Instituição concedente de vaga de estágio do estágio;

IX - dialogar com alunos retidos pela falta do cumprimento de etapas do estágio supervisionado, objetivando encaminhá-los à finalização do processo;

X - dialogar com alunos retidos pela falta do estágio supervisionado, objetivando encaminhá-los a oportunidades adequadas de estágio;

XI - dialogar com docentes orientadores e discentes estagiários a fim de que sejam cumpridos os prazos e procedimentos obrigatórios do estágio.

Art. 14. Ao docente orientador compete:

I - colaborar com a elaboração e implementação da Política de Estágio do **campus**;

II - instruir o discente estagiário quanto ao disposto neste regulamento;

III - informar o órgão de acompanhamento de estágios do **campus** sobre potenciais concedentes de estágios que desenvolvem atividades teóricas e/ou práticas em consonância com áreas específicas de cursos ofertados pelo **campus**;

IV - verificar a compatibilidade do estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório a ser realizado com a proposta pedagógica do curso, à etapa, modalidade de formação escolar do discente, ao horário e calendário escolar;

V - decidir sobre solicitação de equiparação a atividades de estágio de experiências de extensão, de monitoria e de iniciação científica na educação superior;

VI - decidir sobre solicitação de equiparação ou aproveitamento a atividades de estágio de experiências profissionais;

VII - participar da elaboração do Plano de atividades de estágio;

VIII - orientar o discente estagiário ao correto preenchimento dos documentos de estágio, ao atendimento aos prazos e ao respeito ao fluxo operacional do órgão de acompanhamento de estágios do **campus**;

IX - solicitar do discente estagiário a entrega de documentos obrigatórios;

X - acompanhar o desenvolvimento das atividades do estágio, por meio de avaliações do local de estágio, interação com o discente estagiário e com o supervisor de estágio e análise dos documentos de acompanhamento;

XI - informar ao órgão de acompanhamento de estágios do **campus** qualquer alteração nas condições acordadas no Termo de Compromisso de Estágio;

XII - encaminhar o discente estagiário a outro local de estágio, quando necessário, justificando o caso ao órgão de acompanhamento de estágios do **campus**;

XIII - comunicar ao órgão de acompanhamento de estágios do **campus** a necessidade de continuidade de atividades em caso de não cumprimento do tempo final previsto ou quando ultrapassar 6 (seis) meses;

XIV - apresentar Termos Aditivos conforme caso e necessidade;

XV - comunicar ao órgão de acompanhamento de estágios do **campus** a necessidade de rescisão ou cancelamento de estágio, nos casos previstos;

XVI - avaliar o estágio, emitindo parecer competente; e

XVII - ao final do estágio, inclusive em caso de interrupção extemporânea, apresentar ao órgão de acompanhamento de estágios do **campus** toda a documentação necessária à finalização ou encerramento do estágio no sistema do IFCE.

Art. 15. Ao discente estagiário compete:

I - colaborar com a elaboração e implementação da Política de Estágio do **campus**;

II - solicitar o cadastro do estágio no sistema do IFCE no prazo estabelecido;

III - cumprir os prazos e determinações especificados para a realização do estágio;

IV - desenvolver com excelência e ética as atividades acordadas no Plano de Atividades do Termo de Compromisso de Estágio;

V - comunicar ao docente orientador faltas e/ou desistência das atividades de estágio, justificando os casos;

VI - apresentar ao docente orientador os documentos pertinentes ao cadastro, acompanhamento e finalização ou encerramento do estágio, devidamente datados e assinados;

VII - informar ao docente orientador qualquer alteração nas condições acordadas no Termo de Compromisso de Estágio;

VIII - comunicar ao docente orientador qualquer situação em desacordo com o Termo de Compromisso de Estágio;

IX - responder com diligência às solicitações do órgão de acompanhamento de estágios do **campus**, do docente orientador e do Supervisor de estágio.

Parágrafo único. É facultado ao discente se inscrever e contribuir como segurado especial no Regime Geral de Previdência Social.

Art. 16. À Instituição concedente de vaga de estágio compete:

I - colaborar com a elaboração da Política de Estágio do IFCE e/ou do **campus**, se solicitada;

II - oferecer ao discente estagiário condições de desenvolvimento vivencial, treinamento prático e de relacionamento humano, com plena observância do Termo de Compromisso de Estágio e do Plano de Atividades;

III - proporcionar ao IFCE condições para avaliação de suas instalações;

IV - acatar o Termo de Convênio aprovado pelo IFCE ou apresentar modelo de Termo de Convênio para avaliação;

V - acatar o Termo de Compromisso de Estágio no modelo aprovado pelo IFCE ou apresentar modelo de Termo de Compromisso de Estágio para avaliação;

VI - no caso de estágio não obrigatório:

a) contratar seguro em favor do discente estagiário;

b) conceder bolsa e auxílio-transporte ao discente estagiário;

c) indicar e qualificar documentalmente seu representante para constar no Termo de Compromisso de Estágio;

d) indicar profissional de seu quadro de pessoal como Supervisor de estágio, com formação ou experiência de trabalho na área de conhecimento do curso do discente estagiário;

VII - conceder período de férias ao discente estagiário, preferencialmente durante suas férias escolares, de forma:

a) integral, se o estágio tiver duração igual ou superior a um ano;

b) proporcional, se o estágio tiver duração superior a seis meses e inferior a um ano;

VIII - remunerar os períodos citados no inciso IX, se o estágio for remunerado;

IX - comunicar fatos do estágio ao IFCE referentes a suas competências;

X - solicitar alterações ao Termo de Compromisso de Estágio e/ou ao Plano de Atividades, via Termo Aditivo;

XI - colaborar para a elaboração dos relatórios de estágios, disponibilizando ao discente estagiário dados necessários à busca de excelência do ato educativo;

XII - fornecer Termo de realização do estágio por ocasião da finalização do estágio, com indicação resumida dos períodos, das atividades desenvolvidas e da avaliação de desempenho do discente estagiário.

§ 1º A Instituição concedente de vaga de estágio poderá realizar processos seletivos de candidatos a estágio supervisionado.

§ 2º Ao firmar Convênio ou Termo de Compromisso de Estágio, a Instituição concedente de vaga de estágio automaticamente autoriza ao IFCE incluir seus dados em cadastro pertinente.

Art. 17. Ao supervisor de estágio compete:

I - colaborar com a elaboração do plano de atividades do discente estagiário, constante do Termo de compromisso de estágio;

II - supervisionar, dirigir e controlar as atividades desenvolvidas pelo discente estagiário, garantindo o cumprimento das atividades previstas no Plano de Atividades e em conformidade com o Termo de Compromisso de Estágio;

III - fornecer ao docente orientador informações que possibilitem a efetiva orientação das atividades de estágio;

IV - validar os relatórios de atividades do discente estagiário, constantes dos incisos X, XI e XIII do art. 20 deste regulamento;

V - comunicar ao docente orientador qualquer mudança em sua situação de trabalho ou pessoal que impacte nos atos de supervisão do estágio;

VI - comunicar ao docente orientador faltas não justificadas e/ou recorrentes do discente estagiário, bem como qualquer situação que configure abandono das atividades de estágio; e

VII - avaliar o desempenho do discente estagiário quando da conclusão do estágio.

Parágrafo único. O supervisor de estágio poderá supervisionar simultaneamente no máximo dez estagiários.

Art. 18. Ao agente de Integração compete:

I - colaborar com a elaboração da Política de Estágio do IFCE e/ou do **campus**, se solicitado;

II - desenvolver esforços junto a instituições concedentes de vagas de estágio para captar oportunidades de estágio destinadas a discentes do IFCE;

III - orientar e auxiliar a Instituição concedente de vaga de estágio em eventuais ajustes nas condições de oportunidade de estágio, para adequação das atividades propostas ao curso/área de formação do discente estagiário, conforme parâmetros e diretrizes estabelecidas pelo IFCE;

IV - cadastrar os discentes do IFCE e encaminhá-los e/ou candidatá-los a vagas de estágios junto a instituições concedentes;

V - colaborar com o correto preenchimento dos documentos obrigatórios do estágio, intermediando junto à Instituição concedente de vaga de estágio para assinatura e entrega de tempestiva de documentos nos prazos regrados;

VI - encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

VII - subsidiar o IFCE com informações pertinentes ao estágio, através do acompanhamento das atividades junto à Instituição Concedente;

VIII - disponibilizar ao IFCE informações sobre aditivos e rescisões a Termos de compromisso de estágio em vigência;

IX - disponibilizar ao IFCE relatórios quantitativos sobre:

- a) discentes cadastrados;
- b) discentes em atividades de estágios com Termos de compromisso de estágio vigente;
- c) discentes com Termos de compromisso de estágio vencidos;
- d) outros constantes de dados disponíveis sobre estágios, se solicitados.

CAPÍTULO III DA DOCUMENTAÇÃO E DO FLUXO DO ESTÁGIO

Art. 19. Os documentos pertinentes ao estágio supervisionado destinam-se à celebração de parcerias, definição e comprovação de atividades, inicialização, acompanhamento e finalização ou encerramento do estágio.

Art. 20. São documentos do estágio, com suas especificações e funções:

I - termo de convênio: regulamenta parceria para captação de vagas de estágio entre o IFCE, instituições concedentes de vagas de estágio e agentes de integração. É obrigatório entre instituições públicas e agentes de integração;

II - formulário para cadastro do estágio: é obrigatório a todas as modalidades do estágio, serve à solicitação do discente estagiário para cadastro de estágio e à autorização do docente orientador ao registro do estágio nos sistemas do IFCE;

III - termo de Compromisso de Estágio: independente de existência de convênio, o contrato entre a unidade do IFCE, a Instituição concedente de vaga de estágio e o discente estagiário é obrigatório para todas as modalidades de estágio, definindo e/ou informando:

- a) dados dos contratantes;
- b) direitos e deveres dos contratantes;
- c) dados sobre seguro obrigatório;
- d) modalidade, forma e vigência do estágio;
- e) carga horária e cronograma semanal de atividades;
- f) plano de atividades, objetivos do estágio, docente orientador e supervisor do estágio;
- g) circunstâncias para sua alteração e encerramento compulsório; e
- h) foro, local, data e representantes das partes contratantes e citadas;

IV - apólice de seguro ou contrato de seguro: acompanhado de comprovante de pagamento, com cobertura compatível às datas de início e final das atividades de estágio;

V - formulário para solicitação de aproveitamento de experiências de extensão, monitoria, iniciação científica ou profissionais: obrigatório ao discente que pretende aproveitamento de qualquer das experiências citadas;

VI - declaração de participação em experiência de extensão, iniciação científica ou monitoria: obrigatória para utilização de experiências como atividades de estágio, e deve ser emitida pelo supervisor ou orientador da bolsa ou pelo coordenador do Projeto/Programa/Núcleo;

VII - declaração de atividades profissionais: obrigatória para utilização de experiências profissionais como atividades de estágio, e deve ser emitida pela instituição que emprega o trabalhador ou servidor;

VIII - formulário para registro de avaliação do docente orientador à instituição

IX - concedente de vaga de estágio: obrigatório ao docente orientador para comprovar a atividade citada, deve ter ciência do responsável jurídico pela Instituição concedente de vaga de estágio ou de pessoa por ele designada;

X - termo aditivo: documento a ser apresentado, se houver alteração em datas, carga horária e escala semanal do estágio, ao corpo orientador e/ou supervisor do estágio, bem como em qualquer situação celebrada no Termo de compromisso de estágio, e deve conter ciência dos mesmos entes responsáveis neste documento;

XI - relatório mensal de atividades: apresentado pelo discente estagiário, é obrigatório para todas as modalidades de estágio, a fim de oportunizar ao docente orientador o acompanhamento das atividades mensais, com descrição de dificuldades e soluções encontradas, e com ciência do supervisor do estágio.

XII - relatório semestral de atividades: apresentado pelo supervisor do estágio, é obrigatório para todas as modalidades de estágio, a fim de oportunizar ao docente orientador o acompanhamento semestral do estágio, com descrição das atividades e avaliação parcial ao discente estagiário, com ciência deste;

XIII - termo de realização do estágio: apresentado pelo supervisor do estágio, é obrigatório para todas as modalidades de estágio, mesmo em caso de interrupção, a fim de oportunizar ao docente orientador dados para avaliação final do estágio, com descrição das atividades e sugestões para melhoria, e deve ter ciência do discente estagiário.

XIV - relatório final de estágio: obrigatório ao discente estagiário em todas as modalidades de estágio. Destina-se à análise final, pelo docente orientador, das atividades realizadas e das considerações do discente estagiário, e deve ter ciência do supervisor do estágio.

XV - termo de avaliação ao discente estagiário: apresentado pelo docente orientador, é obrigatório para lançamento de nota/conceito das atividades realizadas e encerramento total do estágio;

XVI - termo de rescisão de contrato de estágio: é obrigatório apresentar, no caso de interrupção do estágio, para contagem da carga horária realizada, com indicação de motivo e/ou circunstância e ciência dos entes responsáveis no Termo de compromisso de estágio.

XVII - plano de trabalho de estágio remoto: é obrigatório, segundo normativas da Lei Federal, ao estágio realizado de forma remota ou híbrida, independente da modalidade ser obrigatória ou não.

Art. 21. Para oportunizar alterações tempestivas ao atendimento de situações comuns aos **campi**, os documentos e o fluxo do estágio supervisionado serão editados exclusivamente pela Pró-Reitoria de Extensão em matéria não anexa.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO, DO ORDENAMENTO E DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 22. O IFCE poderá ofertar vagas de estágio aos seus próprios discentes, desde que as atividades a serem realizadas sejam compatíveis com o projeto pedagógico do curso.

Art. 23. Poderão ser utilizadas como atividades de estágio obrigatório, desde que previstas no projeto pedagógico do curso, compatíveis com o aprendizado prático exigido e realizadas após o devido cadastro do estágio:

- I - atividades de iniciação científica na educação superior, devidamente cadastradas nas pró-reitorias competentes;
- II - experiências de extensão e de monitoria, devidamente cadastradas nas pró-reitorias competentes;
- III - experiências profissionais do discente estagiário na condição de:
 - a) empregado de empresa privada ou pública;
 - b) empregado ou voluntário de instituição do terceiro setor; e
 - c) servidor público.

§ 1º A carga horária de atividades acadêmicas ou profissionais utilizáveis se limitará à carga horária mínima do estágio obrigatório previsto no projeto pedagógico do curso.

§ 2º Além da declaração de atividades profissionais prevista no inciso VII do art. 20 deste regulamento, os documentos exigidos para comprovação das experiências profissionais são:

I - para o discente estagiário empregado celetista de empresa privada ou pública, a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

II - para o discente estagiário vinculado à instituição do terceiro setor, a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (se empregado) e Termo de Voluntariado de acordo com a legislação pertinente (se voluntário).

III - para o discente estagiário servidor público estatutário, o Ato de Nomeação, acompanhado do regulamento das funções do cargo público.

§ 3º Em caso de dúvidas sobre o exercício profissional, outros documentos poderão ser solicitados a critério do docente orientador.

Art. 24. Da decisão sobre utilização das experiências constantes dos incisos do art. 23, caberá recurso ao órgão de Ensino do **campus**, em única instância, que se manifestará após ouvido o colegiado do curso.

Art. 25. Concedida a utilização como atividade de estágio de qualquer das experiências constantes dos incisos do art. 23, ao discente estagiário obriga-se a apresentação dos documentos previstos para cadastro, acompanhamento e finalização do estágio.

Art. 26. Será permitido o estágio supervisionado na forma remota, desde que previsto no projeto pedagógico do curso, atendida a legislação nacional referente ao assunto e em acordo com este regulamento.

Art. 27. O contrato de seguro obrigatório será de responsabilidade:

I - do IFCE, se referente ao estágio obrigatório, com citação dos dados da apólice no Termo de Compromisso de Estágio;

II - da instituição concedente da vaga de estágio, se referente ao estágio não obrigatório, com citação dos dados da apólice no Termo de Compromisso de Estágio e apresentação de alguma das formas de comprovação previstas.

Art. 28. Somente o discente com matrícula ativa e frequência regular em disciplina(s) poderá realizar estágio supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, e solicitar cadastro ao órgão competente.

Art. 29. Para cadastro de estágio supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, é necessário:

I - o cumprimento dos pré-requisitos estabelecidos no projeto pedagógico do curso e demais diretrizes curriculares;

II - a completa documentação pertinente a cada caso;

III - o contrato de seguro em favor do discente estagiário; e

IV - atenção ao fluxo operacional do estágio a ser estabelecido conforme previsto no art. 21 deste regulamento.

Parágrafo único. Em caso excepcional, devidamente autorizado pelo órgão de Ensino do **campus** e anuência do Colegiado do curso, o discente poderá realizar estágio supervisionado obrigatório mesmo não tendo cumprido os pré-requisitos obrigatórios.

Art. 30. Havendo concluído todas as disciplinas obrigatórias do curso, o discente poderá solicitar cadastro apenas no estágio obrigatório, e somente pelo período necessário ao cumprimento da carga horária mínima obrigatória.

Art. 31. Havendo concluído todas as disciplinas obrigatórias do curso durante o estágio obrigatório, o discente estagiário permanecerá no estágio apenas pelo período necessário ao cumprimento da carga horária mínima obrigatória.

Art. 32. Havendo concluído todas as disciplinas obrigatórias do curso durante estágio não obrigatório, ao discente estagiário obriga-se o encerramento do estágio.

Art. 33. As atividades de estágio serão iniciadas somente após autorização do órgão de acompanhamento de estágio do **campus**.

Art. 34. A duração do estágio na mesma Instituição concedente será de até 24 (vinte e quatro) meses, contínuos ou intercalados, exceto quando o discente estagiário se tratar de pessoa com deficiência, quando o período poderá ser de até 48 (quarenta e oito) meses.

Art. 35. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre o IFCE, a Instituição concedente de vaga de estágio e o discente estagiário ou seu representante legal, regram-se os casos:

I - para discentes da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental na modalidade profissional de Educação de Jovens e Adultos: o máximo de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais;

II - para discentes do Ensino Superior e da Educação Profissional de nível médio: o máximo de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo único. Para facilitar o desempenho do discente, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos pela metade, devendo haver previsão no Termo de Compromisso de Estágio para compensação adequada.

Art. 36. Será permitida a realização ou continuidade de estágio, durante período de impedimento temporário do docente orientador, desde que a orientação do estágio não reste prejudicada.

Art. 37. Será obrigatório o instrumento do Termo Aditivo para substituição de orientação às atividades de estágio, caso o docente orientador designado obtenha resultado positivo em processo de pedido de demissão, exoneração, licenças, readaptação, redistribuição ou remoção.

Art. 38. Em caso de rescisão de Termo de Compromisso de Estágio serão consideradas as atividades de estágio e a carga horária já cumpridas, apresentados os documentos obrigatórios.

Parágrafo único. Aplica-se a medida também ao encerramento compulsório, devido ao trancamento de matrícula, desde que os documentos obrigatórios sejam apresentados antes da data do trancamento.

Art. 39. É direito do discente estagiário apresentar os documentos de encerramento de estágio para a devida avaliação do docente orientador, mesmo se reprovado por nota nas disciplinas do período/semestre em que realiza o estágio.

Art. 40. Os critérios para avaliação do Estágio Supervisionado são:

I - aplicação do conhecimento teórico às atividades do estágio;

II - aprendizado adquirido, a partir das atividades realizadas no estágio;

III - assiduidade às atividades do estágio;

IV - atendimento às orientações;

V - avaliação suficiente por parte do supervisor do estágio;

VI - cooperação;

VII - comunicação;

VIII - frequência mínima de 70% (setenta por cento) às atividades do estágio;

IX - pontualidade na entrega de documentos;

X - pontualidade;

XI - proatividade;

XII - relacionamento interpessoal; e

XIII - responsabilidade.

Art. 41. Para a avaliação final do Estágio Supervisionado, obrigatório e não obrigatório, o docente orientador emitirá parecer às atividades de estágio realizadas pelo discente, atribuindo conceito satisfatório ou insatisfatório, considerando:

I - os relatórios de acompanhamento das atividades, aferíveis nos documentos constantes dos incisos X e XI do art. 20 deste regulamento;

II - a avaliação do discente Estagiário, por parte do supervisor do estágio, aferível no Termo de realização do estágio, documento constante do inciso XII do art. 20 deste regulamento;

III - o relatório final, aferível pelo documento constante do inciso XIII do art. 20 deste regulamento.

Parágrafo único. Em caso de parecer com conceito insatisfatório, o órgão de acompanhamento de estágios do **campus** esclarecerá ao discente sobre a necessidade de realização de novo estágio.

CAPÍTULO V DOS IMPEDIMENTOS E SANÇÕES

Art. 42. É vedado ao docente substituto orientar estágios.

Art. 43. É vedado o cadastro de estágio de discente do IFCE com pendências em contrato de estágios anteriores, quais sejam:

I - Termo de Compromisso de Estágio em vigência; e

II - Termo de Compromisso de Estágio vencido sem documentos obrigatórios ao encerramento do estágio.

Art. 44. É vedado ao discente do IFCE realizar mais de um estágio por vez, independentemente da modalidade, excetuando:

I - o discente matriculado em curso com dupla formação, desde que a carga horária total dos estágios concomitantes não ultrapasse a previsão máxima legal diária e semanal;

II - o discente matriculado em cursos diferentes, desde que a carga horária total dos estágios concomitantes não ultrapasse a previsão máxima legal diária e semanal.

Art. 45. É vedada a utilização de uma mesma atividade de estágio para cumprir carga horária em estágios com registros distintos, referentes a contratos de estágios de discente estagiário matriculado em curso de dupla formação ou em mais de um curso no mesmo **campus**.

Art. 46. É vedado o aproveitamento de carga horária de estágio realizado em outro curso, mesmo se compatível com o projeto pedagógico do curso atual.

Art. 47. Não serão contabilizadas para a carga horária de estágios:

I - atividades realizadas sem a autorização prevista no art. 33;

II - atividades realizadas em período extemporâneo ao correto trâmite de documentos de cadastro.

Art. 48. Será encerrado compulsoriamente e com carga horária nula o contrato de estágio cujo discente estagiário:

I - realizar trancamento, cancelamento de matrícula ou transferência no período de vigência do Termo de compromisso de estágio sem apresentação anterior da documentação para finalização do estágio;

II - for reprovado por faltas em todas as disciplinas cursadas no respectivo período/semestre;

III - abandonar o estágio; e

IV - abandonar o período/semestre do curso.

Art. 49. O Agente de Integração será responsabilizado juridicamente se:

I - indicar discente do IFCE como estagiário para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso;

II - indicar, como estagiário, discente do IFCE matriculado em curso para o qual não há previsão de estágio curricular;

III - incidir cobrança de qualquer valor aos estudantes a título de remuneração pelos serviços referidos em suas competências definidas no art. 18 deste regulamento.

Art. 50. A instituição, privada ou pública, que descumprir/reincidir em irregularidades no trato do estágio ficará impedida de receber estagiários por dois anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 51. O descumprimento deste regulamento por parte da Instituição concedente de vaga de estágio caracteriza vínculo de emprego com o educando, para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 52. Será obrigatória a certidão negativa do órgão de estágio, quando do afastamento temporário ou definitivo do docente.

Art. 53. Os estudantes que realizarem estágio não obrigatório fora do país, dentro de programas presenciais ou à distância de intercâmbio institucional, deverão obedecer aos procedimentos estabelecidos pelas universidades anfitriãs.

Parágrafo único. Os documentos apresentados pelo estudante relativos ao período do intercâmbio, precisarão ser validados pelo colegiado do curso e/ou demais instâncias do IFCE.

Art. 54. O estágio não obrigatório realizado por estudante do IFCE participante de programa de intercâmbio acadêmico, inclusive fora do território brasileiro, obedecerá aos procedimentos estabelecidos pelas Instituições anfitriãs.

Parágrafo único. Os documentos referentes ao estágio realizado durante o intercâmbio serão validados pelo colegiado do curso.

Art. 55. Será regulamentado, à parte, o estágio, quando configurado como disciplina prevista na matriz curricular dos cursos, como ocorre nos cursos de licenciatura.

Art. 56. Poderão ser criadas comissões permanentes de apoio e acompanhamento ao estágio, em nível de Reitoria e de **campi** do IFCE.

Art. 57. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Extensão.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Presidente do Conselho Superior**, em 11/09/2023, às 16:59, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5297597** e o código CRC **3CF45F98**.

ANEXO III
REGULAMENTO DA BIBLIOTECA DO IFCE CAMPUS FORTALEZA



Boletim de Serviços Eletrônico em
14/09/2023

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

**PORTARIA NORMATIVA Nº 100/GAB-FOR/DG-FOR/FORTALEZA, DE 06 DE
SETEMBRO DE 2023**

Aprova Regulamento da Biblioteca do IFCE *campus* Fortaleza

O Diretor-geral DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Normativa nº 81/GABR/REITORIA, de 08/08/2023, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23256.009039/2023-91,

RESOLVE:

Artigo único - Aprovar o Regulamento de Funcionamento da Biblioteca Waldyr Diogo Siqueira, do IFCE *campus* de Fortaleza, conforme Anexo a esta Portaria.

JOSÉ EDUARDO SOUZA BASTOS

Diretor-geral do IFCE *campus* Fortaleza



Documento assinado eletronicamente por **Jose Eduardo Souza Bastos, Diretor(a) Geral do Campus Fortaleza**, em 14/09/2023, às 06:59, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5292115** e o código CRC **4DB791D5**.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – DO REGULAMENTO E SUA APLICAÇÃO

CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO IV - DOS SERVIÇOS

CAPÍTULO V – DO ACERVO

CAPÍTULO VI – DO FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO VII – DO USUÁRIO

SEÇÃO I - Das categorias de usuário

SEÇÃO II - Dos direitos e deveres do usuário

SEÇÃO III – Do cadastro

SEÇÃO IV – Do cancelamento do cadastro

SEÇÃO V – Dos atos de indisciplina e das sanções

SEÇÃO VI – Das perdas, danos e suspensões

CAPÍTULO VIII – DA CIRCULAÇÃO DE MATERIAIS

SEÇÃO I – Do empréstimo

SEÇÃO II – Da renovação do empréstimo

SEÇÃO III – Da reserva de materiais

SEÇÃO IV – Da devolução

CAPÍTULO IX - DO USO DOS AMBIENTES E EQUIPAMENTOS

SEÇÃO I – Dos ambientes de uso individual e coletivo

SEÇÃO II - Do uso dos computadores para pesquisa

SEÇÃO III – Dos materiais de suporte à pesquisa

CAPÍTULO X - DO SISTEMA DE SEGURANÇA DO ACERVO

CAPÍTULO XI - DAS DOAÇÕES

CAPÍTULO XII - DOS DEVERES DOS SERVIDORES DA BIBLIOTECA

CAPÍTULO XIII – DA EMISSÃO DO NADA CONSTA

CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DO REGULAMENTO E SUA APLICAÇÃO

Art. 1º O presente regulamento define as competências da Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira e a sua estrutura organizacional, normatiza seus serviços, o tipo de material disponível para empréstimo, os direitos e deveres dos usuários e dá outras providências.

Art. 2º Ficam sujeitos a este regulamento todos os usuários da Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira, independente da sua condição de enquadramento. Portaria Normativa 100 .

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira é organizada conforme a seguinte estrutura básica:

- I. Coordenadoria de Biblioteca;

- II. Setor de Tratamento da Informação, constituído das seguintes seções:
 - a) Seção de Desenvolvimento de Coleções
 - b) Seção de Processos Técnicos
 - c) Seção de Conservação e Restauração do Acervo
 - d) Seção de Biblioteca Digital

- III. Setor de Atendimento ao Usuário, constituído das seguintes seções:
 - a) Seção de Informação e Referência
 - b) Seção de Circulação
 - c) Seção de Publicações Periódicas
 - d) Seção de Multimídia

Parágrafo Único - A estrutura organizacional da Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira, acima especificada, representa a condição necessária para que ela funcione de forma satisfatória, oferecendo serviços de qualidade. A busca por essa condição ideal deverá ser almejada por todos os agentes envolvidos nesse processo, como forma de constante crescimento, a fim de alcançar a excelência que a comunidade espera.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete à Biblioteca:

- I. Planejar, coordenar a realização de tarefas e serviços oferecidos no âmbito da Biblioteca;
- II. Processar tecnicamente e organizar o acervo de acordo com as normas, recomendações e protocolos vigentes, tanto em nível nacional como internacional;
- III. Assessorar as Diretorias do *campus* de Fortaleza, nos assuntos pertinentes à sua área de atuação;

IV. Difundir as atividades, os programas, produtos e serviços que oferece;

V. Facilitar à comunidade acadêmica o acesso à informação procedente de outras bibliotecas e centros de documentação;

VI. Formar acervo selecionado nas áreas que atendam as necessidades de informação do *campus* de Fortaleza, no que concerne ao ensino, à pesquisa e à extensão;

VII. Participar de programas e convênios que tenham como objetivo melhorar seus próprios serviços (catálogos coletivos, empréstimo interbibliotecário, permuta, etc.);

VIII. Supervisionar a manutenção da ordem e da disciplina no âmbito da biblioteca;

IX. Armazenar dados para fins estatísticos;

X. Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas por autoridade competente.

Art. 5º Compete à Coordenadoria de Biblioteca:

I. Orientar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e administrar a biblioteca observando o Regimento Geral do IFCE, o Regimento Interno do *campus* de Fortaleza e o Regimento Interno do SIBI;

II. Implantar políticas e planos estabelecidos pelo Departamento de Bibliotecas/PROEN;

III. Cooperar com programas e projetos propostos pelo Departamento de Bibliotecas/PROEN;

IV. Representar a biblioteca junto aos setores da Instituição;

V. Participar das reuniões que exijam sua presença e que diga respeito à sua área de atuação;

VI. Atender às demandas dos usuários do *campus* de Fortaleza;

VII. Solicitar a manutenção das áreas físicas, instalações e equipamentos da biblioteca;

VIII. Apresentar à Direção Geral, à Diretoria de Ensino do *campus* de Fortaleza e ao Departamento de Bibliotecas/PROEN, o planejamento e o relatório anual das atividades da biblioteca;

IX. Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento e as demais disposições normativas nas quais a biblioteca esteja subordinada.

§ 1º. A Biblioteca terá o profissional graduado com nível Superior em Biblioteconomia, consoante o artigo 6º, alínea “c” da Lei nº 4.084/62.

§ 2º. A Biblioteca deverá ser administrada por bibliotecário, integrante do quadro de servidores ativos do IFCE.

§ 3º. As atividades técnicas auxiliares deverão ser executadas, preferencialmente, por ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, integrante do quadro de servidores ativos do IFCE.

Art. 6º Ao Setor de Tratamento da Informação compete:

I. Cumprir as rotinas de processamento técnico, no que diz respeito ao preparo do material para uso, na catalogação de acordo com a AACR2 (Anglo American Cataloging Rules), na classificação de acordo com a CDD (Classificação Decimal de Dewey) e na padronização de termos indexadores;

II. Manter o controle patrimonial do acervo;

III. Realizar, anualmente, o inventário de todo o acervo;

IV. Manter base de dados local atualizada.

V. Zelar pela conservação do acervo;

VI. Gerenciar as bibliotecas digitais no que concerne à produção científica e acadêmica do *campus* de Fortaleza e documentos institucionais.

Art. 7º Compete à Seção de Desenvolvimento de Coleções:

I. Gerenciar o processo de aquisição de materiais informacionais;

II. Aceitar doações, mediante critérios estabelecidos pela Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções e encaminhar para a Seção de Processos Técnicos;

- III. Receber, conferir e encaminhar à Seção de Processos Técnicos o material adquirido por compra;
- IV. Avaliar, periodicamente, a atualização, o crescimento e o uso da coleção;
- V. Proceder ao descarte do acervo de acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções do SIBI-IFCE;
- VI. Desenvolver estudo de usuários da biblioteca, objetivando o conhecimento de seus perfis, a fim de redimensionar suas necessidades;
- VII. Manter intercâmbio com outras bibliotecas do Sistema para permuta de materiais bibliográficos.

Art. 8º Compete à Seção de Processos Técnicos:

- I. Executar o processamento técnico de todo o material bibliográfico e o preparo para o uso;
- II. Catalogar de acordo com a AACR2 (Anglo American Cataloging Rules);
- III. Classificar de acordo com a CDD (Classificação Decimal de Dewey);
- IV. Realizar a representação temática da informação utilizando vocabulários controlados e/ou tesouros;
- V. Padronizar autoridades (autor, instituição, evento) e pontos de acesso (assunto, série, editora etc.);
- VI. Manter a base de dados local atualizada de acordo com as instruções de trabalho;
- VII. Preparar o material informacional para empréstimo e circulação;
- VIII. Realizar, anualmente, inventário de modo a manter permanente controle patrimonial do acervo;
- IX. Catalogar na fonte as publicações do *campus* de Fortaleza.

Art. 9º Compete à Seção de Conservação e Restauração do Acervo:

- I. Verificar o estado de conservação dos materiais;
- II. Proceder à higienização dos materiais;
- III. Restaurar materiais danificados;
- IV. Promover campanhas educativas e preventivas para o cuidado e manuseio de materiais bibliográficos;
- V. Desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas.

Art. 10. Compete à Seção de Biblioteca Digital:

- I. Criar e gerenciar acervos em bibliotecas digitais produzidos no *campus* de Fortaleza;
- II. Orientar o usuário no acesso e utilização das bases de dados virtuais em suas pesquisas.

Art. 11. Compete ao Setor de Atendimento ao Usuário:

- I. Realizar atividades concernentes à circulação de materiais, ao serviço de referência, de periódicos e de multimeios.

Art. 12. Compete à Seção de Informação e Referência:

- I. Fornecer informações solicitadas, por qualquer meio;
- II. Orientar os usuários na utilização das dependências físicas, do acervo e dos serviços oferecidos pela biblioteca;
- III. Realizar levantamento bibliográfico, quando solicitado;
- IV. Promover visitas guiadas;
- V. Auxiliar os usuários na realização de pesquisas acadêmicas;
- VI. Promover treinamento aos usuários quanto ao uso e acesso às fontes informacionais disponíveis;
- VII. Orientar os usuários na normalização de trabalhos acadêmicos;

- VIII. Divulgar as normas de utilização da biblioteca;
- IX. Encaminhar à Seção de Conservação e Restauração o material que necessitar de reparos;
- X. Manter organizado e atualizado o acervo de referência da biblioteca, avaliando-o, periodicamente.

Art. 13. Compete a Seção de Circulação:

- I. Guardar o material informacional nas estantes;
- II. Organizar o material informacional nas estantes, revisando periodicamente sua correta localização;
- III. Repor o material informacional devolvido e/ou consultado;
- IV. Realizar o serviço de empréstimo, renovação, devolução e reserva de materiais;
- V. Efetuar cobrança de material em atraso;
- VI. Aplicar suspensão pelo atraso na devolução de material;
- VII. Organizar e manter atualizado o cadastro de usuários;
- VIII. Realizar estatística mensal, com vistas a avaliação do uso da coleção e dos serviços oferecidos;
- IX. Emitir documento de quitação (Nada Consta), quando solicitado;
- X. Manter a ordem na biblioteca.

Art. 14. Compete a Seção de Publicações Periódicas:

- I. Gerenciar as coleções de periódicos;
- II. Definir as coleções de periódicos que vão suplementar a bibliografia do curso;
- III. Divulgar as novas aquisições;
- IV. Divulgar as publicações periódicas produzidas no âmbito do IFCE;
- V. Promover bases de dados de publicações periódicas.

Art. 15. Compete a Seção de Multimídia:

- I. Disponibilizar equipamentos de informática para acesso à Internet;
- II. Cumprir e fazer cumprir as normas de utilização dos equipamentos e recursos eletrônicos disponíveis.

Parágrafo Único – As normas de funcionamento estão disponíveis no sítio da biblioteca do *campus* de Fortaleza no link: <https://ifce.edu.br/fortaleza/menu/biblioteca-waldyr-diogo-de-siqueira/biblioteca-waldyr-diogo-de-siqueira>.

CAPÍTULO IV

DOS SERVIÇOS

Art. 16. A Biblioteca, como parte integrante do Sistema de Bibliotecas do IFCE - SIBI, está à disposição dos usuários da Instituição, oferecendo-lhes, além da utilização do seu acervo, os seguintes serviços:

- I. Referência – atendimento ao usuário, auxílio à pesquisa, desenvolvimento e atualização de tutoriais;
- II. Consulta local ao acervo;
- III. Catálogo on-line <http://biblioteca.ifce.edu.br>
- IV. Busca integrada nas bases de dados disponíveis;
- V. Acesso à internet local e/ou móvel;
- VI. Acesso a bibliotecas virtuais e base de dados: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez138.periodicos.capes.gov.br/index.php>

- VII. Empréstimo domiciliar – permissão da retirada de material informacional por período determinado;
- VIII. Programa de educação do usuário – oferta de treinamento para que o usuário tenha maior autonomia na busca de materiais, como também dos recursos disponibilizados pela biblioteca;
- IX. Orientação à normalização de trabalhos acadêmicos e outros documentos, de acordo com as normas adotadas pela ABNT;
- X. Visita orientada – apresentação da biblioteca e demonstração dos serviços oferecidos ao usuário;
- XI. Renovação de empréstimo via Web;
- XII. Solicitação de reserva, via Web;
- XIII. Geração de ficha catalográfica on-line: <http://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/ficha-catalografica>;
- XIV. Disseminação seletiva da informação (serviço personalizado que informa e atualiza o usuário quando um novo material informacional de seu interesse está disponível. O usuário tem a possibilidade de criar um ou mais perfis, de acordo com sua área de interesse;
- XV. Serviço de alerta sobre novas aquisições; XVI. Sugestão on-line de materiais informacionais para aquisição.

Parágrafo Único - De acordo com suas possibilidades, a biblioteca poderá oferecer outros serviços.

CAPÍTULO V

DO ACERVO

Art. 17. O acervo da Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira, é composto de recursos informacionais registrados em diferentes formatos, constituindo as seguintes coleções.

- I. Coleção de referência: dicionários, enciclopédias, atlas, normas técnicas, publicações periódicas, mapas, catálogos e similares;
- II. Coleção didático-técnica: materiais informacionais que constam na bibliografia dos cursos oferecidos;
- III. Coleção acadêmica: trabalhos acadêmicos produzidos pela comunidade do IFCE;
- IV. Coleção informativa de consulta e estudo: materiais informacionais que não constam na bibliografia dos cursos oferecidos, mas que servem à leitura de lazer ou ao estudo de uma forma geral;
- V. Coleção de multimeios: materiais informacionais audiovisuais e similares;
- VI. Coleção digital/virtual: e-books, base de dados, assinaturas de acessos a recursos eletrônicos diversificados.

Parágrafo Único – livros didáticos pertencentes ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), destinados aos usuários discentes, não fazem parte do acervo da biblioteca.

Art. 18. A consulta ao acervo e outros recursos informacionais dá-se através de:

- I. Livre acesso às estantes, salvo exceções, desde que o usuário não esteja portando materiais do tipo: bolsas, sacolas, pastas, mochilas ou similares (capas de notebooks, tablets), alimentos e bebidas;
- II. Acesso ao catálogo on-line, no Portal do SIBI;
- III. Terminais de consulta da biblioteca.

Parágrafo Único – Livros, notebooks, tablets, leitores de livros digitais (e-readers) e outros materiais de estudo próprio dos usuários só podem ser transportados dentro do espaço das bibliotecas fora de bolsas, capas, sacolas, mochilas ou similares.

Art. 19. As obras consultadas pelos usuários deverão ser repostas nas estantes pelos funcionários da biblioteca.

Art. 20. Nos terminais situados na biblioteca, é vedado ao usuário, o acesso a outros sítios via internet ou a qualquer outro recurso, bem como a alteração das configurações dos equipamentos.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO

Art. 21. A Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira permanecerá aberta nos dias e horários estabelecidos por sua coordenação, objetivando atender plenamente a demanda de seus usuários.

Parágrafo Único – São considerados dias úteis, segunda a sexta, respeitando o Calendário Acadêmico vigente e os dias de funcionamento do *campus*.

Art. 22. O horário de funcionamento da Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira é de segunda a sexta no horário das 08:00 às 21:00h.

Parágrafo Único – O horário de funcionamento poderá ser alterado, conforme decisão administrativa ou por necessidade da Instituição.

Art. 23. Nos casos, extraordinários, em que houver necessidade de alteração de horários, os usuários deverão ser avisados previamente.

§ 1º No período de férias acadêmicas e recessos, a biblioteca poderá funcionar em horário especial, mediante aprovação da Direção de Ensino;

§ 2º No período em que se realiza o inventário dos acervos e/ou dos equipamentos da biblioteca, esta funcionará, exclusivamente, para o desenvolvimento desta atividade. Esse período deve ser, previamente, determinado e informado aos usuários, sendo utilizado preferencialmente os períodos de férias acadêmicas;

§ 3º A biblioteca e/ou seus setores poderão ter seus horários alterados ou permanecerem fechadas, temporariamente, para execução de serviços de manutenção e/ou reforma do espaço físico ou outras obras de infraestrutura;

§ 4º A biblioteca poderá ter seu horário alterado quando houver necessidade da realização de reuniões ou cursos de capacitação com a equipe de servidores.

Art. 24. Os horários de funcionamento da biblioteca e suas possíveis alterações deverão ser divulgados pelos meios oficiais de comunicação do *campus*, no sítio da biblioteca, nas redes sociais da biblioteca e através do Portal do SIBI.

CAPÍTULO VII

DO USUÁRIO SEÇÃO I

Das categorias de usuário

Art. 25. São considerados usuários:

I. Comunidade interna: os discentes regularmente matriculados em cursos oferecidos pelo IFCE, servidores técnico-administrativos e docentes efetivos, do quadro ativo da instituição e docentes substitutos;

II. Comunidade externa: membros da comunidade em geral.

Parágrafo Único – A comunidade externa pode utilizar os recursos informacionais, disponíveis na biblioteca, somente na forma de consulta local.

Art. 26. A qualquer usuário é permitido o acesso à biblioteca, bem como a consulta aos seus /pg.

acervos, nos dias e horários, conforme previsto no art. 22 deste regulamento.

SEÇÃO II

Do cadastro

Art. 27. Para o acesso aos serviços indicados nos incisos V a XVI do art. 16 deste Regulamento, deverão possuir cadastro no Sistema de Gerenciamento da Biblioteca, os seguintes usuários:

- I. Discentes matriculados nos cursos do IFCE, conforme os critérios indicados nas alíneas “a” e “e” do item II do art. 49 deste Regulamento;
- II. Servidores ativos do IFCE (técnico-administrativo e docente efetivo);
- III. Docentes substitutos (na vigência do contrato).

Art. 28. Os dados cadastrais do usuário discente serão gerados pelo Sistema Acadêmico e importados para o Sistema de Gerenciamento das Bibliotecas, de acordo com os critérios estabelecidos no inciso I, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do art. 49.

§ 1º A complementação dos dados cadastrais do usuário discente ocorrerá, na Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira, com a inserção obrigatória do e-mail, foto e cadastro de senha, no Sistema de Gerenciamento da Biblioteca;

§ 2º Havendo mudança nos dados cadastrais, o usuário discente deverá comunicar à Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA) do *campus* de Fortaleza ou fazer a atualização através do Sistema Acadêmico.

Art. 29. A validade do cadastro do usuário discente é semestral e determinada pelo calendário letivo definido para os cursos ministrados em cada *campus*.

Art. 30. O cadastramento de usuário servidor deverá ser efetuado na biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira, mediante a apresentação de documento de identificação, conforme disposto no art. 35 e a informação do número de matrícula funcional.

Art. 31. O cadastro do usuário servidor terá validade enquanto o usuário permanecer vinculado ao IFCE. Parágrafo Único – Havendo mudança nos dados cadastrais, o usuário servidor deverá comunicar à Biblioteca.

SEÇÃO III

Do Cancelamento do cadastro

Art. 32. O cadastro do usuário pode, a qualquer tempo, ser suspenso ou cancelado, a juízo do responsável/coordenador da Biblioteca, se houver transgressão ao presente regulamento, a pedido do próprio usuário ou, ainda, nas seguintes situações:

- I. Discente: Trancamento de matrícula, cancelamento de matrícula, solicitação de transferência, desistência, interrupção ou fim do período de estágio supervisionado e conclusão de curso;
- II. Servidor docente e técnico administrativo: remoção, redistribuição, aposentadoria, exoneração e afastamento;
- III Servidor docente substituto (contrato temporário): rescisão de contrato.

SEÇÃO IV

Dos direitos e deveres do usuário

Art. 33. São direitos do usuário:

- I. Utilizar as dependências da biblioteca para estudo, pesquisa e leitura;

- II. Utilizar equipamentos disponíveis para pesquisa ao acervo;
- III. Utilizar os serviços oferecidos, de acordo com sua categoria de usuário.
- IV. Utilizar aparelhos celulares ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos indispensáveis à realização de pesquisas e trabalhos acadêmicos, desde que preserve a ordem no recinto da biblioteca.

Art. 34. São deveres do usuário:

- I. Zelar pela conservação do acervo e do patrimônio da biblioteca;
- II. Atualizar, junto à Coordenadoria de Controle Acadêmico ou através do Sistema Acadêmico Web, qualquer alteração de seus dados cadastrais;
- III. Identificar-se sempre que solicitado;
- IV. Observar o máximo de silêncio nas salas de estudo, leitura e acervo;
- V. Deixar o material utilizado para consulta local sobre as mesas, carrinhos ou outros equipamentos disponibilizados para tal fim;
- VI. Nas dependências da biblioteca, o usuário deve abster-se de:
 - a) consumir alimentos e bebidas;
 - b) fumar;
 - c) praticar comércio;
 - d) jogar lixo fora do local apropriado;
 - e) fazer uso de equipamentos eletrônicos de modo que venham incomodar os demais usuários;
 - f) usar as cabines e mesas de estudo para outros fins que não sejam leitura, realização de trabalhos e estudo;
 - g) adentrar com animais, exceto nos casos previstos em lei;
 - h) usar armas no interior da biblioteca, salvo os casos amparados por lei;
 - i) mover ou remover o cabeamento de rede de energia elétrica e internet.
- VII. Respeitar a ordem e a disciplina em todos os recintos das bibliotecas, mantendo uma postura ética e moral;
- VIII. Zelar pelo material informacional sob sua guarda;
- IX. Devolver o material emprestado para uso domiciliar, no prazo determinado;
- X. Atender às solicitações de comparecimento e ressarcimento, nos casos de extravio, perdas e danos dos materiais ou a outros bens pertencentes à biblioteca;
- XI. Deixar bolsas e outros pertences no guarda-volumes, antes de utilizar o acervo e determinados setores que exijam essa condição;
- XII. Utilizar a Internet apenas para fins de pesquisa e estudo, sendo vedado o acesso a sites indevidos;
- XIII. Atender as solicitações da equipe de servidores da biblioteca;
- XIV. Cumprir suspensão decorrente da inobservância dos prazos de empréstimo domiciliar;
- XV. Respeitar o regulamento da biblioteca.

Art. 35. Para identificação do usuário, caso haja necessidade, são aceitos os seguintes documentos de identificação:

- I. Identidade expedida pela Secretaria de Segurança Pública ou similar;
- II. Carteira funcional expedida por órgão público, reconhecido por lei federal como documento válido em todo o território nacional;
- III. Identidade expedida por Comando Militar, pelo Corpo de Bombeiros ou Polícia Militar;

- IV. Passaporte brasileiro (novo modelo);
- V. Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE (RNE – Registro de Estrangeiro);
- VI. Carteira Nacional de Habilitação, expedida pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN);
- VII. Identidade expedida por órgão fiscalizador do exercício de profissão regulamentada por lei;
- VIII. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

SEÇÃO V

Dos atos de indisciplina e das sanções

Art. 36. O usuário poderá ter seu cadastro suspenso ou cancelado, como também estará sujeito a sanções disciplinares em caso de faltas, cuja gravidade comprometa a boa ordem no recinto da biblioteca, sendo consideradas faltas graves:

- I. Desrespeito aos servidores da biblioteca e às outras pessoas que estejam no recinto;
- II. Perturbação ao bom andamento dos estudos, da ordem e dos trabalhos da biblioteca;
- III. Ocorrência de danos ao acervo, ao mobiliário, aos equipamentos e ao ambiente da biblioteca.
- IV. Saída do recinto da biblioteca, portando materiais pertencentes ao seu acervo, sem o empréstimo devidamente efetuado;
- V. Retirada do recinto da biblioteca, de equipamentos e objetos a ela pertencente, sem a devida autorização;
- VI. Fornecimento de senha pessoal de acesso a outrem.

Art. 37. Os usuários da comunidade interna estarão sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

- I. Advertência verbal;
- II. Registro da ocorrência, com a ciência do infrator;
- III. Solicitação da retirada do usuário do recinto da biblioteca;
- IV. Bloqueio temporário do uso de serviços ou de equipamentos disponíveis no ambiente, mediante registro de ocorrências anteriores, com a devida ciência do infrator;
- V. Encaminhamento à Direção-geral do *campus*, de solicitação de abertura de procedimento disciplinar, conforme o disposto no Título VI do Regulamento de Organização Didática (ROD).

Parágrafo Único – Na aplicação das medidas disciplinares deverá ser considerada a gravidade do ato, sem necessariamente obedecer à sequência estabelecida no artigo anterior. Para tanto, deverão ser aplicadas proporcionalmente à natureza e à gravidade da infração, sendo considerados, os seguintes aspectos: primariedade de quem cometeu o ato de indisciplina, dolo ou culpa, natureza de defesa e circunstância em que o fato ocorreu. A gravidade será avaliada pelo(a) Coordenador(a) da Biblioteca ou pelo seu substituto eventual e, na ausência ou impedimento destes, pela Direção de Ensino do *campus*.

Art. 38. Os usuários da comunidade externa, em caso de indisciplina, estarão sujeitos a aplicação das penalidades previstas nos incisos I a IV e no Parágrafo Único do art. 37 deste regulamento.

SEÇÃO VI

Das perdas, danos e suspensões

Art. 39. O usuário é responsável pelo material informacional emprestado e assume total responsabilidade pela sua guarda, conservação e uso.

Parágrafo Único – o responsável legal assumirá a responsabilidade pelo patrimônio público em posse e uso do usuário discente, menor de idade, inclusive nas sanções previstas neste Regulamento.

Art. 40. A não devolução dos materiais, no prazo determinado, implica em suspensão de novos

empréstimos.

Art. 41. Após a devolução dos materiais em atraso, o usuário ficará suspenso do serviço de empréstimo, pelo período correspondente ao número de dias de atraso calculados para cada item, separadamente.

§ 1º Serão contados, para aplicação de suspensão, dias corridos, incluindo feriados e finais de semana, independentemente de dias letivos, exceto nos casos previstos no § 3º. do presente artigo deste Regulamento.

§ 2º Não será permitida a redução ou isenção da suspensão para nenhuma categoria de usuário, excetuando-se o disposto no §3º.

§ 3º O usuário estará isento da suspensão do empréstimo mediante a apresentação de:

I. Atestado médico;

II. Declaração de afastamento para atividade laboral;

III. Declaração de participação em atividades acadêmicas (participação em eventos, visitas técnicas).

§ 4º O usuário somente poderá efetuar novos empréstimos, após a devolução das obras e o cumprimento da suspensão, salvo nos casos constantes no § 2º e § 3º do presente artigo.

§ 5º Em caso de roubo ou furto de material, o Boletim de Ocorrência (BO), expedido pela Secretaria de Segurança Pública, não isenta o usuário da suspensão pelos dias de atraso na devolução.

§ 6º O usuário poderá apresentar comprovante impresso de solicitação de compra do material a ser reposto, para fins de interrupção da contagem dos dias de atraso do material. A interrupção da contagem dar-se-á a partir da data de entrega do comprovante na biblioteca.

Art. 42. O usuário deverá indenizar a biblioteca por perda, roubo, furto ou dano de material informacional sob sua responsabilidade.

Parágrafo Único – É considerado dano qualquer alteração no material, em suporte impresso, concernente a: manchas, cortes, rasgos, riscos, rabiscos ou rasuras e umidade que afetem a fruição de seu conteúdo e no material, em suporte CD ou DVD, concernente a: riscos ou rasuras que afetem a leitura de seu conteúdo.

Art. 43. O usuário deverá repor o material perdido, roubado, furtado, extraviado ou danificado com outro exemplar do mesmo autor, mesmo título, mesma edição e ano ou edição e ano mais recente.

Parágrafo Único - Não serão aceitos para reposição: materiais usados, cópias reprográficas, materiais de uso exclusivo do professor, materiais com indicação de “venda proibida”.

Art. 44. Em caso de roubo ou furto de material, mesmo tendo apresentado o Boletim de Ocorrência expedido pela Secretaria de Segurança Pública, o usuário deverá repor o material roubado ou furtado, conforme os arts. 42 e 43 deste Regulamento.

Art. 45. Em se tratando de material com edição esgotada, este deverá ser substituído por outro, de valor e conteúdo equivalentes, a critério do bibliotecário coordenador ou responsável.

Parágrafo Único – A biblioteca deverá comprovar, através de pesquisa em sites de editoras e distribuidoras, que o material encontra-se esgotado.

Art. 46. Em caso de extravio ou dano a equipamentos, mobiliários e outros acessórios em geral, o usuário deverá proceder a sua reposição ou reparo.

CAPÍTULO VIII

DA CIRCULAÇÃO DE MATERIAIS SEÇÃO I

Do empréstimo

Art. 47º. A biblioteca pode adotar as seguintes modalidades de empréstimo :

- I. Empréstimo domiciliar;
- II. Empréstimo local.

Art. 48. O usuário devidamente cadastrado, conforme o Capítulo VI, Seção I, poderá usufruir de empréstimo dos materiais informacionais e equipamentos disponíveis para esse fim.

Art. 49. Estão habilitados ao empréstimo domiciliar:

- I. Servidores ativos (docentes efetivos, docentes substitutos e técnicoadministrativos) devidamente cadastrados no Sistema de Gestão de Pessoas – Sigepe);
- II. Discentes cadastrados no Sistema Acadêmico e conforme os seguintes critérios:
 - a) Modalidade de ensino: presencial e a distância;
 - b) Níveis de ensino: técnico, graduação e pós-graduação;
 - c) Modalidades de curso:
 1. Técnico (concomitante, subsequente e integrado);
 2. Graduação (bacharelado, licenciatura, tecnologia) e;
 3. Pós-graduação (aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado);
 4. Cursos de extensão.
 - d) Calendário vigente: calendário letivo de cada curso ofertado;
 - e) Situação de matrícula:
 1. Matriculado em, no mínimo, (1) disciplina;
 2. Cumprindo estágio (como disciplina ou como atividade complementar);
 3. Elaborando trabalho de conclusão de curso (TCC), trabalho de conclusão de curso de especialização (TCCE), dissertação e tese.

Parágrafo Único – Os empréstimos deverão ser realizados na biblioteca do *campus* ao qual o usuário tem vínculo.

Art. 50. As obras que estão disponíveis para empréstimo, os prazos para devolução e a quantidade de exemplares permitida a cada usuário, por ocasião do empréstimo domiciliar, são especificadas no quadro abaixo:

TIPO DE USUÁRIO	MATERIAL	QUANTIDADE	PRAZO (DIAS ÚTEIS)
DISCENTE	Livro	5	10
	CD-ROM	2	10
	DVD	2	10
	Audiolivro	1	10
	Folheto	1	10
	TCC	3	10
	Monografia	3	10
	Dissertação	3	10
	Tese	3	10
	Apostila	2	10
	Livro	10	10

DISCENTE (ALUNO QUE POSSUI DUAS MATRÍCULAS CONCOMITANTES)	CD-ROM	4	10
	DVD	4	10
	Audiolivro	2	10
	Folheto	2	10
	TCC	6	10
	Monografia	6	10
	Dissertação	6	10
	Tese	6	10
	Apostila	4	10
DOCENTE EFETIVO DOCENTE SUBSTITUTO DOCENTE TEMPORÁRIO	Livro	5	10
	CD-ROM	2	10
	DVD	2	10
	Audiolivro	1	10
	Folheto	1	10
	TCC	3	10
	Monografia	3	10
	Dissertação	3	10
	Tese	3	10
	Apostila	2	10
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	Livro	5	10
	CD-ROM	2	10
	DVD	2	10
	Audiolivro	1	10
	Folheto	1	10
	TCC	3	10
	Monografia	3	10
	Dissertação	3	10
	Tese	3	10
	Apostila	2	10

Art. 51. A biblioteca poderá, quando necessário, restringir ou ampliar os prazos de empréstimo ou suspender a circulação de determinados materiais.

Art. 52. É vedada a retirada dos seguintes materiais informacionais por empréstimo domiciliar:

- I. Materiais de referência (dicionários, enciclopédias, catálogos, guias, atlas, mapas e etc);
- II. Obras raras;
- III. Publicações periódicas (jornais, revistas informativas e técnico-científicas, boletins técnicos e outras publicações seriadas);
- IV. Materiais que, à critério das bibliotecas e/ou devido a sua natureza ou quantidade, destinam-se somente à circulação local.

Art. 53. O empréstimo é de caráter individual, sendo o usuário responsável pela guarda e conservação do material emprestado em seu nome.

Parágrafo Único – A senha do usuário, para a efetivação do empréstimo, é pessoal e intransferível, sendo-lhe vedado repassá-la a terceiros.

Art. 54. É vedado ao usuário o empréstimo de materiais, nas seguintes situações:

- I. Quando tiver em seu poder material com o prazo de devolução vencido;
- II. Quando não tiver efetuado a reposição do material sob sua guarda e responsabilidade;
- III. Quando já tiver em seu poder, exemplar idêntico ao requerido;
- IV. Enquanto estiver cumprindo suspensão;
- V. Quando estiver com seu cadastro cancelado;
- VI. Quando estiver em seu poder, a quantidade máxima estabelecida no art. 50 deste Regulamento.

Art. 55. É responsabilidade do usuário verificar os prazos de devolução de obras em seu poder.

Parágrafo Único – O usuário poderá receber um e-mail automático alertando-o sobre o prazo e o material a ser devolvido.

SEÇÃO II

Da renovação do empréstimo

Art. 56. O empréstimo poderá ser renovado, respeitado o prazo e a quantidade de material estabelecido pela biblioteca, conforme o art. 50 deste Regulamento.

Art. 57. A renovação do empréstimo será permitida, desde que:

- I. O material a ser renovado esteja com sua data de devolução dentro do vencimento;
- II. O material não esteja reservado para outro usuário;
- III. O usuário não esteja com materiais com data de devolução fora do prazo;
- IV. A data de validade do cadastro do usuário não esteja vencida.

Art. 58. A renovação poderá ser feita de forma presencial, na biblioteca em que o usuário realizou o empréstimo, ou online:

§ 1º Na renovação presencial é obrigatória a apresentação do material emprestado;

§ 2º A renovação online poderá ser efetuada por até 5 (cinco) vezes consecutivas, através do Portal do SIBI, no link “Catálogo online” <http://biblioteca.ifce.edu.br/>, observando-se as normas estabelecidas no Capítulo VIII, Seção III deste Regulamento.

Parágrafo Único – A renovação via Internet poderá ser efetuada por até 5 (cinco) vezes consecutivas, observando-se as normas estabelecidas no Capítulo VIII, Seção III deste regulamento.

SEÇÃO III

Da reserva de materiais

Art. 59. O usuário poderá solicitar reserva de material quando não houver exemplares para empréstimo domiciliar do título requerido, disponível na biblioteca.

Art. 60. A reserva poderá ser solicitada de forma presencial, na biblioteca em que o usuário possui cadastro, ou online, através, através do Portal do SIBI, no link “Catálogo online” <http://biblioteca.ifce.edu.br/>.

Parágrafo Único – Só será permitida a solicitação de reserva ao usuário com e-mail institucional cadastrado na biblioteca.

Art. 61. Não poderão ser reservados os materiais de consulta local, indicados no art. 52 deste regulamento.

Art. 62. A solicitação de reserva não será permitida quando:

- I. O usuário estiver com material em atraso;
- II. O usuário estiver com seu cadastro vencido;
- III. O material pertencer a outra biblioteca do Sistema;
- IV. O usuário estiver em seu poder material idêntico ao solicitado;
- V. O usuário estiver cumprindo suspensão por atraso.

Art. 63. O material reservado ficará à disposição do usuário e, caso não seja retirado, a reserva passará ao usuário seguinte, se houver, ou retornará à estante.

Art. 64. O material reservado ficará à disposição do usuário por dois dias úteis.

Art. 65. A reserva só será liberada para o usuário sem pendências com a biblioteca, ou seja, que não possua material em atraso e/ou que não esteja cumprindo suspensão.

Parágrafo Único – Caso o usuário esteja cumprindo suspensão superior à dois dias úteis, a contar da data da devolução do material, a reserva passará, automaticamente, ao usuário seguinte da lista de reservas.

Art. 66. A reserva é nominal e obedece a ordem cronológica das solicitações.

Art. 67. O usuário será avisado, através de e-mail, quando o material, por ele reservado, estiver disponível.

Art. 68. Materiais reservados, aguardando empréstimo ou retorno à estante, ficam indisponíveis para consulta por outros usuários.

Art. 69. O número máximo de reservas por usuário é de 5 (cinco) itens.

Art. 70. A devolução dos materiais emprestados deverá ser feita obrigatoriamente na biblioteca em que foi realizado o empréstimo e só será considerada concluída após o procedimento completo de devolução.

Parágrafo Único – Não serão considerados devolvidos os materiais deixados sobre mesas, balcões e estantes da biblioteca, como também, em outras dependências do *campus*. A devolução somente é efetivada quando o sistema processar a devolução do material.

Art. 71. A não devolução da obra, no prazo determinado, implica em suspensão conforme art. 40 deste regulamento.

Art. 72. Eventuais empréstimos, cuja data de devolução, coincidir com feriados, quedas de energia ou fechamento inesperado da biblioteca, poderão ser devolvidos no primeiro dia útil subsequente, sem aplicação de sanção para o usuário.

Art. 73. A não devolução de materiais impedirá a expedição do “Nada Consta” ao usuário inadimplente.

Parágrafo Único – No caso de usuário discente, a não devolução de materiais implicará no impedimento de realizar matrícula, no semestre imediatamente subsequente.

Art. 74. A devolução dos materiais emprestados poderá ser realizada pelo próprio usuário ou outra pessoa, mediante sua delegação.

Art. 75. É de responsabilidade do usuário o controle dos prazos de devolução de seus empréstimos.

CAPÍTULO IX

DO USO DOS AMBIENTES E EQUIPAMENTOS

SEÇÃO I

Dos ambientes de uso individual e coletivo

Art. 76. São considerados ambientes de uso individual e coletivo: o salão de leitura e estudo, as salas de estudo individual e/ou em grupo, sala multimídia, miniauditório, dentre outros.

Art. 77. As salas de estudo em grupo são de uso exclusivo dos usuários constantes do art. 25 deste regulamento.

Art. 78. As salas de estudo são disponibilizadas para utilização de grupos, com no mínimo 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) usuários, por duas horas prorrogáveis por igual período, desde que não haja procura e mediante solicitação no setor responsável.

SEÇÃO II

Do uso dos computadores para pesquisa

Art. 79. A biblioteca pode disponibilizar computadores para fins de estudo e pesquisa acadêmica.

Parágrafo Único – É vedado o uso de jogos eletrônicos, acesso a sítios de batepapo, sítios de compras e páginas com conteúdos ilícitos e impróprios aos objetivos das bibliotecas.

Art. 80. O tempo de utilização dos computadores é de 1 h (uma hora) e, não havendo procura, o tempo de uso poderá ser prorrogado por igual período.

Art. 81. É vedado ao usuário qualquer tipo de movimentação de computadores, periféricos e dispositivos, bem como, fazer alterações, instalar e/ou desinstalar programas provenientes de qualquer tipo de mídia digital (CDs, Internet e etc).

Art. 82. Os computadores, assim como os demais equipamentos e bens da biblioteca são patrimônio público e, como tal, devem ser manuseados com zelo e responsabilidade.

Parágrafo Único – Quando o usuário detectar anormalidades com os computadores e demais equipamentos e bens, deverá comunicar imediatamente ao servidor responsável, para que sejam tomadas as devidas providências.

Art. 83. É vedado ao usuário abrir, conectar, desconectar, retirar, consertar, mover ou remover quaisquer equipamentos, periféricos, dispositivos pertencentes ao Setor, bem como alterar a configuração dos computadores e/ou sistemas.

Art. 84. A biblioteca não se responsabiliza por trabalhos, projetos, desenhos, pesquisas, exercícios ou quaisquer outros arquivos salvos nos computadores.

Parágrafo Único – É responsabilidade do usuário salvar, em dispositivos móveis pessoais ou em outros meios (e-mail, armazenamento em nuvem e outros aplicativos do gênero), o(s) seu(s) arquivo (s), deletando-os do computador, a fim de evitar que alguém o(s) utilize de forma indevida.

CAPÍTULO X

DO SISTEMA DE SEGURANÇA DO ACERVO

Art. 85. O sistema de segurança do acervo assegura que apenas os materiais que passaram,

devidamente, pelo processo de empréstimo saiam da biblioteca.

Art. 86. É dever do servidor efetuar o procedimento de empréstimo de forma completa, evitando transtornos ao usuário ao passar pelo sistema de segurança.

Art. 87. É vedada a saída de qualquer usuário, do recinto da biblioteca, de posse de materiais do acervo, sem efetuar o procedimento de empréstimo.

Parágrafo Único – Caso soe o alarme do sistema de segurança do acervo e o usuário se negue a efetivar o empréstimo, medidas serão adotadas, conforme estabelecido no art. 37 deste regulamento.

Art. 88. Caso o alarme soe devido a problemas técnicos, a passagem do usuário é liberada, desde que tenha sido efetuado o procedimento de empréstimo.

CAPÍTULO XI

DAS DOAÇÕES

Art. 89. A Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira aceita doações espontâneas e incondicionais, desde que estejam de acordo com as necessidades e objetivos da Instituição.

Art. 90. A política de recebimento de doações espontâneas segue os critérios definidos na Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções.

Art. 91. A biblioteca reserva-se o direito de disponibilizar, tratar e organizar os materiais aceitos como doação, possuindo autonomia para selecionar o material e encaminhá-lo às outras bibliotecas interessadas ou descartá-lo.

Art. 92. Ao realizar a doação, o doador preencherá o Termo de Doação, em que tomará ciência das condições estabelecidas acima.

Art. 93. Doações entregues à biblioteca, sem o Termo de Doação preenchido, datado e assinado, poderão ser disponibilizadas para doação, imediatamente.

Art. 94. Para facilitar e agilizar o processo de inclusão das doações ao acervo, os livros recebidos serão controlados, através de registro próprio da biblioteca.

CAPÍTULO XII

DOS DEVERES DOS SERVIDORES DA BIBLIOTECA

Art. 95. Os servidores lotados na biblioteca, no cumprimento de suas atribuições e na realização de suas atividades, observarão o disposto na legislação vigente, a saber:

- I. Lei 8.112/1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União;
- II. Lei 4.084/1962 – Regulação do Exercício da Profissão de Bibliotecário;
- III. Decreto 1.171/1994 e suas reformulações – Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil;
- IV. Resolução CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia) nº 42/2002 – Código de Ética Profissional do Bibliotecário.

CAPÍTULO XIII

DA EMISSÃO DO NADA CONSTA

Art. 96. O Nada Consta deverá ser emitido nos seguintes casos:

I. Usuários Discentes:

- Conclusão de curso; - Expedição de Certificado e Diploma;
- Solicitação de trancamento de matrícula; - Solicitação de reabertura de matrícula;
- Solicitação de transferência;
- Entrega de Relatório de Estágio;
- Pedido de reingresso;
- Pedido de afastamento para intercâmbio.

II. Usuários Servidores:

- Remoção;
- Redistribuição;
- Afastamento para colaboração Técnica;
- Afastamento para estudo;
- Afastamento para acompanhar conjuge;
- Exoneração;
- Encerramento de contrato;
- Aposentadoria.

Parágrafo Único – A declaração de “Nada Consta” deverá ser assinada e carimbada pelo bibliotecário e, na sua ausência, pelo Auxiliar de Biblioteca ou servidor lotado na biblioteca.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 97. Os servidores da biblioteca, sob a supervisão de suas coordenadorias ou responsáveis, ficam incumbidos do cumprimento das disposições deste regulamento.

Art. 98. O usuário terá o direito de encaminhar à Coordenação da Biblioteca qualquer reclamação e/ou sugestão para o e-mail biblioteca.fortaleza@ifce.edu.br ou através da Plataforma Fala.BR do Governo Federal, visando a melhoria dos serviços.

Art. 99. A biblioteca não se responsabiliza por qualquer desaparecimento, abandono ou esquecimento de objetos pertencentes ao usuário que venha a ocorrer nas suas dependências.

Parágrafo Único – Os objetos serão guardados, por 30 dias e devolvidos somente ao seu proprietário, mediante descrição do(s) objeto(s) feita pelo próprio.

Art. 100. No caso de falta de energia elétrica, de longa duração, no ambiente da biblioteca, esta deve ser evacuada e todos os materiais deverão ser deixados em seus recintos.

Art. 101. É expressamente vedada à biblioteca a cobrança em pecúnia por atraso na devolução de materiais.

Art. 102. Todas as informações sobre a biblioteca e os serviços por ela oferecidos estão disponíveis no Portal do Sistema de Bibliotecas do IFCE – SIBI que poderá ser acessado no sítio do Portal do IFCE: <http://ifce.edu.br/proen/bibliotecas>.

Art. 103. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação da Biblioteca juntamente com a Diretoria de Ensino.

Art. 104. A biblioteca não se responsabiliza por possíveis falhas no serviço de envio de notificação via e-mail, realizado pelo sistema de gerenciamento.

Art. 105. O presente regulamento só pode ser alterado mediante proposta da Coordenação da Biblioteca, ouvindo a Diretoria de Ensino e aprovado pela Direção-geral.

Art. 106. Este regulamento entrará em vigor após a sua aprovação pela Direção-geral.

Referência: Processo nº 23256.009039/2023-91

SEI nº 5292115